

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

PAULA MORAIS FIGUEIREDO

**O cotidiano de trabalho de vendedoras e vendedores ambulantes
da rua Teodoro Sampaio na cidade de São Paulo: rotina,
inventividade e múltiplas redes de sociabilidade**

São Paulo

2016

PAULA MORAIS FIGUEIREDO

**O cotidiano de trabalho de vendedoras e vendedores ambulantes
da rua Teodoro Sampaio na cidade de São Paulo: rotina,
inventividade e múltiplas redes de sociabilidade**

(Versão corrigida)

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Social

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Afonso Ribeiro

São Paulo

2016

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES TRABALHOS, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Figueiredo, Paula Morais.

O cotidiano de trabalho de vendedoras e vendedores ambulantes da rua Teodoro Sampaio na cidade de São Paulo: rotina, inventividade e múltiplas redes de sociabilidade / Paula Morais Figueiredo; orientador Marcelo Afonso Ribeiro. -- São Paulo, 2016.

152 f.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: **Psicologia Social e do Trabalho**) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Mercado de trabalho 2. Organização do trabalho 3. Trabalho informal 4. Redes sociais 5. Psicologia social I. Título.

HD4831

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: Paula Morais Figueiredo

Título: O cotidiano de trabalho de vendedoras e vendedores ambulantes da rua Teodoro Sampaio na cidade de São Paulo: rotina, inventividade e múltiplas redes de sociabilidade

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Psicologia
Área de Concentração: Psicologia Social

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____
Instituição _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____
Instituição _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____
Instituição _____ Assinatura _____

AGRADECIMENTOS

Às trabalhadoras e aos trabalhadores que gentilmente se prontificaram a participar desta pesquisa, dividindo com uma então desconhecida suas vivências, práticas, inseguranças e planos. Sem vocês este trabalho não seria possível.

Às pessoas que trabalham como ambulantes, na Bahia e em São Paulo, e que se dispuseram a conversar comigo, respondendo às minhas perguntas sempre curiosas ao longo de diversas conversas informais.

À minha mãe, pela capacidade de ser presença e inspiração constantes, fazendo com que eu reinvente e atualize, dia após dia, os sentidos da palavra eternidade.

Ao meu pai, pelo carinho, incentivo e apoio em absolutamente todos os momentos possíveis e impossíveis.

A Marcelo Ribeiro, pela solicitude e apoio com que sempre me orientou ao longo deste processo.

A Leny Sato e Peter Spink, pelas sugestões apontadas de maneira tão cuidadosa no Exame de Qualificação e pela forma de pensar a Psicologia Social e do Trabalho que tanto me influenciou e influencia.

Às professoras Helena Hirata, Sylvia Leser de Melo e Maria Luiza Schmidt, pelo acolhimento em suas disciplinas e pela influência, direta ou indireta, nos meus interesses de pesquisa e de vida.

A Nalva, Rosangela e Selma, secretárias do PST, pela ajuda sempre cuidadosa.

A Babi, Marcele, Emanuella, Mila, Gabriel, Camila, Ana Paula, Mariana, Amabile, Marcos, Sandra, Richard, Filipe, Alan, Vinicius, Juliana, Leila e todas as pessoas que contribuíram para a fluidez do processo de Mestrado, seja pela discussões, trocas e perguntas sobre a minha pesquisa, seja pela valiosa amizade.

A Thayane e Priscila, companheiras de discussões e pesquisa desde a graduação, pelo apoio mesmo à distância.

À CAPES, pela concessão da bolsa durante o período de realização desta pesquisa.

RESUMO

Figueiredo, P. M. (2016). *O cotidiano de trabalho de vendedoras e vendedores ambulantes da rua Teodoro Sampaio na cidade de São Paulo: rotina, inventividade e múltiplas redes de sociabilidade* (Dissertação de Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

A presente pesquisa tem como objetivo compreender o cotidiano de trabalho de vendedoras e vendedores ambulantes da rua Teodoro Sampaio, localizada na cidade de São Paulo, através da perspectiva dos processos organizativos, considerando a forma através da qual o trabalho é pensado e realizado na prática diária das pessoas. Foi utilizada a abordagem qualitativa, a partir da realização de entrevistas compreensivas e incursões a campo, momento no qual a pesquisadora interagiu com as/os vendedoras/es da região e pôde observar seus cotidianos de trabalho. As entrevistas e interações tomaram como referência o ponto de vista das trabalhadoras e dos trabalhadores, atentando para suas vivências e percepções. Os resultados enfatizaram o caráter relacional da experiência de trabalho, que precisa ser analisada levando-se em consideração outras dimensões e relacionamentos da vida de cada pessoa, bem como o contexto social, cultural e econômico mais amplo, o que evidencia a importância das múltiplas redes de sociabilidade para a atividade de trabalho. Contrariamente ao que se desprende da palavra informalidade, este tipo de comércio possui normas, objetivos e modos de organização próprios, que envolvem desde a escolha dos produtos a serem vendidos, do local que estes serão comprados e do ponto em que será realizada a venda até as múltiplas formas de atrair a clientela – a exemplo do uso de bordões ou das frequentes negociações por descontos. Assim, evidencia-se que qualidades como organização e planejamento não se restringem a gestoras/es de empresas: ao contrário, são características humanas, utilizadas com bastante frequência por trabalhadoras e trabalhadores – que se mostram capazes, portanto, de gerir seu próprio trabalho. As formas organização do trabalho foram marcadas pela inventividade e heterogeneidade das práticas e arranjos possíveis, haja vista que cada ambulante faz suas escolhas levando em consideração a forma como o trabalho se articula com outras esferas da sua vida e tomando como base suas experiências cotidianas. Destacaram-se, ainda, diferenças entre mulheres e homens na organização de suas rotinas de trabalho: as primeiras têm jornadas mais flexíveis, sobretudo em decorrência da necessidade de se conciliar o trabalho fora de casa com o trabalho doméstico e/ou o cuidado com familiares.

Palavras-chave: Mercado de trabalho. Organização do trabalho. Trabalho informal. Redes sociais. Psicologia social.

ABSTRACT

Figueiredo, P. M. (2016). The daily work life of street vendors of Teodoro Sampaio street, in the city of São Paulo: routine, inventivity and multiple social networks. Master Dissertation. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

This study aims to understand the work of street vendors of Teodoro Sampaio street, in the city of São Paulo, focusing on the everyday processes that organize work in people's lives. To this end, a qualitative approach was used, combining comprehensive interviews and incursions into this street – when the researcher interacted with street vendors and observed their daily work lives. The interviews and other interactions emphasized the workers' experiences and perceptions. The results point to the idea of work as a relational experience. Therefore, understanding people's work lives requires considering that work is embedded in multiple relational contexts, which underlines the importance of the social networks related to the work activity. Moreover, the results also led to the acknowledgement that this kind of work has its own norms, goals and forms of organization. The processes that organize work involve the choice of the suppliers and products to be sold, as well as the multiple ways to attract and loyalize costumers – such as catchphrases and frequent discount negotiations. Thus, qualities such as organization and planning are not restricted to company managers: they are, in fact, human qualities used regularly by street vendors – which are capable of managing their own daily work routines. The forms of work organization are marked by the inventivity and heterogeneity of practices and arrangements, given that each street vendor makes their own choices taking into account the relation between work and other life domains, as well as their daily experiences. It was also possible to observe a difference between women and men regarding their daily work routines: women had more flexible routines than men, especially due to the need to conciliate the work in the streets with the domestic work and the care for family members.

Keywords: Labor market. Work organization. Informal work. Social networks. Social psychology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.....	69
Figura 2.....	71
Figura 3.....	74
Figura 4.....	83

LISTA DE SIGLAS

CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
IBGE	Instituto Nacional de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
MEI	Microempreendedor individual
ONG	Organização Não-Governamental
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
SUS	Sistema Único de Saúde
TPU	Termo de Permissão de Uso do Solo
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
1. TRABALHO E INFORMALIDADE NO BRASIL	17
1.1 A informalidade enquanto tema socialmente relevante.....	18
1.2 A formação do mundo do trabalho no Brasil	19
1.3 O que se quer dizer quando se fala em informalidade?.....	21
1.4 A porosidade das fronteiras entre formalidade e informalidade.....	24
2. TRABALHADORAS E TRABALHADORES AMBULANTES E AS CIDADES	28
2.1 Comércio ambulante: entre a legislação prevista e as práticas cotidianas	31
2.2 Vendedoras e vendedores ambulantes e as cidades.....	34
2.3 O trabalho das vendedoras e dos vendedores ambulantes.....	37
2.4 Estudos anteriores sobre o comércio ambulante.....	40
3. O ENQUADRAMENTO DA PESQUISA	43
3.1 Dando destaque ao cotidiano	44
3.1.1 O cotidiano de trabalho e os processos organizativos	45
3.1.2 Os processos organizativos e o comércio ambulante	50
3.2 O construcionismo social	52
4. O CAMINHO METODOLÓGICO	56
4.1 Configurando os objetivos da pesquisa	57
4.2 O percurso da pesquisa.....	57
4.2.1 Análise das entrevistas.....	60
4.2.2 Considerações sobre a ética na pesquisa	61
4.3 Participantes	62
5. AS CIDADES E AS RUAS	64
5.1 As cidades e as ruas como movimento e transformação	65
5.2 A rua Teodoro Sampaio	69
6. O DIA A DIA DE TRABALHO: ELEMENTOS DA ROTINA	76
6.1 A organização das bancas: montagem, pernoite e disposição das mercadorias	77
6.2 Escolha e compra das mercadorias.....	80
6.3 Os gastos envolvidos no comércio ambulante.....	84

6.4 As vantagens do trabalho nas ruas: “um dia nunca é igual ao outro”	87
6.5 As dificuldades do trabalho nas ruas: “é muita luta”	88
6.6 As longas jornadas de trabalho	92
6.7 Lazer e tempo livre: “ih, só no domingo mesmo!”	98
7. ESMIUÇANDO O PAPEL DAS REDES DE SOCIABILIDADE	101
7.1 A relação com a clientela: “a/o cliente de hoje é a/o cliente de amanhã”	109
7.2 A união da categoria enquanto ação política: “somos fortes! Mas um forte fraco”	116
8. TRAJETÓRIAS, SENTIDOS DO TRABALHO E PROJETOS FUTUROS.....	118
8.1 A heterogeneidade das trajetórias e a chegada ao comércio ambulante: “ <i>nossa, eu já fiz muita coisa!</i> ”	119
8.2 Sentidos atribuídos ao trabalho ambulante	123
8.2.1 Esmiuçando as concepções pessoais sobre o trabalho ambulante	126
8.3 Formas de geração de renda no presente e projetos futuros	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
REFERÊNCIAS	139
ANEXOS	150

APRESENTAÇÃO

O trabalho está em todo lugar. Nas ruas, além das lojas e estabelecimentos do assim chamado comércio formal, há uma série de pessoas realizando trabalhos de forma esporádica ou fixa. Basta que a temperatura aumente para que seja possível observar pessoas vendendo água nas calçadas, nos pontos de ônibus ou mesmo nos próprios ônibus. A chuva traz consigo vendedoras/es de sombrinhas, guarda-chuvas e capas. Grandes shows, por sua vez, leva aos seus arredores uma série de vendedoras/es¹ de camisetas e acessórios que se relacionam com as bandas que se apresentarão. São pessoas que sabem fazer uso das mudanças climáticas, dos engarrafamentos e dos eventos que ocorrem pela cidade, alternando, muitas vezes, produtos e pontos de venda de acordo com as demandas que identificam. Algumas perambulam pela cidade. Outras têm ponto fixo. Algumas veem a atividade como provisória e têm o emprego assalariado como meta. Outras tornaram permanente o provisório.

Tomar a informalidade como tema de pesquisa é adentrar na complexidade e heterogeneidade desta forma de trabalho. Há múltiplas maneiras de se conceituar o que é ou não informal e, por conseguinte, diversos tipos de trabalho que podem ser abarcados por tal definição. No entanto, algo se faz evidente: a informalidade, no Brasil, é de ordem estrutural, haja vista que sempre houve uma parcela significativa da população brasileira fora dos vínculos formais de emprego, dedicando-se a ocupações desprotegidas e não-reguladas (Costa, 2010).

Estudar informalidade, portanto, implica questionar uma ideia ainda bastante difundida e que tem relação com a própria etimologia da palavra: o informal é visto como o negativo do formal, e, portanto, como algo que não tem forma e normas próprias. Esta ideia, contudo, não parece ser justificada. O que se observa é uma variedade de formas de organização do trabalho informal – as quais, em grande medida, são diferentes daquelas consideradas dominantes.

A constatação da diversidade de arranjos informais possíveis foi o que me fez redirecionar meus interesses de pesquisa. Inicialmente, estava interessada em saber que estratégias as pessoas desempregadas lançavam mão para sobreviver. A leitura sobre o assunto e o olhar, curioso, para o mundo a minha volta, me fizeram perceber que emprego e desemprego não davam conta da diversidade de formas de trabalho e geração de renda de que

¹ Visando marcar um posição diante das questões de gênero, incluí a nomenclatura que identificasse artigos, substantivos e adjetivos no feminino e no masculino, evitando a uniformização dos termos com base no masculino. O feminino aparece sempre antes do masculino como forma de empoderamento e com o intuito de romper com um posicionamento hierárquico que muitas vezes invisibiliza as mulheres na língua portuguesa. O uso apenas do feminino ou do masculino ocorre nos casos em que a população à qual se faz referência é exclusivamente feminina ou masculina.

as pessoas lançam mão – sobretudo no Brasil, onde o pleno emprego nunca foi uma realidade concreta (Proni, 2013).

Nesse sentido, a rua foi uma grande professora. Em Salvador, cidade de onde vim, um simples passeio de ônibus nos permite tomar conhecimento – se tivermos atenção – de múltiplas formas de trabalho e/ou geração de renda. Há as pessoas que se identificam enquanto vendedoras e chamam atenção, pela fala ou pelo canto, para as qualidades do produto e a relação custo/benefício em comparação às grandes redes de supermercados. A clássica frase “é preço baixo, é qualidade, pode ver a validade atrás da embalagem, é o passatempo da viagem” exemplifica uma dentre as inúmeras formas de se chamar atenção para aquilo que está sendo vendido.

Há, por outro lado, quem se identifique como artista e entre no ônibus tanto para divulgar sua arte (que não necessariamente garante sua subsistência) quanto para auferir alguma renda – para si ou para uma Instituição que esteja representando. Certas relações, inclusive, se estabelecem para além das esferas da lógica mercantil, a exemplo de um ator que, após encenar uma série de esquetes e passar seu chapéu como forma de angariar dinheiro das muitas pessoas que admiraram seu trabalho, sacou da mochila um livro de José Saramago e o ofereceu, gratuitamente, à primeira pessoa que demonstrasse interesse. Neste momento, o valor de se passar adiante um livro que lhe havia tocado não se traduzia em uma transação comercial, mas na própria partilha.

Outras pessoas veem o estar no ônibus como atividade temporária e fazem questão de justificar porque estão ali e não trabalhando em um outro lugar. Múltiplas histórias são usadas como explicação, com destaque para a explicitação dos percalços profissionais e pessoais que influenciaram suas trajetórias. Lembro-me de um homem que narrou tudo que havia feito ao longo do dia: explicou que, ao acordar, havia se dado conta de que não tinha em sua casa comida suficiente para ele e sua família e, por esta razão, resolveu pedir alguns trocados na rua. Assim, conseguiu arrecadar um montante de dinheiro suficiente para a compra das balas que estava vendendo então no ônibus. Não estava disposto a voltar para casa sem alimento para sua família.

Foi a atenção a esta diversidade que me fez chegar ao comércio ambulante enquanto tema de pesquisa. Na legislação, o termo se refere tanto àquelas pessoas com ponto fixo, também chamadas por alguns de camelôs, quanto aquelas que, sem licença, ambulam pela cidade vendendo suas mercadorias (São Paulo, 1991).

O foco desta pesquisa foram as pessoas que trabalham com ponto fixo. Trata-se de uma categoria de trabalhadoras e trabalhadores que têm seu cotidiano marcado pela falta de

garantias trabalhistas e previdenciárias, ainda que tenham mais estabilidade do que as/os vendedoras/es do segundo grupo. A desproteção, neste caso, se traduz tanto na renda a ser auferida diariamente e nas garantias de proteção social, quanto no que diz respeito ao próprio cotidiano do trabalho nas ruas, suscetível a situações imprevistas, como violência, furtos, chuva, barulhos, ação da polícia, dentre outros. Além disto, não há uma política de Estado que regule o comércio ambulante (Alcântara et al., 2013), o que implica diferentes formas de se lidar com este tipo de trabalho a depender de cada gestão da Prefeitura.

Quando se pensa em comércio ambulante, múltiplas visões coexistem. Contudo, observa-se que boa parte da mídia destaca a atividade como “suja”, glorificando ações que promovem a “limpeza” da cidade. Cabe destacar, ainda, o número de licenças oferecidas na cidade de São Paulo, que é significativamente menor do que o número de trabalhadoras/es que se pode encontrar nas ruas. Tal fato, como muitos outros que serão trazidos adiante, mostra como as políticas voltadas para este tipo de trabalho comumente se dirigem a uma cidade ideal, espécie de modelo a ser seguido, que se distancia daquilo que se pode observar nas práticas cotidianas.

Como psicóloga social, me inquieta o fato de que, dentro de um contexto em que sempre coexistiram múltiplas formas de trabalho, a psicologia tenha adotado uma concepção que enfatiza o trabalho enquanto emprego (Sato, 2013). Durante muito tempo, os estudos dentro desta área do conhecimento serviram aos interesses da Administração Científica, sem oferecer “uma leitura problematizadora do fenômeno social” (Spink, 1996). O ponto de vista e a subjetividade das/os trabalhadoras/es eram objeto de estudo sobretudo na medida em que se relacionavam com a produtividade.

Dessa forma, levando-se em consideração um mercado de trabalho marcado pela desigualdade desde o início da sua constituição, o aumento notório da insegurança e da flexibilização do trabalho nas últimas décadas e a complexidade das formas de organização do trabalho na sociedade brasileira, a presente pesquisa busca auxiliar na tarefa de “recuperar o tempo perdido” no que se refere aos estudos sobre trabalho dentro da Psicologia (Sato, 2013), voltando o olhar para trabalhadoras e trabalhadores que, não possuindo vínculos formais de emprego, estão constantemente criando alternativas de trabalho para sobreviver.

O objetivo desta pesquisa é compreender o trabalho de vendedores e vendedoras ambulantes da rua Teodoro Sampaio, localizada na cidade de São Paulo, através da perspectiva dos processos organizativos, considerando a forma através da qual o trabalho é pensado e realizado no cotidiano das pessoas.

Nesse sentido, faz-se importante atentar para uma série de discursos e práticas que ainda hoje se encontram marginalizados por uma sociedade que valoriza determinadas formas de trabalho em detrimento de outras. Para isso, é evidente, é preciso se aproximar dos trabalhadores e das trabalhadoras. Por isto mesmo, finalizo esta apresentação com uma breve história que, para mim, ilustra a importância deste olhar.

Há muito tempo, em Salvador, comprei uma faixa de cabelo com uma vendedora ambulante que tinha seu ponto de trabalho próximo ao local onde eu então morava. Ao sair, com a faixa no cabelo e a sensação de que o preço pago por ela havia sido muito baixo, ocorreu-me a ideia de que a vendedora carecia de noções básicas de comércio e varejo e que, se bem informada, poderia aumentar consideravelmente a sua lucratividade.

Em um outro dia, encontrando-a no mesmo local, resolvi ajudá-la e disse que estava cobrando muito pouco pela sua mercadoria. Recebi duas respostas. Uma delas chamava a atenção para a sua necessidade de vender rapidamente os produtos, de forma que baixar o preço configurava-se como uma estratégia para alcançar este fim. De fato, eu – que estava de fora da situação – não podia imaginar qual era a sua urgência para receber dinheiro naquele momento, como se comportava o seu mercado consumidor, qual a durabilidade das faixas de cabelo, dentre muitos outros fatores que faziam parte de seu cotidiano e poderiam ter contribuído para esta decisão.

Mas a primeira resposta que recebi foi a que mais me marcou: disse-me ela que seu fornecedor havia baixado os preços das faixas e que, portanto, era justo que ela o baixasse também. Fiquei bastante surpresa, sobretudo comigo mesma: naquele momento, sequer havia me ocorrido a ideia de que outro valor que não a maximização dos lucros pudesse orientar a sua ação. Sai com a sensação de que era eu quem tinha muito o que aprender.

Pois aqui estamos: aprendendo.

I**TRABALHO E INFORMALIDADE E NO BRASIL**

1.1 A informalidade enquanto tema socialmente relevante

As formas de trabalho hoje consideradas como parte do fenômeno da informalidade são, em grande medida, uma realidade de muitos países desde os tempos mais remotos. No Brasil, por exemplo, a formação do mercado de trabalho foi caracterizada, desde o seu início, por maneiras bastante diversas de inserção de trabalhadoras e trabalhadores – e, por conseguinte, rendimentos também muito díspares. Isto teve como consequência desigualdades que repercutem nas possibilidades de acesso a bens e serviços diversos (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2013).

Contudo, foi a partir da década de 1970 que a ideia de informalidade passou a se fazer relevante no Sistema das Nações Unidas. Isto se deveu a observações de estudiosos europeus acerca das repercussões do capitalismo em países africanos, bem como de estudos voltados para os efeitos da industrialização nas economias periféricas, sobretudo da América Latina (Calixtre, 2011).

A informalidade surge e é compreendida em oposição à ideia de formalidade observada nas economias desenvolvidas, sendo concebida como algo característico do subdesenvolvimento. De acordo com esta concepção, tratava-se de um fenômeno transitório, que se extinguiria gradualmente em consequência dos avanços no processo de industrialização (Alves & Tavares, 2006).

No entanto, a modernização da economia não trouxe consigo o fim dos modos de produção não capitalistas, havendo ainda uma grande parcela da população em idade ativa fora dos vínculos formais de emprego (Alves & Tavares, 2006). Nesse sentido, Oliveira (2003) destaca que o desemprego e a informalidade não representam uma anomalia do sistema capitalista: ao contrário, estão integrados a ele e contribuem para a sua expansão. Conforme afirma o autor, certo desemprego estrutural é útil ao modo de acumulação capitalista, que demanda mão de obra barata e disposta a aceitar trabalhos precários em prol da sua sobrevivência.

O Setor Informal urbano, sob esta ótica, é engendrado pelo próprio avanço da produção capitalista em uma sociedade periférica. A expansão capitalista gera desequilíbrios entre o crescimento da população, o crescimento da população urbana e a oferta de empregos, bem como entre o perfil educacional e a distribuição de competências da população, suas expectativas de emprego e os requisitos necessários à admissão dos empregos oferecidos. Enquanto este desbalanceamento perdurar, segundo a nossa interpretação, o Setor Informal tende a permanecer moldado ao padrão capitalista de expansão. Em outras palavras, o Setor Informal e o

Setor Formal são gerados simultaneamente pelo avanço da produção capitalista, e o Setor Informal pode coexistir com um mercado de trabalho (formal) em equilíbrio (Cacciomali, 2007, p. 147).

1.2. A formação do mundo do trabalho no Brasil

Ao contrário do que ocorreu nos Estados de bem-estar social, o pleno emprego nunca fez parte da realidade brasileira (Proni, 2013), na qual sempre houve uma parcela significativa da população fora dos vínculos formais de emprego, dedicando-se a ocupações desprotegidas e não-reguladas. Pode-se dizer, portanto, que a informalidade é uma questão de ordem estrutural no mercado de trabalho brasileiro (Costa, 2010).

Em análise da evolução do trabalho informal no período que compreende os anos de 2001 a 2009, Araújo e Lombardi (2013) observam que variáveis como gênero, raça, idade e escolaridade interferem nas possibilidades de acesso ao mercado de trabalho, bem como no rendimento auferido e na duração das jornadas de trabalho.

Considerando-se que o processo de industrialização foi tardio em comparação aos países desenvolvidos, o emprego formal nunca foi suficiente para compreender as múltiplas formas de trabalho existentes no país, haja vista que sempre houve um contingente significativo da população fora dos vínculos formais de emprego (IBGE, 2013).

A situação de fragilidade dos vínculos de trabalho agravou-se a partir da década de 1980, com o advento do processo de acumulação flexível. Segundo Antunes (1997), houve uma flexibilização da produção, caracterizada por novos padrões de busca de produtividade calcados na ideia de empresa enxuta e flexível, com a conseqüente desregulamentação dos mercados de trabalho.

De acordo com Poshtuma (1999), nos países da América Latina, a redução dos postos de trabalho verificada no setor formal da economia foi acompanhada de uma ampliação contínua do trabalho informal. Neste período, o aumento da precariedade e da informalidade no Brasil decorreu, em grande medida, da flexibilização dos direitos das/os trabalhadoras/es, com a diminuição ou mesmo evasão do cumprimento de encargos sociais e trabalhistas por parte das empresas (Costa, 2010). Há, portanto, uma mudança na forma de organização do próprio trabalho assalariado, com os processos de terceirização e o conseqüente aumento dos vínculos de trabalho flexíveis e do emprego assalariado sem carteira assinada.

Diante do fenômeno de reestruturação produtiva que se desenrola a partir da década de 1990, a desregulamentação do mercado de trabalho passa a ser sugerida como forma de aumentar a competitividade do Brasil em relação aos mercados internacionais (Dedecca & Menezes, 2012). Isto teve uma como consequências a diminuição do nível de emprego e, também, a degradação da sua qualidade, fatores que exerceram grande influência no aumento da informalidade.

Se, em um primeiro momento, era o desemprego aberto que aparecia como indicador de fragilidade dos mercados de trabalho nacionais, verifica-se que, na atualidade, o desemprego se expressa através de situações bastante distintas (inatividade, longa duração, desalento e subutilização da força de trabalho). Esta heterogeneidade de situações de desemprego alcança também aqueles que se mantêm, precariamente ou não, ocupados. Deste modo, a dicotomia entre emprego e desemprego foi dando lugar a um caleidoscópio de situações ocupacionais, em que o emprego em tempo integral e com proteção social e o desemprego aberto tornam-se manifestações cada vez menos representativas das condições de funcionamento dos mercados de trabalho nacionais. A formação deste caleidoscópio se deu, indiscutivelmente, sob a égide da desregulação econômica e social e sob o império da lógica de mercado (Dedecca, 1996, p. 20).

Assim, uma multiplicidade de trabalhadoras/es mantêm vínculos precários com alguma empresa, como terceirização, subcontratação ou mesmo trabalho em condições análogas à escravidão. Há também quem trabalhe de forma autônoma, sem registro na carteira de trabalho – e sem os benefícios provenientes da relação de assalariamento –, como trabalhadoras domésticas e diaristas sem carteira assinada, ambulantes, catadoras/es etc.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios [Pnad] (IBGE, 2013), 43,1% das/os trabalhadoras/es brasileiras/os encontravam-se no mercado informal em 2012². Comparando-se os dados da Pnad em relação ao ano de 2002, quando 55,4% das/os trabalhadoras/es encontravam-se na informalidade, observa-se uma diminuição significativa. No entanto, esta continua sendo a realidade de uma considerável parcela da população brasileira. Logo, as atividades ligadas à economia informal não são um fenômeno provisório, nem tampouco “desaparecerão espontaneamente em um futuro previsível na economia nacional e mundial” (Melo & Teles, 2000, p. 10).

A distribuição das pessoas que trabalham informalmente, contudo, ocorre de forma desigual ao redor do país, sendo as Regiões Norte e Nordeste aquelas com menor número de trabalhadoras/es formais – 38,7% e 38,6%, respectivamente. Também não há homogeneidade

² Vale ressaltar que a Pnad define a informalidade como aquilo que não se inclui no trabalho formal. Este último inclui empregadas/os e trabalhadoras/es domésticas/os com carteira de trabalho assinada, militares, funcionárias/os públicas/os estatutárias/os, além de trabalhadoras/es por conta própria e empregadoras/es que contribuíam para a previdência social (IBGE, 2013).

no que se refere à faixa etária: jovens entre 16 e 24 anos e idosas/os representam os grupos com maior percentual de trabalhadoras/es no setor informal. Quanto à raça, observa-se o número de pessoas pretas ou pardas realizando trabalhos informais (49,6%) é significativamente maior que o número de brancas (36%).

Em 2012, quase 25% da população feminina ocupada era formada por trabalhadoras domésticas, trabalhadoras na produção para consumo próprio, trabalhadoras na construção para o próprio uso e não remuneradas. No caso dos homens, este percentual não chegava a 6%. As diferenças entre homens e mulheres também são evidentes no que se refere à remuneração: as trabalhadoras informais recebem o equivalente a 66% do rendimento dos homens que trabalham na informalidade. Este fato chama a atenção sobretudo quando se considera que as mulheres são, em geral, mais escolarizadas que os homens (Bruschini, 2007).

Atentando para as particularidades da inserção das mulheres no mercado de trabalho, Araújo e Lombardi (2013) observam que, entre os anos de 2001 e 2009, embora o emprego formal tenha se expandido mais significativamente do que o trabalho informal, o número de mulheres com ocupações desprotegidas e vulneráveis foi maior que o dos homens: enquanto a taxa de crescimento dos trabalhadores informais do sexo masculino foi de 2,1%, a das trabalhadoras foi de 16,3%.

Observa-se, portanto, a grande heterogeneidade que marca o setor informal, manifestando-se nos diversos setores econômicos e nas diferentes posições na ocupação, bem como nas desigualdades de oportunidade de mulheres e negros em comparação a homens e brancos (Araújo & Lombardi, 2013).

1.3 O que se quer dizer quando se fala em informalidade?

Conforme explica Noronha (2003), o termo informalidade suscita controvérsia, uma vez que vem sendo usado para se referir a processos bastante distintos, o que torna difícil reuni-los sob um único conceito. Há, portanto, uma multiplicidade de formas de se definir o que é formal ou informal, que variam conforme o país e o período histórico considerado.

Considerando a diversidade de sentidos que o termo informal assume, observa-se que, a depender do modo como se conceitue informalidade, muitas formas de inserção no mundo do trabalho podem ser incluídas, como a terceirização, as microempresas, as/os vendedoras/es

de rua ou ambulantes, as/os trabalhadoras/es ilegais, as/os trabalhadoras/es domésticas/os, dentre outros (Cacciamali, 2000).

Ao formal (no sentido de legal) contrapõem-se diversos tipos de contratos “informais”, sejam os claramente ilegais (ou criminosos, como, por exemplo, o trabalho escravo), sejam trabalhos familiares ou diversos tipos de contratos, cujo estatuto legal está frequentemente em disputa – por exemplo, cooperativas ou contratos terceirizados. Contudo, frequentemente trata-se a informalidade como se fosse um fenômeno uniforme, objetivo e mensurável. Aliás, o planejamento governamental e as políticas públicas impõem formas de mensuração objetivas e de fácil aplicação (muitas vezes padronizadas para comparações internacionais) das condições contratuais, as quais reforçam sobremaneira a simplificação que a classificação binária implica (Noronha, 2003, p. 112).

Como consequência da pluralidade de significados que a informalidade pode assumir, o mesmo conceito teórico acaba por englobar pessoas que, além de apresentarem ganhos financeiros muito díspares, possuem diferenças também com relação às suas chances – e ao seu desejo – de inserção no mercado de trabalho formal. Esta disparidade pode ser percebida inclusive dentro de uma mesma categoria, a exemplo do trabalho por conta própria. Costa (2010) salienta que se, de um lado, 47% das/os trabalhadoras/es que auferiam até meio salário mínimo pertenciam a esta categoria, no ano de 2006, também era a ela que pertenciam 68% daquelas/es que recebiam de 2 a 3 salários mínimos e 71% das/os que recebiam de 3 a 5 salários mínimos.

Segundo Noronha (2003), as formas de interpretação do fenômeno da informalidade variam a depender do segmento da sociedade que o esteja analisando. Para o olhar da economia, o que prepondera é a oposição entre “formal”, que se refere ao emprego com carteira assinada, e “informal”, caracterizado pela ausência de registro em carteira. A visão jurídica, por sua vez, dá ênfase à legalidade e à ilegalidade do fenômeno. Já para o senso comum, influenciado por estas visões, o que predomina é o senso de justiça e, portanto, a oposição justo/injusto, sendo o trabalho sem carteira assinada comumente visto como injusto. A respeito da diversidade de sentidos que o termo informalidade assume, Sato (2011) diz:

A ele associa-se, por exemplo, à desproteção social, ao trabalho de subsistência, à precarização, ao subemprego, à ilegalidade, ao trabalho criminoso, à atividade fraudulenta, à atividade subterrânea etc... A tal polissemia encontra-se, em comum, a ideia de que há determinadas formas de trabalho que são normais, corretas, justas e adequadas. O que escapa a essa norma recebe a denominação de informal e a OIT [Organização Internacional do Trabalho] adotou como norma a relação de assalariamento (emprego assalariado) (p. 239).

Machado da Silva (2002) critica o uso do termo informalidade por considerar que este, controverso desde o seu surgimento, perdeu sua substância analítica com o passar dos anos,

sobretudo a partir da década de 1980, servindo então para aludir ao processo de desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho. Ganhou força, com isso, o par empregabilidade/empreendedorismo – o qual, em vez de questionar a estrutura social, assume a flexibilidade como padrão e coloca na/o trabalhadora/or a responsabilidade por desenvolver as competências necessárias para se adaptar a um mundo de trabalho flexível, instável e desprotegido.

O foco da questão se deslocava, então, da aposta político-ideológica num projeto de universalização de direitos pela via do compromisso com o emprego regulado e de longo prazo, para aquela de uma sociedade do emprego possível, não como meta social, flexível, desvinculado, temporário e de baixo custo (Costa, 2010, p.179).

Diante destas questões, passam a surgir questionamentos a respeito do que se quer dizer ao se chamar uma atividade de “informal”. Para Hugon (1997), ao se pensar na definição de informalidade, o “formal” é tomado como referência e, portanto, visto como modelo a ser alcançado. Nesse sentido, informal “designa uma realidade negativa e supõe ausência de estrutura ou de forma” (p. 36), o que leva a se supor que as formas de trabalho convencionalmente denominadas informais carecem de norma e organização.

Em consonância com esta ideia, Nouroudine (2011), em um provocativo artigo intitulado “Como reconhecer o trabalho quando o trabalho não é mais o trabalho”, mostra como as referências utilizadas para balizar o que seria trabalho estão baseadas no trabalho mercantil. O trabalho informal – assim como o não-mercantil – seria, portanto, aquele que se encontra fora de uma norma que define o que é ou não trabalho. Para o autor, o uso do termo informalidade para se referir a atividades humanas socializadas é bastante inadequado, pois uma atividade que possua objetivos determinados e que esteja inscrita na dinâmica de socialização característica de um grupo não pode ser considerada informal.

Hugon (1997), Nouroudine (2011) e Sato (2011) são unânimes em afirmar que o trabalho não-regulado possui modos de organização, acordos e regras e, portanto, não é isento de “formalização”. Perceber as formas de organização deste tipo de trabalho torna-se possível a partir de um olhar que dê relevo aos acontecimentos que se dão no cotidiano, às relações que se estabelecem no ambiente de trabalho – seja ele a rua, uma instituição, uma Organização Não-Governamental (ONG), um escritório etc. – e às perspectivas dos trabalhadores e trabalhadoras quanto às suas vivências.

1.4 A porosidade das fronteiras entre formalidade e informalidade

Para Costa (2010), conceituar o trabalho informal tem sido algo cada vez mais desafiador, uma vez que “os novos e diversificados arranjos produtivos tornam ainda mais complexas as interconexões entre o formal e o informal, e isso quase põe por terra as abordagens dualistas” (p. 182). Nesta direção, Piccini, Oliveira e Rübénich (2006) lembram que a flexibilização da legislação trabalhista com fins à redução dos gastos com mão de obra tornou mais sutis as diferenças entre trabalho formal e informal. Para algumas pessoas, o trabalho formal pode ser fonte de insegurança e instabilidade, ao passo que a informalidade surge como alternativa capaz de oferecer mais segurança e conforto.

A estrutura ocupacional da informalidade é complexa e heterogênea, mas, pelo menos para muitas pessoas, ela oferece muitas possibilidades. É natural, portanto que muitos indivíduos prefiram ficar na informalidade, exatamente porque aí encontram suas melhores oportunidades de trabalho e renda; outros tantos, por não disporem dos requisitos necessários ao mercado formal, acabam ficando na informalidade por absoluta falta de alternativa; e, outros ainda entram e saem da informalidade conforme as altas e baixas conjunturais do nível da atividade econômica como um todo (Dedecca & Menezes, 2012, p. 16).

No entanto, ainda que informalidade não seja necessariamente sinônimo de pobreza, é importante destacar que a precariedade é a marca de grande parte das ocupações ditas informais (Cacciamali, 2000).

Para Pinheiro-Machado (2008), as relações entre formalidade e informalidade do trabalho devem ser compreendidas de forma ampla, como realidades que se complementam e interpenetram. Deste modo, cabe questionar o uso das expressões “setor formal” e “setor informal”, uma vez que o termo “setor” designa realidades separadas e estanques – e, por isto mesmo, não dá conta de explicar a complexidade da inter-relação entre “formalidade” e “informalidade”.

Em estudo etnográfico a respeito da rota dos produtos fabricados na China até sua importação pelo Paraguai e posterior comercialização, no Brasil, através do comércio ambulante, Pinheiro-Machado (2008) observa um fenômeno que denomina interpenetração, que alude à forma como formalidade, informalidade e ilicitude se emaranham. Nesse sentido, práticas informais ou mesmo ilícitas podem ser encontradas dentro de empresas formais. O processo de falsificação de mercadorias na China é um bom exemplo disso: há um nível de formalização na produção dos materiais e na contratação de funcionárias/os que torna difícil se perceber onde, exatamente, a falsificação começa. Uma empresa formal que contrata

trabalhadoras/es com carteira assinada e assegura-lhes as garantias trabalhistas e previdenciárias pode, por exemplo, produzir mercadorias ilegais. Do mesmo modo, há um nível de formalização em atividades informais: muitas/os ambulantes têm sua situação legalizada pela Prefeitura e, em decorrência disso, optam por evitar produtos contrabandeados e/ou buscam abrir uma pequena empresa e assinar a carteira de trabalho dos suas/seus ajudantes.

A relação entre formal e informal não se apresenta apenas sob a forma da concorrência, sendo possível observar também, conforme destaca Itikawa (2004), uma relação de complementaridade e interdependência entre ambos. Segundo Pinheiro-Machado (2008), na cidade de Foz-do-Iguaçu, muitos restaurantes – capazes de gerar, em média, dez empregos formais cada um – funcionam especialmente para atender as/os sacoleiras/os que saem do Paraguai com mercadorias a serem vendidas no Brasil. O público que é atraído para a cidade em busca do comércio ambulante ainda contribui significativamente para o rendimento das empresas de transporte urbano e dos hotéis da região. Já na região central de Porto Alegre, muitas/os lojistas reconhecem a importância do trabalho de vendedoras e vendedores ambulantes para seus negócios, seja porque atraem um público consumidor e, conseqüentemente, trazem movimento à região, seja porque tornam-se consumidoras/es – que realizam pagamentos em dinheiro e à vista ou abrem crédito em grandes lojas de eletrodomésticos. Esta relação de benefício mútuo é chamada pela autora de mutualismo e pode ser observada também na relação das/os vendedores ambulantes com agentes do Estado, inclusive sob a forma de propina e corrupção.

Assim como formalidade e informalidade, na prática, se mostram emaranhadas e interdependentes, também as pessoas podem alternar ou combinar estas formas de trabalho no decurso de suas trajetórias. Direcionando o olhar para o cotidiano, é possível observar uma variedade de arranjos utilizados por trabalhadoras e trabalhadores de camadas sociais mais pobres – que “se viram”, como aponta Spink (2009), para manter sua sobrevivência –, além de modos distintos de se significar o trabalho realizado. Muitas/os têm sua trajetória marcada por um movimento pendular entre formal e informal, ponderando a cada momento o que lhes convém de acordo com as possibilidades que têm (Ackermann, 2007; Salvitti et al., 1999). Também há pessoas que, mesmo possuindo um vínculo formal de emprego, dedicam-se a ocupações informais (Alves & Tavares, 2006; Sato, 2012), as quais podem servir como complementação da renda familiar ou podem constituir-se na fonte primordial de renda, sendo o emprego formal visto como renda secundária (Ackermann, 2007). Há, portanto, uma série

de variáveis que intervêm na forma como trabalhadoras e trabalhadores organizam suas trajetórias de trabalho.

Há não apenas diversas formas possíveis de inserção no mercado de trabalho, mas também uma ampla gama de significações a respeito das posições ocupadas. As pessoas que estão fora do mercado formal de trabalho e realizam atividades de trabalho no mercado informal podem, por exemplo, se considerar desempregadas, excluídas do direito ao trabalho e dos direitos acessados por meio do emprego. Outras podem não se ver como desempregadas por considerar, por exemplo, os trabalhos no mercado informal como uma modalidade de inserção no mercado de trabalho. Isso evidencia diferentes compreensões a respeito das categorias trabalho, emprego e desemprego (Ackermann, 2007, p. 160).

Diante destas questões, muitas autoras e autores questionam a pertinência do par “formal x informal” para se referir à complexidade das formas de trabalho no Brasil. Nesse sentido, é possível observar o uso de uma série de expressões para designar as diferentes formas de inserção no mundo do trabalho que não se enquadram no rótulo de emprego formal como “contratos atípicos” (Noronha, 2003) e “trabalho não-regulado” (Sato, 2011), “trabalho precário” (PED, DIEESE, 2015).

Ribeiro (2014), por sua vez, afirma que ainda há uma tendência de se pensar o mundo do trabalho através do sistema emprego/subemprego/desemprego. Contudo, reconhecendo que as relações de trabalho se tornaram mais flexíveis, o autor propõe uma nova forma de se pensar que coloca como referência o “trabalho”, justamente por se tratar de um termo mais amplo, que pode abranger o emprego, mas não se restringe a ele. Assim, poder-se-ia pensar em trabalho estável, trabalho vulnerável e não-trabalho. Tais categorias devem ser compreendidas de forma relacional, considerando-se tanto o contexto quanto características pessoais destas trabalhadoras e destes trabalhadores.

Spink (2012a) também faz ressalvas quanto ao uso do termo informalidade e propõe um modelo descritivo que busca considerar a complexidade do mundo do trabalho, sobretudo no que concerne ao caso brasileiro. Para o autor, dentro da ideia de formalidade há uma área central, onde se encontram os empregos no comércio, no serviço, no setor público etc., e uma área periférica, que apresenta relações de trabalho diferentes daquelas encontradas nas tecnoburocracias, como é o caso das cooperativas, micronegócios e associações. O mesmo ocorre no setor informal, ou *non-formal*, como o autor prefere chamá-lo. Neste caso, a área central é aquela em que as/os trabalhadoras/es se inserem de modo permanente (ou quase), com poucas alternativas de mudança – categoria em que se incluem, por exemplo, as/os vendedoras/es ambulantes de produtos legais. A área periférica do informal envolve ocupações que poderiam ser formais, mas, por motivos variados, são voluntariamente não-

formais. De acordo com o autor, o espaço representado pelas áreas formal periférica e informal central são caracterizados por uma constante movimentação de uma parcela considerável da população economicamente ativa, caracterizando-se por “um ir e vir de estratégias elaboradas na base da sustentação de lares e de situações de inserção plural” (Spink, 2012a, p. 17).

Cacciamali (2000) traz a ideia de processo de informalidade, aludindo assim a uma transformação estrutural na sociedade e na economia que repercute na forma de organização do trabalho e da produção. Como consequência, tem-se uma revisão das relações de assalariamento, deixando a/o trabalhadora/or mais vulnerável e desprotegida/o, e a reemergência do autoemprego, alternativa buscada tanto por pessoas com dificuldade de inserção no mercado de trabalho quanto por aquelas que veem no trabalho por conta própria uma forma de melhorar sua renda. O processo de informalidade envolveria tanto inserções ocupacionais relacionadas a determinadas formas de organização da produção – trabalho autônomo e empresa de pequena escala, por exemplo –, como as diferentes formas de assalariamento vulnerável. Pamplona (2013) também usa a expressão “processos de informalidade” ou, apenas, “informalidade”, adotando uma visão semelhante à da autora.

Para fins da presente pesquisa, e entendendo-se que a escolha por tal definição não esgota a complexidade do tema, o trabalho informal será compreendido como “aquele não regulamentado pelo ordenamento legal do trabalho no país, sobre o qual, inclusive, a sociedade construiu sua política de seguridade social” (Costa, 2010).

Deste modo, o fenômeno que se busca investigar no presente estudo situa-se dentro daquilo que Spink (2009) chama de nanoeconomia, ou seja, as práticas cotidianas que fazem parte da economia popular e têm como intuito criar possibilidades de renda e sobrevivência. Apesar de bastante frequentes na realidade do Brasil e da América Latina, tais práticas são marcadas pela invisibilidade.

Ao descrever tais atividades, busca-se contribuir para o reconhecimento de sua existência, dar-lhe relevo, com a esperança de que sejam vistas não como o outro do trabalho assalariado, o negativo do trabalho assalariado, mas como formas de trabalho que merecem ser apreendidas em sua positividade e que possam dar elementos para a montagem da proteção social que lhes falta (Sato, 2011, p. 249).

II
TRABALHADORAS E TRABALHADORES AMBULANTES E
AS CIDADES

Esta pesquisa trata da atividade de trabalhadoras e trabalhadores que, mediante autorização da prefeitura, vendem suas mercadorias em logradouros públicos, mais precisamente em bancas situadas nas calçadas da rua Teodoro Sampaio (São Paulo, SP). O trabalho que realizam pode se enquadrar em várias categorias: autônomas/os, comerciantes de rua, ambulantes, camelôs e, em alguns casos, microempreendedoras/es individuais.

As categorias “trabalhadoras/es autônomas/os” e “comerciantes de rua” efetivamente englobam o trabalho que se pretende pesquisar aqui, ainda que sejam bastante amplas. Podem ser autônomas quaisquer pessoas que trabalhem por conta própria sem vínculos empregatícios e com assunção dos seus próprios riscos. O comércio de rua, por sua vez, também envolve feirantes, donas/os de bancas de jornais e revistas, além de outras pessoas que usam dos logradouros públicos para trabalhar.

No ano de 2008, a Lei Complementar nº 128 possibilitou às trabalhadoras e trabalhadores informais cujo rendimento máximo não ultrapassasse sessenta mil reais anuais aderirem ao programa, com registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ). A formalização dá direito a alguns benefícios, como aposentadoria e auxílio maternidade, e implica contribuição para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no valor de 5% do salário mínimo. O microempreendedorismo individual, usado de forma restrita, se refere apenas a quem trabalha por conta própria e opta por formalizar a sua situação enquanto pequena/o empresária/o. Na prática, o trabalho investigado nesta pesquisa é exatamente um microempreendimento, formalizado ou não, que pode ser realizado de forma individual ou familiar.

Os termos camelô e vendedora/or ambulante, por sua vez, parecem mais precisos para se referir à população estudada. Levando-se em consideração a própria etimologia da palavra, o termo “ambulante” não parece o mais adequado para se referir ao trabalho das pessoas que vendem seus produtos na rua com ponto fixo e autorização da prefeitura. No entanto, a legislação paulista adotou a expressão vendedora/or ambulante para se referir tanto às pessoas que possuem ponto fixo (com ou sem autorização) quanto àquelas que, pela falta deste, ambulam pela cidade vendendo seus produtos.

Há autoras/es que, como Rodrigues (2008), optaram pelo uso do termo camelô para se referir a vendedoras e vendedores de ponto fixo. A palavra camelô deriva da palavra francesa *camelot*, que, de acordo com o dicionário francês Le Petit Larousse Illustré (1999), se refere ao feirante que vende mercadorias de baixo valor. Nos dicionários em português, as definições do verbete “camelô” se assemelham à definição francesa, ainda que com algumas variações. No Novo Aurélio Século XXI (1999), é considerado camelô o mercador que vende

suas mercadorias na rua – definição que, em decorrência de sua amplitude, deixa espaço para a multiplicidade de produtos e estratégias de vendas possíveis. Algumas definições, por sua vez, classificam as mercadorias vendidas, chamando atenção para seu baixo valor (Dicionário Etimológico Nova Fronteira, 1994; Houaiss, 2009; Michaelis, 1999) e outras destacam a forma como as mercadorias são anunciadas, que pode ser pitoresca (Michaelis, 1998), típica (Dicionário Etimológico Nova Fronteira, 1994) ou, ainda, em voz alta (Houaiss, 2009).

Ao se adotar um olhar característico da Psicologia Social, importa investigar, para além das determinações da legislação e das definições dos dicionários, a forma como as trabalhadoras e os trabalhadores que participaram da pesquisa compreendem e definem o trabalho que realizam, bem como os processos organizativos através dos quais este trabalho se desenvolve.

Deste modo, optou-se pelo uso do termo “ambulante”, uma vez que, diante de indagações a respeito do modo como compreendiam seu trabalho, esta foi a expressão mais frequentemente utilizada pelas pessoas entrevistadas, muito embora várias definições tenham surgido.

Cabe ressaltar, contudo, que a visão que trabalhadoras e trabalhadores têm do que significa ser ambulante não necessariamente converge em todos os aspectos com aquilo que está previsto na legislação. Nem mesmo há um significado unívoco do que é ser ambulante e, para a maioria das pessoas, as expressões “camelô”, “ambulante”, “vendedora/or informal” e “comerciante de rua” são tomadas como sinônimos na prática diária e nas narrativas.

Assim é que, ao longo das narrativas dos participantes da pesquisa, muitas outras expressões foram utilizadas pelas pessoas para designar o trabalho que realizavam, destacando a heterogeneidade desta forma de atividade: “ambulante das vendas informais”, “ambulante”, trabalhadora/or autônoma/o, “faz-tudo”, “mil e uma utilidades”, comerciante, vendedora/or de rua, empreendedora/or, camelô, “trabalhadora/or informal”.

O porte de licença para o exercício do trabalho em um ponto fixo da cidade faz com que, em certa medida, as pessoas que participaram desta pesquisa se assemelhem a lojistas – e sejam parte de uma minoria no que se refere ao comércio ambulante na cidade de São Paulo. Na Teodoro Sampaio, em particular, vendedoras/es ambulantes de longa data apontam como a paisagem desta rua mudou desde que iniciaram o trabalho como ambulantes: muitas lojas fecharam, outras tantas abriram, mas as/os ambulantes permaneceram nas ruas, ainda que com muita luta.

Há, contudo, algumas diferenças entre ambulantes e lojistas que se mostram mais desfavoráveis ao primeiro grupo. Montar uma banca na rua envolve uma maior

vulnerabilidade às alterações climáticas, ao barulho das ruas, a furtos e assaltos e, ainda, às variações no trato com o comércio ambulante a cada gestão da Prefeitura. Também é diferente o modo como a população vê ambulantes e lojistas, sendo as pessoas do primeiro grupo vistas com maior desconfiança do que as do segundo, em muitos casos.

2.1 Comércio ambulante: entre a legislação prevista e as práticas cotidianas

O comércio ambulante já é questão a ser tratada há tempo considerável. Na cidade de São Paulo, data de 1898 a regulamentação mais antiga deste tipo de comércio, que proibia a sua realização no centro da cidade e nas proximidades de estações ferroviárias, estipulava condições para a sua realização em outros locais e especificava as dimensões dos equipamentos utilizados (Pamplona, 2004).

A expressão “ambulante” designa trabalhador normalmente autoempregado que vende diretamente ao consumidor (varejo) produtos diversos (normalmente miudezas e mercadorias de mais baixo valor), ou presta serviços (normalmente de alimentação), em vias e logradouros públicos (ruas, calçadas, praças, jardins, etc.), fora de lojas, em postos, fixos ou móveis, ou de forma itinerante levando sua mercadoria junto ao corpo, com ou sem permissão oficial (Pamplona, 2013, p. 230).

No Brasil, não há uma política nacional que estabeleça diretrizes para o comércio ambulante e, portanto, as leis que regulamentam a atividade variam entre os municípios. Na cidade de São Paulo, a Lei Municipal 11.039/1991, publicada pela prefeita Luiza Erundina (Partido dos Trabalhadores [PT], 1989/1993), é responsável pela regulamentação desta prática. Nesta Lei, o trabalho ambulante é assim definido:

Considera-se vendedor ou prestador de serviços nas vias e logradouros públicos, reconhecido como ambulante, a pessoa física, civilmente capaz, que exerça atividade lícita por conta própria ou mediante relação de emprego, desde que devidamente autorizado pelo Poder Público competente (São Paulo, Município, 1991).

Esta Lei prevê a existência de três tipos de vendedoras/es ambulantes: 1) *efetivos*, que que circulam pela cidade carregando suas mercadorias junto ao corpo; 2) *de ponto móvel*, que circulam com carros ou bancas móveis, parando em áreas da cidade nas quais este comércio é permitido e 3) *de ponto fixo*, as únicas pessoas que, de acordo com Alcântara et al. (2013),

possuem sua situação regulamentada, trabalhando em bancas fixas em um ponto da cidade previamente determinado pela Prefeitura.

A Lei Municipal 11.039/1991 foi um marco no que se refere ao comércio ambulante e a gestão de Luiza Erundina foi a primeira a conceder licenças para o exercício da atividade. No entanto, o número de licenças ofertadas ainda é bastante limitado, de forma que um número considerável de pessoas exerce esta atividade sem nenhum tipo de licença.

Embora represente um avanço positivo, a Lei Municipal ainda não garante segurança e estabilidade para estas/es trabalhadoras/es no que diz respeito à execução e à continuidade do seu trabalho, pois determina que as autorizações concedidas às/aos ambulantes podem ser retiradas unilateralmente pela Prefeitura, sem aviso prévio e sem o compromisso de realocação. Além disto, “não contém ações e metas destinadas ao planejamento, fomento e organização do comércio de rua e ações de apoio e valorização dos trabalhadores e familiares” (Alcântara et al., 2013, p. 101).

A última atualização da legislação no que se refere à prática do comércio ambulante, o Decreto 42.600/2002, ocorreu na gestão da prefeita Marta Suplicy (PT - 2001/2005) – a última prefeita a conceder novas licenças para o exercício desta atividade. Esta gestão teve início com vinte e três mil licenças para o comércio ambulante e terminou com somente seis mil, o que demonstra as dificuldades enfrentadas pelas/os ambulantes mesmo após o surgimento de uma lei que regulamentasse seu trabalho (Alcântara et al., 2013).

Na prática, o que se observa é que cada gestão da Prefeitura lidou com as/os vendedoras/es ambulantes de um modo particular – algumas visando, em maior em menor grau, o diálogo, com a intenção de propiciar condições para a sua permanência e desenvolvimento, outras buscando sua interdição, como apontam Alcântara et al. (2013). Segundo Costa (1989), os órgãos responsáveis pela administração da cidade, ao lidar com esta questão, comumente priorizam a estipulação de limites e a fiscalização da atividade, ao passo que a criação de melhores condições de trabalho fica em segundo plano. Via de regra, o conflito é preponderante nas relações estabelecidas entre órgãos públicos e ambulantes, em detrimento do diálogo e da busca de formas de participação coletiva.

A questão reside na expectativa que cada administração tem em relação à cidade, onde cada fenômeno pode ser visto de forma isolada ou contextual. (...) O comércio ambulante, apesar de contraventor, não só tem funcionado como um escape ao desemprego ou a outros desequilíbrios socioeconômicos, como também tem desenvolvido ramos da economia paralela que cumprem funções importantes da cidade, e a consideração desse aspecto interfere diretamente nas políticas de intervenção exercidas em cada administração (Costa, 1989, p. 43).

Na gestão de Gilberto Kassab (Partido da Social Democracia Brasileira [PSDB], 2006/2013), a intolerância ao comércio ambulante foi bastante pronunciada, culminando com a publicação, no dia 18 de maio de 2012, do Decreto nº 53.154, que anulava o Decreto anterior referente à prática desta atividade e retirava uma série de direitos conquistados por estas/es trabalhadoras/es. Argumentava-se que tal medida tinha como objetivo favorecer o bem-estar da população, a preservação da paisagem urbana e, também, “a formalização da paisagem empreendedora na cidade” (Decreto nº 53.154/12).

Contudo, este Decreto consistia em uma violação da própria Lei municipal e colocava muitas/os trabalhadoras/es em situação de precariedade, o que fez com que a Defensoria Pública do Estado de São Paulo e o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos entrassem com uma Ação Civil Pública contra a Prefeitura de São Paulo. Graças a esta Ação, a cassação às/aos ambulantes foi interrompida e as pessoas que tiveram suas licenças cassadas puderam retornar às suas atividades. Atualmente, as/os ambulantes estão trabalhando graças à concessão de uma liminar, o que aumenta a instabilidade da sua situação (Alcântara et al., 2013).

O exercício legal do trabalho nas ruas está condicionado à posse de um Termo de Permissão de Uso (TPU) concedido pela Prefeitura. O que se verifica, no entanto, é um grande descompasso entre o que prevê a legislação e o que ocorre nas ruas. Uma vez que o espaço público destinado à prática de comércio ambulante e as licenças oferecidas pela Prefeitura são insuficientes para atender o alto número de ambulantes da cidade de São Paulo, grande parcela destas pessoas encontra-se na clandestinidade, conforme afirma Itikawa (2004). Segundo a autora, “o histórico da inoperância das leis revela o quanto elas podem se descolar da realidade e se transformar em uma peça ideológica mediante uma visão tecnocrática que ignora conflitos e mais contribui para esconder a realidade do que revelá-la” (p. 356).

Costa (1989) lembra que “a complexidade e a rigidez das leis do sistema oficial resulta na necessidade do florescimento de um setor econômico capaz de escapar pelas frestas” (p. 27). Assim é que a rigidez do sistema oficial, pouco adaptado à realidade cotidiana, abre espaço para práticas clientelistas e corruptas, que têm na clandestinidade solo fértil para sua manutenção e reprodução. De acordo com Itikawa (2004), a prática do comércio ambulante em áreas que, embora vantajosas do ponto de vista da circulação de pedestres, situam-se fora do perímetro autorizado pela Prefeitura, torna-se possível para determinadas/os trabalhadoras/es a partir do pagamento de propinas.

O próprio governo municipal não adota uma postura uniforme com relação à regulação

do comércio ambulante (Alcântara et al., 2013). Enquanto em alguns setores predomina um olhar que tende à criminalização e à proibição da atividade, em outros prepondera a intenção de defender e regular tal prática. Deste modo:

A existência de grandes disputas entre os diversos setores dentro de um mesmo governo fez com que o tratamento ao comércio ambulante fosse muitas vezes contraditório dentro da mesma gestão municipal. E, para além da aplicação ou não da lei municipal, nenhuma gestão conseguiu elaborar e implementar um plano municipal para o comércio ambulante como política de Estado, com ações permanentes que perdurem por várias gestões (Alcântara et al., 2013, p. 102).

A falta de uma política de Estado, portanto, gera bastante insegurança às/aos trabalhadoras/es e evidencia a necessidade de se pensar em novas formas de lidar com o comércio ambulante – sejam efetivos, de ponto móvel ou de ponto fixo, ainda que as pessoas deste último grupo gozem de mais estabilidade do que as demais.

É nesta acepção mais ampla que o comércio ambulante pode ser entendido como um trabalho não-regulado pelo Estado, embora também seja possível pensar que, ao não regular, ou seja, ao não buscar formas de assegurar os direitos de parcela considerável da população, o Estado toma uma posição e está, portanto, exercendo uma forma de regulação e controle, ainda que marcada pela falta de garantias.

Faz-se importante destacar, ainda, a impossibilidade de se analisar o comércio ambulante sem considerar os processos econômicos que com ele se relacionam. Este tipo de comércio está interligado com setores formais e informais da economia, e é uma das formas de fazer circular mercadorias de diferentes origens e formas de fabricação, o que envolve o pequeno produtor de fundo quintal, as grandes empresas e, também, formas ilegais de produção (Silva, 2011).

2.2 Vendedoras e vendedores ambulantes e as cidades

De acordo com Brandão (2009), no IV Congresso Nacional de Arquitetura Moderna, realizado na Europa no ano de 1933, foi criada a Carta de Atenas, documento que propõe um modelo de cidade, usado pelas gestões municipais do Ocidente como base para a criação de leis urbanísticas. Tratava-se de um modelo prescritivo e normativo, que começou a receber críticas apenas tardiamente, na década de 1960. Para a autora, é preciso que se reveja o

“hábito de tomar a cidade por aquilo que lhe é exterior, por um modelo de cidade, ao invés de abordar aquela sob os seus pés” (Brandão, 2009, p. 248). Este tipo de atitude distancia-se das práticas sociais e estigmatiza diversos bairros e locais, sobretudo periferias, taxando-os como inadequados e equivocados do ponto de vista urbano.

A lógica moderna do funcionamento conforme um modelo, para qualquer sistema em questão, produz inúmeros equívocos: do ponto de vista ótico, o modelo cega porque precede, antecipa-se e impõe-se ao real. Do ponto de vista operativo, imobiliza, porque impede qualquer ação que não seja preconcebida. Do ponto de vista legal, é o oposto da jurisprudência que parte da situação para pensar alternativas, funcionando conforme o regime da lei a qual pretende domesticar o real presente e futuro, ignorando o novo que possa aí surpreender (Brandão, 2009, p. 249).

Para se sair desta lógica perversa e limitada, torna-se necessário questionar as redes de significado que possibilitaram a construção e a naturalização de um determinado modelo de cidade e dar relevância aos fenômenos que ocorrem no cotidianamente no espaço urbano.

Conforme sinaliza Costa (1989), o comércio ambulante tem estreita relação com o desenvolvimento desigual e fragmentado das cidades, carregando consigo uma dupla estigmatização: é associado tanto à ilegalidade quanto à ideia de apropriação de algo que não lhes pertence. Nesse sentido, as/os trabalhadoras/es ambulantes reivindicam, ao mesmo tempo, o direito ao trabalho e o direito à apropriação do espaço da cidade. Os conflitos entre ambulantes e a lei também têm como justificativa bastante difundida a “procedência duvidosa” dos produtos vendidos – seja no caso dos produtos contrabandeados ou piratas, seja no caso de alimentos cujas condições de higiene são questionadas – e o fato de não pagarem impostos para o exercício da atividade.

A busca de controle do espaço público é justificada de diferentes maneiras, mas, em geral, alude-se à necessidade de preservação do patrimônio histórico e “revitalização” de determinadas regiões (Itikawa, 2004). No entanto, transitar pela cidade permite perceber que há locais nos quais há uma tolerância maior com o trabalho ambulante, ao passo que em outros a repressão se dá de forma mais dura. Para Alcântara et al. (2013), a forma de lidar com estas/es trabalhadoras/es evidencia o compromisso estabelecido por diferentes gestões com determinados setores da sociedade: a repressão ao comércio ambulante, sobretudo em determinados bairros, pode caracterizar um compromisso com setores da sociedade que veem na presença destas/es trabalhadoras/es um prejuízo às suas atividades, a exemplo do setor imobiliário. Sob a justificativa de prover soluções às questões urbanas, as/os ambulantes muitas vezes são retirados dos seus locais de trabalho – geralmente situados em locais centrais e com alto fluxo de pedestres – e encaminhados a regiões mais periféricas onde são

construídos locais como os camelódromos, onde o movimento de pedestres é menor e há a necessidade de pagamentos de taxas que encarecem a atividade (Carrieri, Maranhão & Murta, 2009).

Segundo Itikawa (2004), os locais a serem ocupados pelas/os ambulantes não são valorizados da mesma maneira, e aqueles mais desejados já foram apossados por determinados grupos. Deste modo, embora a ocupação do espaço público não seja linear, uma vez que se altera constantemente no espaço e no tempo, é marcada por uma forma de organização própria, seguindo critérios que consideram, entre outros fatores, o fluxo de pedestres.

Ao se avaliar o comércio ambulante, várias e diferentes ideias coexistem na população. Há, de um lado, uma visão que coloca o comércio ambulante como um empecilho ao desenvolvimento das cidades, prejudicando a limpeza e a ordem do espaço público. Estas/es trabalhadoras/es são vistas/os como pessoas que dificultam o fluxo de pedestres e competem com as/os lojistas injustamente, haja vista que não pagam impostos para usar o espaço das ruas como ponto de trabalho. Também existem opiniões favoráveis ao comércio ambulante, por se considerar que este serve como alternativa ao desemprego. Pamplona (2013) observa que quando há aumento do desemprego, o mesmo ocorre com a quantidade de comerciantes de rua, ao passo que nos momentos de decréscimo do desemprego, decresce também o percentual destas/es trabalhadoras/es. Outra vantagem atribuída ao comércio ambulante é o fato de que este oferece fácil acesso a muitos produtos, seja pela disposição geográfica das bancas nas ruas, favorecendo a compra quando a/o pedestre está de passagem ou esperando uma condução para voltar para casa, seja pelo custo mais acessível em comparação às grandes lojas (Costa, 1989).

Deste modo, longe de buscar oferecer uma resposta pronta e padronizada para uma situação que é multifacetada e possui diversas causas, cabe apontar algumas necessidades que vêm sendo negligenciadas: o reconhecimento da informalidade e do comércio ambulante como parte do mundo do trabalho no Brasil, o que implica a necessidade de se buscar formas mais permanentes – e mais ajustadas à realidade – de se lidar com a questão; a busca de estratégias que incluam a participação destas/es trabalhadoras/es, considerando suas vivências e necessidades. Nesse sentido, Brandão (2009) propõe como exercício:

Pensar que cidade seria possível, se recusássemos o modelo, se substituíssemos esse modelo de pensá-la e de nela intervir por outro modo, a acompanhar os fluxos, em toda diversidade, que nela se desenham, que a atualizam (seus devires), pela sondagem das linhas imanentes de produção do urbano, como o sábio e discreto urbanista a aceitar (porque respeita) o caminho feito no gramado – recusando o do

calçamento existente – pela rotina dos transeuntes (p. 250).

2.3 O trabalho das vendedoras e dos vendedores ambulantes

De acordo com uma tabulação realizada pelo DIEESE a pedido do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos citada por Alcântara et al. (2013), nos anos de 2010 e 2011 havia 138 mil trabalhadoras/es ambulantes residindo na região metropolitana de São Paulo e trabalhando na capital.

Segundo Mello e Teles (2000), as/os ambulantes são, em sua maioria, trabalhadoras/es por conta própria, sendo uma pequena parcela formada por pessoas cadastradas como microempendedoras/es individuais. Em estudo na cidade de São Paulo, Pamplona (2013) observa que as/os ambulantes são majoritariamente homens, de cor branca, idade madura, escolaridade precária e chefes de domicílios pobres. Quanto à predominância masculina no comércio ambulante, L. Oliveira (2005) supõe que:

A restrição das mulheres nas atividades informais pode estar relacionada com os tipos de mercadorias e serviços que são prestados a população em geral, principalmente entre os vendedores ambulantes, que na maioria das vezes resultam em um intenso desgaste das forças físicas, ou seja, são atividades que necessitam do “trabalho pesado”, que do ponto de vista do constrangimento simbólico e das representações sociais estão mais associados aos homens, atribuindo-se às mulheres o estereótipo do “ser frágil” (p. 158).

No entanto, Araújo e Lombardi (2013) apontam para uma tendência crescente na participação feminina no comércio de rua. Para Melo e Telles (2000), um dos principais motivos para a entrada das mulheres neste setor, além da falta de oportunidade no mercado formal de trabalho, é a flexibilidade de horários, que permite a conciliação da atividade com os afazeres domésticos. Além disso, é importante aludir a uma questão de classe no que concerne ao trabalho feminino: ao contrário do que ocorria com as mulheres burguesas – para as quais a proibição à realização de outro trabalho que não o doméstico era mais incisiva –, aquelas de camadas sociais mais populares estiveram frequentemente inseridas no mundo de trabalho (Garcia et al., 2010).

O trabalho como ambulante é apontado por Costa (1989), Garcia et al. (2010), Melo e Teles (2010) e Ramires (2002) como uma das saídas encontradas pelas pessoas com dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal, servindo como alternativa ao desemprego e/ou à realização de trabalhos considerados ainda mais precários.

De acordo com Pamplona (2013), na cidade de São Paulo, no ano de 2008, o rendimento médio mensal destas/es trabalhadoras/es era de 1,4 salário mínimo, o que equivalia a aproximadamente metade do rendimento do total de pessoas ocupadas. No que concerne à escolaridade, 69,1% destas/es trabalhadoras/es possuíam até o Ensino Fundamental completo no ano de 2009. A grande maioria – 86,4% em 2009 – não contribuía para a Previdência Social. A situação de desemprego não é uma possibilidade para muitas pessoas, haja vista a falta de reservas financeiras e a fragilidade de programas de seguro-desemprego, bem como demais políticas sociais. Deste modo, a necessidade de sobrevivência demanda uma rápida migração da condição de desemprego aberto para o trabalho informal. O autor considera que “a idade mais avançada, a escolaridade precária e o pertencimento a famílias pobres, somados às exigências constantes do mercado de trabalho formal, ‘empurram’ os trabalhadores com esse perfil para atividades informais, como o comércio de rua” (Pamplona, 2013, p. 240).

Em consonância com estes dados, em pesquisa realizada com homens e mulheres que trabalhavam como ambulantes na cidade de São Paulo, Salvitti et al. (1999) observaram que a maior parte das pessoas entrevistadas não via o trabalho nas ruas como um objetivo a ser alcançado. Apesar do desejo de trabalhar no mercado formal, o desemprego crescente, a baixa escolaridade e o número reduzido de experiências de trabalho com carteira assinada criavam um círculo vicioso que mantinha estas pessoas na informalidade. Em muitos casos, as oportunidades de emprego assalariado que apareciam para estas/es trabalhadoras/es ofereciam rendimentos inferiores àqueles obtidos no comércio de rua. A questão financeira aparecia como principal motivo para orientar a opção pelo mercado formal ou informal, sendo a atividade a se realizar tratada como algo secundário.

Em estudo realizado com mulheres que trabalhavam como ambulantes na cidade de São Paulo, Garcia et al. (2010) observaram que o recurso à ocupação de vendedora ambulante, além de se relacionar com a falta de oportunidade de emprego em outras áreas, surgia para elas como alternativa ao emprego doméstico. Assim, para parte das mulheres entrevistadas, o trabalho como empregada doméstica, ainda que pudesse gerar mais renda e até mesmo ser formalizado, aparecia como uma alternativa indigna.

Os afazeres domésticos aparecem como dimensão relevante para a compreensão da trajetória e do cotidiano de trabalho das vendedoras ambulantes. Salvitti et al. (1999) observaram que este trabalho apareceu como uma questão apenas para as mulheres, sendo que poucas das entrevistadas aludiram a contribuições de algum dos homens da casa na realização

do trabalho doméstico. Estas tarefas eram normalmente divididas com outras mulheres da família, como observado também por Garcia et al. (2010).

Em pesquisa realizada por Ibanhes (1999), as atividades domésticas foram mencionadas por um número significativo de homens – mas, ainda assim, em menor proporção que as mulheres, que foram unânimes ao aludir a este tipo de trabalho. Para homens e mulheres, o lazer muitas vezes aparecia como privilégio, haja vista que envolvia o gasto de dinheiro e de um tempo do qual muitas vezes não dispunham. O autor destaca a extensa carga horária de trabalho entre as/os ambulantes: 74,1% das pessoas entrevistadas trabalhava acima de 10 horas por dia. Ainda que não tenha sido possível identificar se havia diferenças significativas na duração das jornadas de trabalho fora de casa de homens e mulheres, ficou evidente que o trabalho doméstico era uma preocupação majoritariamente feminina, em conformidade com os dados da Pnad 2012 (IBGE, 2013).

Observa-se, portanto, a existência de uma dupla jornada de trabalho e a presença ainda marcante da divisão social do trabalho entre os sexos. Em alguns casos, conforme salientam Garcia et al. (2010), é possível observar uma tripla jornada de trabalho, que envolve a fabricação dos alimentos a serem comercializados nas ruas, o trabalho como ambulante e o trabalho doméstico. O comércio de alimentos aparece como realidade da maioria das entrevistadas, o que também foi observado nos estudos de L. Oliveira (2005) – que percebe, também, a venda de produtos de artesanato e confecções. Assim, Garcia et al. (2010) chamam a atenção para um duplo movimento no que se refere ao trabalho destas mulheres: o estar na rua é visto como um rompimento com o que tradicionalmente é visto como papel feminino em nossa sociedade, contudo, esta inserção se dá, com relativa frequência, através de atividades consideradas tradicionalmente femininas no Brasil.

Pinheiro-Machado (2008), por sua vez, salienta que o desejo de trabalhar por conta própria aparece como elemento relevante para a compreensão da opção pelo trabalho como ambulante. Este desejo deve ser entendido dentro de uma perspectiva relacional, uma vez que envolve uma dimensão de poder que só é possível de ser compreendida como parte de um contexto social. A autora observa que, muitas vezes, famílias que ganhavam bem trabalhando juntas nas bancas, desintegravam-se quando possível e cada pessoa abria um negócio próprio. A renda auferida por cada pessoa era menor nesta nova configuração, mas as/os trabalhadoras/es sentiam uma maior autonomia na tomada de decisões.

A autonomia, portanto, era percebida como vantagem, possibilitando uma maior independência na organização do trabalho e do tempo – no caso das mulheres, a flexibilidade era valorizada também por permitir-lhes cuidar dos filhos ou buscá-los na escola, por

exemplo. Garcia et al. (2010) observam que as vendedoras ambulantes viam o fato de não ter de dar satisfação a ninguém como vantagens do trabalho nas ruas. Assim, ainda que envolvesse riscos, a rua era vista, em certos momentos, como local de exercício da liberdade. As autoras apontam para uma resistência de classe, em relação à autoridade dos patrões e à própria divisão capitalista do trabalho, e também de gênero, sobretudo no que se refere ao poder dos homens e maridos e às expectativas sociais a respeito do trabalho e do lugar das mulheres.

Pinheiro-Machado (2008) também chama atenção para a existência de um *ethos* do trabalho, que envolve o desejo de ser patrão, de estar no topo da cadeia, valorizando-se, assim, a empregabilidade e o empreendedorismo. O trabalho informal, portanto, é resultado tanto das condições materiais produtoras de desigualdade, como da subjetividade das pessoas, motivados por uma série de fatores, dentre os quais aparece, também, um espírito empreendedor.

Ao se analisar a exclusão do mercado formal e a prática do comércio de rua, é importante considerar que estes processos envolvem dimensões sociais e individuais (Salvitti et al., 1999). Há uma diversidade de trajetórias e práticas cotidianas de trabalho, assim como diversas formas através das quais as/os trabalhadoras/es percebem e significam o trabalho informal (Ackerman, 2007; Pamplona, 2013).

2.4 Estudos anteriores sobre o comércio ambulante

Com o objetivo de se observar a que se referem os estudos sobre trabalho ambulante, foi realizada, no dia 01 de fevereiro de 2016, uma pesquisa na Busca Integrada da USP (Universidade de São Paulo), que abrange bases de dados como a Scielo, usando os unitermos “ambulante” e “camelô”, no singular e no plural. Excluindo-se os artigos de jornal, os artigos repetidos e aqueles que não tinham o comércio de rua como foco, foram encontrados 35 artigos científicos tratando do tema.

Dentre estas artigos, onze tratavam da relação dos entre as/os ambulantes e a ocupação das cidades, adotando variadas perspectivas e ênfases: planejamento turístico (Costa & Sonaglio, 2014), transferência para *Shoppings* Populares ou camelódromos (Brandão, 2009; Carrieri, Maranhão & Murta, 2009; Carrieri, Maranhão, Murta & Souza, 2009; Kopper, 2015; Soares & Pereira, 2010), legislação e uso do espaço público (Jesus, 2014; Rigatti, 2003),

práticas urbanas (Mendes & Cavedon, 2012), políticas públicas (Mello, 2010) e ocupação do centro da cidade (Dantas, 1997).

Em treze dos artigos encontrados, a ênfase era dada às condições higiênico-sanitárias dos alimentos vendidos por ambulantes e seus potenciais riscos à saúde de quem os consome (Bezerra, Mancuso & Heitz, 2014; Caldeira et al., 2010; Curi, Gallo & Dias, 2008; Matté, Germano & Matté, 2005; Moreira da Silva et al., 2011; Nascimento, Germano & Germano, 2004; Oliveira, 2015; Oliveira et al., 2006; Rodrigues, Correia, Franzolin & Baggio, 1998; Rodrigues et al., 2003; Soto et al., 2008; Souza, Santos, Andrade & Alves, 2015; Takayanagui et al., 2001). Um artigo tratava igualmente dos alimentos vendidos pelos ambulantes, contudo sob outra perspectiva: o foco eram as relações entre a comida de rua e o turismo no Brasil (Pertile, 2003). A alimentação foi considerada não apenas em seu aspecto nutricional, mas também enquanto prática social.

A relação entre populações específicas e o comércio de rua foi abordada em três artigos diferentes, sendo um estudo sobre ciganas/os (Lopes, 2006), um voltado para migrantes chinesas/es na cidade do Porto, em Portugal (Nunes, 2009) e um estudo que abordava as relações estabelecidas entre índios e comerciantes ambulantes na Amazônia do século XIX (Henrique & Morais, 2014).

Um artigo abordava questões relacionadas à inclusão e à exclusão social de ambulantes com deficiência (Tissi, 2000) e um tratava dos impactos do trabalho informal realizado por vendedoras/es ambulantes da rua 25 de março no usufruto de lazer (Uvinha & Santos, 2013).

As redes articuladas em torno do comércio ambulante foram abordadas por Maia (2015), que investigava a origem das mercadorias comercializadas nas ruas, o acesso das/os vendedoras/es ambulantes a estas mercadorias e a venda para o consumidor final.

As estratégias usadas por vendedoras e vendedores ambulantes para divulgar seus produtos foram o foco de um artigo. Estas estratégias eram compreendidas como uma forma efetiva de *marketing*, ainda que não convencional, pontuando que dirigir o olhar para estas práticas pode contribuir para remodelar e ampliar as atuais teorias e abordagens do *Marketing* (Souza, Coelho, Lima & Queiroz, 2014). Este estudo destaca que o ato de elaborar e executar estratégias efetivas de vendas não se restringe a contextos organizacionais: é possível observá-las também em outras formas de trabalho, a exemplo do comércio de rua, onde tais estratégias se apresentam ancoradas à experiência cotidiana.

O mapeamento geral do comércio ambulante foi tema de dois artigos (Pamplona, 2013; Salvitti et al., 1999). A articulação das dimensões trabalho e gênero no estudo do

comércio ambulante, por sua vez, foi o objetivo de um estudo (Garcia et al., 2010). A questão, no entanto, não foi considerada dentro de uma perspectiva comparativa, uma vez que a pesquisa tratou das particularidades do trabalho feminino de acordo com mulheres ambulantes da cidade de São Paulo. Salvitti et al. (1999), por sua vez, embora não tenham incluído esta questão entre seus objetivos, entrevistaram homens e mulheres e constataram particularidades no caso do trabalho feminino, conforme será mencionado adiante.

Finda esta pesquisa, chamou atenção o fato de que parte significativa dos estudos encontrados (mais de um terço deles) priorizava as condições higiênico-sanitárias dos produtos vendidos – alimentos, no caso –, em consonância com o discurso corrente que coloca a atividade das/os ambulantes como perigosa para a população por oferecer produtos de qualidade questionável. Nestes estudos, a ênfase era dada à avaliação dos alimentos e o consequente enquadramento da atividade dentro ou fora de um padrão de higiene preestabelecido. Assim, os motivos que orientam a escolha do que vender, as concepções de higiene e, também, as dificuldades – ou não – de manter um determinado padrão não foram investigadas. Também houve uma quantidade considerável de estudos (quase um terço deles) voltados para a relação entre o comércio ambulante e a ocupação das cidades. Isto revela como este tipo de comércio se faz relevante na compreensão do espaço urbano, sobretudo em países como o Brasil.

Vale ressaltar que muitos são os unitermos e expressões que poderiam ser utilizados para pesquisar sobre o tipo de comércio de rua investigado nesta pesquisa e que ampliariam significativamente o número de artigos encontrados. Nesse sentido, as pessoas podem se ver como vendedoras/es de rua, comerciantes de rua, camelôs ou, ainda, identificar-se de acordo com o produto que vendem: vendedoras e vendedores de tapioca, cachorro-quente, ervas aromáticas, chapéus, camisetas de *rock*, artesanato etc. No caso de quem produz a mercadoria que vende, a atividade de fabricação pode ser o mais relevante – caso de muitas pessoas que se reconhecem como artesãs e artesãos, por exemplo, e viram no comércio ambulante uma forma efetiva de vender seus produtos.

O importante é demarcar que, para além da das determinações da lei, há várias outras formas de se conceber o trabalho que interessa nesta pesquisa – muitas delas, aliás, por não fazerem uso das nomenclaturas oficiais, acabam não sendo abarcadas pelas estatísticas.

III

O ENQUADRAMENTO DA PESQUISA

Ao longo da pesquisa, alguns referenciais teóricos foram acionados no intuito de se ampliar e complexificar a compreensão das particularidades do comércio ambulante. Destacam-se o estudo do cotidiano de trabalho e dos processos organizativos, escolhidos como objetivo central da pesquisa pela sua relevância enquanto forma de compreender as vivências e os arranjos de cada vendedora e vendedor – que muitas vezes contrariam e fazem usos da ordem dominante instituída – e o construcionismo social, como teoria que contribui para a compreensão das vivências em sua diversidade e complexidade, sem buscar enquadrar as práticas em constructos preestabelecidos.

3.1 Dando destaque ao cotidiano

Território dos acontecimentos do dia a dia, o cotidiano comumente é visto como banal, rotineiro e repetitivo. Por conseguinte, muitas vezes é considerado algo desprovido de criatividade e importância. Contudo, uma análise mais detida revela que é precisamente no dia a dia que se desenrolam as relações interpessoais, as práticas de trabalho, as paixões, as reivindicações, as negociações etc. – ou seja, a relevância de se prestar atenção à cotidianidade reside no fato de que é lá que estão inseridas as atividades humanas. Como pontua Spink (2008, p. 70), “o cotidiano é tudo que temos”.

Desafiando a rigidez das categorias pré-estabelecidas, que permanecem atreladas a uma teoria que lhes explica e dá sentido, o cotidiano é espaço de vivacidade e transformação. Tedesco (1999) considera a vida cotidiana como um produto histórico que, embora tenha como ponto de partida o momento presente, envolve o tempo passado e indica a existência do futuro.

A vida cotidiana pode ser, mas não é meramente, nem apressadamente, nem reduzidamente, sinônimo de banalidade, de insignificante, de resíduo, de produto, de alienação, de atraso (ou de contraponto à modernidade), de senso comum, de receptáculo, de modelação, de coleta de dados, situações e fatos. É, talvez tudo isso. No entanto, a sua complexidade nos desafia a *deslizar* nos paradigmas que buscam retê-la (Tedesco, 1999, p. 25).

Ao se estudar o cotidiano, é preciso transitar pelas esferas do pessoal e do social, pois considera-se “o *sujeito* enquanto ser particular-individual, suas relações próximas, regulares, intensivas, adesivas, fixas e mutáveis. Porém, não significa que os grandes *dispositivos*

sociais, as macroteorias (sistemas, classes organizadas...) não possam se apresentar" (Tedesco, 1999, p. 29). Assim, voltar o olhar para os fenômenos que ocorrem no horizonte diário não é propriamente uma recusa aos dados provenientes de pesquisas quantitativas como fonte de informação. No entanto, rejeita-se quantificações que homogeneízam, reduzindo narrativas e práticas a meras estatísticas que desconsideram suas singularidades.

O que está em causa é a recuperação dos aspectos efervescentes, espontâneos e flexíveis da vida social que não se encaixam nos rígidos modelos científicos que exigem que a mobilidade social se regule pela imobilidade das fórmulas, modelos ou quadros teóricos-conceptuais que tantas vezes servem de ponto de partida aos processos de investigação (Pais, 2003, p. 32).

Nessa direção, Spink (2008) diz que “virar as costas para o cotidiano é abrir mão da possibilidade de uma inserção mais caótica no mundo das ações sociais; uma inserção ordinária e corriqueira – diferente daquela do especialista e do observador imparcial” (p. 71). Ao se considerar que o mundo não se apresenta de forma ordenada ou categorizada, mas se revela em uma heterogeneidade de práticas, narrativas e ideias, nem sempre convergentes, a abertura para lidar com o caótico se torna uma necessidade evidente.

Deste modo, os fenômenos que ocorrem no cotidiano permitem acessar a processualidade de práticas e arranjos que vão além do que podem aparentar a princípio, transcendendo aquilo que está estabelecido e legitimado pelo discurso hegemônico (Sato, Bernardo & Oliveira, 2008).

3.1.1 O cotidiano de trabalho e os processos organizativos

Dentro da Psicologia, é muito comum um olhar voltado para o trabalho enquanto emprego, privilegiando aquilo que ocorre dentro das chamadas organizações. Neste contexto, surgem temáticas como gestão de pessoas, aprendizagem organizacional, cultura organizacional e motivação, herdeiras de uma tradição que busca ajustar a pessoa que trabalha à organização com ênfase no aumento da produtividade.

Divergindo desta postura mais utilitarista e propondo à Psicologia novas formas de se compreender o trabalho, Spink (1996) chama a atenção para o caráter processual dos fenômenos em detrimento de uma suposta estrutura, questionando a ideia de organização como coisa reificada – que dá destaque às práticas da gestão do trabalho dentro destas

instituições – e chamando atenção para os processos organizativos “enquanto fluxo de ações e significados sociais” (p. 176).

Se, para alguns, o significado da organização enquanto entidade objetiva – vista quase como um sinônimo de local onde se trabalha – é tomado como óbvio, para um olhar afinado com a Psicologia Social é importante investigar os significados que esta palavra assume e sua convergência ou divergência em relação às práticas cotidianas.

Conforme observa Spink (1991), até meados do século XX a palavra organização era usada para designar a ação de dar ordem. A década de 1950, com os avanços no desenvolvimento do campo profissional gerencial, marca a alteração do significado de organização, que se torna um objeto de estudo, “um baú onde os comportamentos podem ser observados” (Spink, 1991, p. 24). Esta visão traz consigo discussões e estudos sobre o que acontece no contexto organizacional e quais as melhores formas de gerenciamento das práticas.

A reificação da organização pode contribuir para deslegitimar ações que se desenrolam no terreno do local, este visto como insignificante em relação a um suposto “todo”. Assim é que, encerrada em si mesma, “a organização-todo não tem nenhum lugar para o cotidiano” (Spink, 1996, p. 185). Dentre as consequências deste tipo de visão, é possível perceber o risco de se restringir à pessoa questões de ordem relacional, que podem ser melhor compreendidas quando consideradas dentro do contexto em que se manifestam. Deste modo, um tratamento voltado para a pessoa que apresenta um determinado sintoma, desconsiderando a possibilidade de mudanças efetivas no dia a dia e nas formas de se organizar o trabalho, terá efeito bastante limitado (Spink, 1982).

A pressuposição que a concepção reificada de organização implica é que, para ser efetiva, uma mudança precisa ser minuciosamente planejada visando a organização como um todo. Isto deriva da ideia de que o todo da organização é imprescindível, e é formado por partes que se subordinam a ele. No entanto, Spink (1999) indaga se as pessoas efetivamente trabalham no todo da organização ou em partes, cada uma com lógicas e formas de organização que lhe são próprias.

Diante disso, cabe questionar o que deveria ter mais destaque: a ideia de organização-todo em seu aspecto objetivo ou as partes nas quais os processos efetivamente se desenrolam? O trabalho das pessoas efetivamente ocorre no todo da organização ou nas suas partes? Haveria um todo maior do que os acontecimentos diários? Para Spink (1996), são três as formas possíveis de se compreender esta relação.

Uma primeira concepção considera a organização como um todo que tem existência em si mesma. As partes estariam dentro deste todo e não teriam existência fora dele. As organizações são vistas em seu aspecto objetivo e material, tendo estrutura, cultura, espaços e aparatos tecnológicos próprios. As pessoas, por sua vez, seguem lógicas distintas e devem ser estudadas separadamente. Tem-se assim uma visão objetiva, adotada por uma psicologia do trabalho mais tradicional.

A segunda forma de compreender esta relação concorda com o pressuposto de que as organizações têm existência em si, mas acrescenta que as pessoas fazem parte da organização e a veem de diferentes maneiras – incluindo assim uma dimensão subjetiva. É esta a concepção adotada pelos estudos voltados para a liderança, a comunicação interpessoal e a cultura organizacional.

A terceira concepção – com a qual o autor se afina – questiona a “subordinação simbólica da parte ao todo” (Spink, 1996, p.185) e inverte a ideia apresentada pelas duas primeiras: a organização, o suposto “todo”, está dentro das partes e só em relação a elas é possível lhe atribuir existência e sentido. “O que são chamadas organizações não seria nada mais do que coleções de partes, concentrações mais densas de processos cotidianos” (Spink, 1996, p. 187). Assim, o destaque é dado aos processos através dos quais as pessoas organizam e negociam, na prática diária, o seu trabalho.

Torna-se cada vez mais claro que o dia-a-dia, o cotidiano mundano, não é um vazio de restos aleatoriamente espalhados pelo chão mas, ao contrário, é o lugar onde a gente se reconhece como gente no sentido comunicativo. Reconhece-se também que a capacidade de ordenar atividades e ações, de criar diferentes e novas formas de agir é uma característica essencialmente humana e que esta é a base que materializa os passos da humanidade no horizonte reconhecível do dia-a-dia, mesmo que os passos sejam contraditórios e seus significados confusos. O dia-a-dia organizacional é onde se trabalha; parte esta cujo horizonte – ou limite – é sociotecnicamente configurado (pelo espaço físico, maquinaria, tarefas, horários, pressupostos de controle e práticas de interação) (Spink, 1996, p. 186).

Vista deste modo, a organização nada mais é do que um fenômeno psicossocial. Discernir entre fato e processo é fundamental nesse contexto, pois enquanto o primeiro demarca uma rigidez de forma e estrutura, o segundo, ao enfatizar o caráter construído – e em construção – dos fenômenos sociais, abre espaço para a transformação (Spink, 1982).

A partir deste olhar, ganham relevo os acontecimentos que se dão no dia a dia, as/os trabalhadoras/es e as relações que se estabelecem no ambiente de trabalho, seja ele a rua, uma instituição, ONG, um escritório etc. “As organizações enquanto coisas reificadas como algo

nada mais são do que a sombra projetada pelo cotidiano em movimento ou, talvez melhor, as pegadas deixadas pela passagem da ação enquanto atividade humana” (Spink, 1996, p. 186).

No dia a dia, trabalhadoras e trabalhadores fazem usos das ordens que recebem e encontram espaços – muitas vezes pequenos, mas significativos – para usar seus próprios saberes, vinculados às suas práticas cotidianas. Mais do que isso, as pessoas não parecem trabalhar no todo de uma organização, mas em partes dela, com suas práticas e sociabilidades. Sato (1999) mostra as perspectivas que se abrem quando a concepção rígida de organização dá espaço para a ideia de processos sociais.

Se formos informados pela imagem do “baú”, buscaremos, nesse processo de construção de formas alternativas de organização, construir essa coisa e, em geral, temos em mente uma determinada forma que almejamos alcançar; mas se, ao contrário, tivermos a segunda imagem, voltaremos nossos esforços para pensar como pessoas interagem para definir objetivos e para construir os meios para atingi-los, como constroem regras, rotinas e procedimentos num contexto conformado por duas ordens de realidade: de um lado pelo fato de as pessoas terem suas histórias de vida, suas expectativas e visões de mundo e também suas necessidades materiais particulares de sobrevivência; de outro, esse contexto também é conformado pelos recursos de que se dispõe, pela tecnologia que se domina, pela realidade de mercado e pela racionalidade econômica que vigoram como parâmetros para as relações nessa sociedade (Sato, 1999, p. 220).

Rompe-se, assim, com a ideia que a capacidade organizativa está associada à figura de um líder ou gestor que planeje e direcione as atividades a serem realizadas. Ao contrário, a capacidade de organizar é uma faculdade humana, negociada coletivamente no cotidiano das pessoas (Sato & Oliveira, 2008).

Em decorrência das questões supracitadas, opta-se aqui pelo uso do termo “processos organizativos”. Sua amplitude e seu caráter processual revelam-se mais adequados à compreensão do universo do trabalho em sua complexidade – considerando não apenas as relações formais de assalariamento, mas, também, o trabalho não-regulado, precário, autônomo, o trabalho em cooperativas etc.

Se a organização enquanto um todo não é mais que um rastro da atividade que já passou, uma sombra pálida de um fenômeno multidimensional que desaparece quando a luz é acesa, segue que estes empreendimentos diversos de todos os tipos funcionam não porque as pessoas são administradas e direcionadas, mas porque a concentração de processos que seus cotidianos representam serve de ímã para o uso das caixas coletivas de ferramentas organizativas mundanas desenvolvidas ao longo da história social. Em última análise, pessoas sabem se virar. A estrutura de uma firma, hospital, escritório ou ong é uma representação de ação congelada; de pouca importância no dia-a-dia de negociação de significado. Ela pode apoiar ou restringir a ação processual pelo seu efeito simbólico enquanto mecanismo de mediação, mas não a produz nem reproduz; igual à pegada, ela tem algo a contar - só que é diferente daquilo que se está acostumado a ouvir (Spink, 1996, p. 188).

A concepção de organização enquanto processo social destaca seu caráter interativo e traz um outro olhar às situações vivenciadas. Aquilo que seria visto como problema do ponto de vista de uma “organização tradicional” passa a ser parte de um processo em que, a partir das questões que emergem no dia a dia, são feitas escolhas quanto aos modos de organização do trabalho, cada uma com suas implicações. Este processo envolve interesses tão diversos quanto as pessoas que dele fazem parte, combinando aspectos subjetivos, econômicos, políticos e sociais (Sato, 1999). O conflito, muitas vezes visto como problema a ser abafado pela gerência, passa a ser visto como o motor dos processos sociais, pois é o que favorece a busca por formas de conciliar múltiplos interesses, nem sempre convergentes.

Em consonância com a mudança de foco da organização para os processos organizativos, o cotidiano tem ganhado destaque em estudos de Psicologia Social e do Trabalho voltados para temáticas distintas, como a economia solidária (F. Oliveira, 2005; Oliveira & Lerner, 2009), a feira-livre (Sato, 2012), cobradores de ônibus (Dalmaso & Coutinho, 2010), trabalho de diaristas (Coutinho, Borges, Graf & Silva, 2013), trabalhadoras/es fordistas (Bernardo, 2006).

Um importante papel da Psicologia Social, neste contexto, é dar relevo às vivências das trabalhadoras e dos trabalhadores, levando em consideração “seu papel ativo no trabalho e suas formas de resistência” (Sato e Oliveira, 2008, p. 195). É justamente dentro do horizonte diário, onde o local e o global se desenrolam e se relacionam, que se torna possível empreender ações de resistência e de transformação.

O lugar dos processos emancipatórios é o lugar do horizonte diário, da reconstrução das relações possíveis; não é o lugar do céu e dos grandes espaços e muito menos do chão imediato; por uma razão muito simples. Estes espaços não existem – o que existe é o lugar. Olhe para a direita, e olhe para a esquerda. Pense nas múltiplas conexões entre lugares que forma o seu horizonte de ação. É só isso – nada mais. Em termos analíticos podemos falar dos mezaninos e de médio alcance, mas basicamente estamos falando do lugar onde o local e o global se conectam numa pororoca nada confortável, o lugar que habitamos e suas possibilidades emancipatórias (Spink, 2012b, p. 361-362).

A linha pela qual se deve transitar é tênue: se, de um lado, há questões pessoais, sociais e econômicas que dificultam significativamente a vida das/dos trabalhadoras/es e devem ser levadas em consideração, por outro, há formas de resistência, estratégias e táticas acionadas para lidar com os problemas enfrentados.

A partir desta perspectiva, trabalhadoras e trabalhadores são mais do que meros receptores passivos das regras e discursos do sistema dominante. Ainda que se reconheça que sua rede de relações de trabalho é marcada pela assimetria de poder, é importante ressaltar

que fazem usos daquilo que recebem. Nesses usos, bricolagem, astúcia, criatividade e resistência se combinam, criando formas próprias de empregar os produtos impostos, as quais muitas vezes contrariam as regras da ordem dominante, conforme pontua Certeau (2014). Para este autor, tais formas de se empregar as regras dominantes podem ser de ordem tática ou estratégica. As táticas são ações são marcadas pela urgência: a possibilidade de planejamento futuro é bastante limitada e se opera no tempo presente de acordo com os acasos do tempo. As estratégias, por sua vez, voltam-se para o planejamento futuro, pois permitem “capitalizar vantagens conquistadas, preparar expansões futuras e obter assim para si uma independência em relação à variabilidade das circunstâncias” (Certeau, 2014, p. 99).

Longe da aparente passividade e recepção acrítica de conteúdos externos, as pessoas constroem zonas de autonomia e controle e buscam, em alguma medida, uma apropriação do cotidiano de trabalho (Durão & Marques, 2002). A inventividade e a capacidade de “se virar” com o que se tem são particularmente importantes para se compreender o trabalho não-regulado, onde muitas vezes se torna difícil o planejamento a longo prazo, haja vista que não há para certas garantias, trabalhistas e previdenciárias, que oferecem relativa segurança a uma parcela das/os empregadas/os formais.

3.1.2 Os processos organizativos e o comércio ambulante

O comércio ambulante não ocorre em organizações, no sentido que comumente se atribui a esta palavra. No entanto, a ideia de organização enquanto ação, traduzida pelo verbo “organizar” e pela expressão “processos organizativos”, é elemento marcante deste tipo de trabalho, pondo em cheque a concepção de que o comércio informal carece de forma, normas e modos de organização próprios.

A rua como local de trabalho envolve diversas pessoas e interesses, representados não apenas por quem nela trabalha, mas também por políticas/os, pedestres, clientes, empreendedoras/es e moradoras/es da cidade como um todo. Dada a diversidade de interesses, são necessárias negociações e acordos frequentes. Estes podem ocorrer no próprio espaço onde o trabalho se desenvolve – na relação com lojistas, pedestres ou colegas de trabalho – ou podem transcender este contexto, a exemplo de manifestações, reuniões e outras articulações coletivas que buscam reivindicar o direito ao trabalho e ao uso do espaço da cidade.

Ainda que existam regras – formais e tácitas – que regulam o comércio ambulante, não há, no dia a dia, a figura de um gestor que diga como o trabalho deve ser feito: as pessoas, com os conhecimentos e ferramentas de que dispõem e ancoradas na experiência cotidiana, “se viram” e buscam continuamente novas formas de organizar seu trabalho. O planejamento do trabalho leva em consideração, a todo momento, outras dimensões da vida de cada pessoa.

As ações empreendidas por vendedoras e vendedores ambulantes no seu cotidiano de trabalho se distinguem das medidas tomadas dentro de uma organização não necessariamente pela sua efetividade, mas, possivelmente, pela forma como os saberes são construídos e acionados durante este processo. Quando ambulantes desenvolvem estratégias que facilitam o seu trabalho, não necessariamente as nomeiam ou colocam por escrito um passo a passo para repetir este resultado, mas as incorporam ao seu dia a dia, revisando-as e modificando-as conforme a necessidade. Também não frequentam, ao menos em sua maioria, cursos voltados para o aperfeiçoamento de habilidades e competências relativas ao comércio. Contudo, há trocas com colegas de trabalho e uma série de aprendizagens que se dão a partir da experiência prática, da tentativa e do erro – no trato com a clientela, as/os transeuntes e o poder público (Ribeiro, Silva & Figueiredo, 2016).

Há saberes e habilidades que contribuem para o exercício do trabalho na rua, o que faz com que nem todas as pessoas se adaptem a ele e que algumas se identifiquem mais do que outras. Em seu cotidiano, ambulantes precisam lançar mão de estratégias e táticas para lidar com problemas diversos, como mudanças no movimento de pedestres e no consumo, alterações climáticas ou, ainda, dificuldades relacionadas à gestão pública. Faz-se necessário, também, decidir quais produtos que serão vendidos, avaliar a saída destes produtos, planejar formas de conquistar a clientela e vender as mercadorias, bem como ponderar os horários de chegada e saída considerando as demais atividades que precisam realizar.

Nesse sentido, cabe demarcar que o conhecimento construído pela Psicologia para olhar para o trabalho assalariado formal e o contexto empresarial não dá conta de compreender o comércio ambulante. Considerando uma visão predominante de informalidade como o negativo do trabalho formal, além de uma Psicologia que priorizou olhar para o trabalho enquanto emprego, é preciso atenção para captar aquilo que o trabalho informal tem a falar sobre suas particularidades, sem a constante comparação a um modelo que, embora considerado como norma, é insuficiente, posto que diz respeito a apenas uma parcela da população brasileira.

3.2 O construcionismo social

O construcionismo social é um movimento contemporâneo que se interessa por compreender os modos através dos quais as pessoas percebem o mundo, partindo-se do pressuposto de que “os termos com os quais entendemos o mundo são artefatos sociais, produtos historicamente situados de intercâmbios entre as pessoas” (Gergen, 2009, p. 303). Deste modo, critica-se o determinismo – seja biológico ou cultural – e a fixidez de verdades absolutas e permanentes. O conhecimento não é visto como individual, objetivo, absoluto a-histórico. Adota-se, em vez disso, um olhar que privilegia a construção social dos fenômenos, dando atenção à historicidade, ao contexto e às conseqüentes possibilidades de crítica e transformação (Iñiguez, 2002).

De acordo com Rasera e Japur (2005), o construcionismo é fundamentado em três críticas ao fazer científico: a) a *crítica social*, inspirada em autores como Marx e Weber, que aponta para a importância de se compreender o conhecimento como parte de um contexto histórico e cultural; b) a *crítica ideológica*, influenciada pela Teoria Crítica da Escola de Frankfurt – encabeçada por autores como Adorno, Benjamin e Marcuse –, que refuta a ideia de neutralidade e objetividade da ciência, mostrando como determinadas teorias tinham seu pensamento enviesado em decorrência do seu compromisso com certos grupos sociais; e c) a *crítica retórico-literária*, que destaca o papel da linguagem, entendendo que o fazer científico tem suas explicações enquadradas pelas regras literárias e, portanto, não é autônomo em relação àquilo que descreve.

Segundo Gergen (2009), as produções dentro do construcionismo social costumam partir de, pelo menos, uma das seguintes premissas:

1. A ruptura com a ideia de conhecimento objetivo, visto como reflexo da realidade. Em vez disso, o conhecimento precisa ser enxergado dentro de uma perspectiva que considere a historicidade, a cultura e o contexto social como elementos importantes para a sua construção e transformação.
2. O caráter relacional da produção do conhecimento. As formas através das quais as pessoas apreendem e explicam o mundo é resultado das relações que são estabelecidas. Assim, há vários modos possíveis de construção e compreensão do mundo, que variam através dos tempos, culturas e contextos sociais. Tal concepção

questiona verdades estabelecidas e concepções dadas por assentes. Tratam-se, em vez disso, de práticas historicamente contingentes.

3. Não é a validade empírica de uma determinada perspectiva que garante a sua manutenção e perpetuação através do tempo, mas os processos sociais, que envolvem constantes negociações, conflitos e produções de sentido. Assim, uma determinada forma de conhecimento pode ser refutada e abandonada caso seja alvo de questionamentos dentro de uma comunidade.

4. As formas de compreensão do mundo são, ao mesmo tempo, formas de ação social e, portanto, precisam ser vistas em constante interrelação com diversas outras atividades humanas. Os modelos sociais constituem-se a partir de explicações e descrições, de modo que alterá-las implica questionar formas de ação vigentes e propor transformações.

Iñiguez (2002) salienta alguns elementos marcantes de um olhar construcionista: a) o *antiessencialismo*, pois parte-se da ideia de que as pessoas, assim como o mundo, não possuem uma natureza determinada e uma essência a ser descoberta, mas são resultado de processos sociais. No caso da Psicologia, esta concepção rejeita a ideia de natureza humana, dando relevo às práticas sociais; b) o *relativismo/antirrealismo*, refutando a crença em uma realidade objetiva pronta para ser desvelada. Em vez disso, acredita-se que a realidade está indissociada do conhecimento que é produzido sobre ela e, portanto, é construída pelas pessoas em relação, através das convenções; c) a *linguagem como possibilidade de produção de conhecimento e ação social*. A ideia de realidade é construída discursivamente e, portanto, a linguagem é não apenas uma forma de expressão, mas também – e sobretudo – um modo através do qual as pessoas constroem o mundo; d) *constante questionamento das verdades tomadas como absolutas e definitivas*, de forma que práticas que adquirem o *status* de verdade em uma comunidade, podem ser refutadas ou mesmo moralmente condenáveis em outras comunidades.

Ao adotar uma postura crítica que questiona constantemente aquilo que é tomado como óbvio, correto ou natural, a perspectiva construcionista propõe uma desfamiliarização com ideias e concepções que se tornam crenças e dificultam a construção de novas possibilidades interpretativas (Spink & Frezza, 2000). A pesquisa, assim, “não é um processo de achar o real ou uma investigação para descobrir a verdade, mas, ao contrário, é uma tentativa de confrontar, entrecruzar e ampliar os saberes” (Spink, 2003b, p. 38). Faz-se necessária, portanto, uma atenção constante às formas de conhecimento que se pretendem

universalizantes e uniformizadoras – as quais, julgando-se prontas, buscam encontrar elementos que as confirmem, muitas vezes ignorando aqueles que não se encaixam em suas categorias preestabelecidas.

A recusa à ideia de verdade absoluta não significa a aceitação de qualquer afirmação como verdade – nem, tampouco, a rejeição de concepções que orientem as visões de mundo pessoais e coletivas. Implica, contudo, considerar a verdade como parte de um contexto social e histórico – construída, portanto, a partir de referenciais morais, éticos, políticos, etc. considerados relevantes para as pessoas. Segundo Spink e Frezza (2000), este olhar remete a ideia de verdade ao campo da ética, trazendo consigo a necessidade de que sejam explicitados os referenciais que levaram a um determinado posicionamento. De acordo com as autoras:

A pesquisa construcionista é, portanto, um convite a examinar essas convenções e entendê-las como regras socialmente construídas e historicamente localizadas. É um convite a aguçar a nossa imaginação e a participar ativamente dos processos de transformação social. Impõe-se, em contrapartida, a necessidade de explicitação de nossas posições: não a escolha arbitrária entre opções tidas como equivalentes, mas a opção refletida a partir de nossos posicionamentos políticos e éticos (p. 32-33).

Ao descartar a ideia de que há uma verdade absoluta a ser desvelada e considerar, em contrapartida, a linguagem como forma de expressão e construção do mundo, a perspectiva construcionista dá relevo à produção de sentidos na vida cotidiana (Spink & Frezza, 2000). No caso da presente pesquisa, este posicionamento demarca a importância de se direcionar o olhar para as trabalhadoras e trabalhadores, levando em consideração seus interesses e formas de lidar com seu cotidiano de trabalho.

O sentido é uma construção social, um empreendimento coletivo, mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas – na dinâmica das relações sociais historicamente datadas e culturalmente localizadas – constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta (Spink & Medrado, 2000, p. 41).

Entende-se que não há uma forma superior de se entender e vivenciar o mundo do trabalho, mas múltiplas verdades na maneira como as pessoas constroem suas percepções e narrativas sobre suas experiências.

Adotando-se um olhar construcionista, o ato de trabalhar é visto como inerentemente relacional e, sendo assim, é importante demarcar a relação recíproca que se estabelece entre o trabalho e outras esferas da vida de cada pessoa (Blustein, Schultheiss & Flum, 2004; Blustein, 2011; Richardson, 1993). A relação que uma pessoa mantém com seu trabalho é

dinâmica e deve, portanto, ser compreendida dentro de uma perspectiva que considere o sujeito em sua totalidade (Spink, 1979).

De acordo com Blustein, Schultheiss e Flum (2004), o trabalho se articula com experiências subjetivas, culturais, sociais, históricas e econômicas. Há uma multiplicidade de significados que a experiência de trabalho pode possuir para diferentes pessoas, o que se relaciona com as experiências sociais e pessoais de cada uma.

Partindo-se desta perspectiva, ideias como sucesso e satisfação, no trabalho e em outros domínios, assim como as escolhas das/os trabalhadoras/es a respeito das suas trajetórias e de seus cotidianos de trabalho, passam a ser definidas e redefinidas no espaço relacional dentro de múltiplos relacionamentos, em oposição a uma definição absoluta e imutável.

IV

O CAMINHO METODOLÓGICO

4.1 Configurando os objetivos da pesquisa

Após leituras, observações, conversas e reflexões, o objetivo geral desta pesquisa ficou delineado da seguinte maneira: compreender o cotidiano de trabalho de vendedoras e vendedores ambulantes da rua Teodoro Sampaio (São Paulo, SP) através da perspectiva dos processos organizativos.

Uma série de outras perguntas surgiram a partir deste questionamento inicial a fim de se ampliar a compreensão desta forma de trabalho. Assim, foram formulados quatro objetivos específicos:

- Descrever as estratégias de que lançam mão para lidar com questões e problemas que emergem em seu cotidiano.
- Investigar a importância das redes de sociabilidade no trabalho ambulante;
- Descrever os sentidos que o trabalho e, mais especificamente, o trabalho nas ruas, assume para estas pessoas;
- Identificar o que leva mulheres e homens a esta atividade e compreender que valores orientam suas trajetórias.

4.2 O percurso da pesquisa

Inicialmente, transitei por regiões da cidade de São Paulo com alta concentração de comércio ambulante, observando a dinâmica dos locais e conversando com trabalhadoras e trabalhadores. A partir de então, foi escolhida uma determinada região da cidade para a realização da pesquisa. Priorizei um local em que houvesse um número considerável de ambulantes, mas em que fosse possível, também, observar a confluência de múltiplas formas de trabalho. Nesse sentido, foi escolhido um trecho específico da rua Teodoro Sampaio: aquele que compreende o metrô Faria Lima e o cruzamento com a rua Mourato Coelho, onde há uma profusão de ambulantes e lojas de comércio popular. A minha familiaridade com a rua também contribuiu consideravelmente para a escolha deste local.

Em junho de 2014, foi realizada uma entrevista piloto com um vendedor ambulante de ponto fixo que trabalhava nesta rua e, ao longo deste mesmo ano, tive uma série de conversas

informais com outras/os trabalhadoras/es. Tais procedimentos contribuiram para refinar e ampliar a compreensão da temática estudada, enfatizando as suas práticas cotidianas e valorizando as vozes das/os próprios/as trabalhadoras/es acerca de suas experiências.

As/os ambulantes foram acessadas/os em seus locais de trabalho e indagadas/os a respeito de sua disponibilidade para participar da pesquisa. Dentre as pessoas que abordei, a maioria recusou o meu convite – algumas alegaram que já tinham respondido pesquisas na semana ou mês anterior, outras atribuíram a recusa ao movimento da região, outras tantas simplesmente declinavam do convite, alegando que não se sentiam à vontade.

As pessoas que se dispuseram a conversar comigo foram de grande valia para que eu encontrasse novas/os ambulantes para entrevistar. Suas indicações foram certas: se diziam que a pessoa aceitaria participar da pesquisa, a resposta era positiva; se tinham dúvidas ou achavam que eu receberia uma recusa, era o que de fato ocorria.

A pesquisa realizada foi de natureza qualitativa a partir da realização de entrevistas compreensivas e incursões a campo, momento em que interagi com as/os vendedoras/es e frequentadoras/es da região e também pude observar seu cotidiano de trabalho. A ênfase das entrevistas e demais interações era dada às trabalhadoras e aos trabalhadores em suas vivências e percepções.

A partir da perspectiva compreensiva, as entrevistas são concebidas como um momento de compartilhamento de conhecimentos entre pessoas. As/os entrevistadas/os contribuem com a pesquisa trazendo seus saberes, distintos em maior ou menor medida daqueles que a/o pesquisadora/or possui e auxiliam na coconstrução da entrevista (Kaufmann, 2013).

As entrevistas semidirigidas foram realizadas em horário comercial no próprio local de trabalho das/os ambulantes. Muitas/os me trataram de forma semelhante a uma visita, convidando-me para sentar, oferecendo um lugar para que guardasse minha mochila, uma água ou café. Após cada entrevista, realizei questões a respeito de dados sociodemográficos que, porventura, não tivessem sido contemplados ao longo das narrativas. Foram realizadas questões relativas a idade, raça, sexo, estado civil, número de filhas/os, escolarização, renda média mensal, número de residentes em sua casa e ocupação profissional de cada um/a.

O objetivo das entrevistas semidirigidas foi a compreensão dos significados que as pessoas atribuem às suas vivências, com especial atenção “aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas” (Minayo, 1993, p. 244), bem como a forma que constroem e organizam seu dia a dia de trabalho.

O roteiro de entrevista foi formulado com o cuidado de oferecer questões abertas o suficiente para propiciarem uma narrativa livre das/os entrevistadas/os, de forma que fosse possível expressar espontaneamente suas reflexões e vivências, mas dentro de um eixo norteador organizado por mim. Assim, foram elencados tópicos importantes para os objetivos da pesquisa, tais como: práticas cotidianas, trajetórias de trabalho, atividades realizadas no tempo livre e projetos futuros de cada pessoa (Anexo A).

As entrevistas iniciaram-se com uma indagação a respeito das práticas cotidianas de trabalho das/os ambulantes até o momento presente. Os demais tópicos de discussão previstos no roteiro foram incluídos ao longo do processo de entrevista – e apenas caso não houvessem sido contemplados espontaneamente pelas narrativas das/os participantes. Neste sentido, tratou-se, antes, de uma conversa, havendo flexibilidade tanto para a realização de perguntas não previstas no roteiro, quanto para a escuta de outras temáticas consideradas relevantes pelas/os entrevistadas/os e que pudessem contribuir para a compreensão das suas vivências.

Kaufmann (2013) aponta a importância de uma relação dialógica com a/o entrevistada/o e a interação global da/o pesquisadora/or com o que ele nomeia de universo nativo, visando potencializar as chances de narrativas não superficiais por parte da pessoa entrevistada. Para o autor, “o encontro no campo instiga à reflexão sobre si no pesquisado, provoca um esboço reflexivo e autoexplicativo e, assim, pode nos revelar a teoria nativa” (Kaufmann, 2013, p. 8).

Neste sentido, também anotei, em um diário de campo, as minhas impressões acerca das entrevistas, observando aspectos como a condição do ambiente, características e comportamento da/o entrevistada/o, as condições da própria entrevistadora, a relação que se estabeleceu entre entrevistadora e entrevistada/o, assim como quaisquer outras situações que possam passar despercebidas ao se ouvir a gravação – conforme procedimento adotado por Dytz, Rocha e Mello (1999).

Paralelamente à realização das entrevistas, caminhei diversas vezes pelo local, interagindo e observando as relações estabelecidas entre as/os vendedoras/es e demais frequentadoras/es da rua, fossem ambulantes, lojistas, clientes, pedestres ou policiais. Tais observações também foram anotadas no diário de campo. Após as entrevistas, fiz novas visitas às/aos ambulantes e, com isso, tivemos novas conversas. Algumas destas conversas visavam esclarecer ou aprofundar certos pontos das suas narrativas, outras trataram de temáticas variadas. Estas conversas também foram incluídas nos relatos na medida em que se mostraram pertinentes ao tema estudado e mediante a concordância das/os trabalhadoras/es. As condições em que se dão as conversas entre pesquisadora e pesquisadas/os são de

fundamental importância para o andamento da pesquisa e, nesse sentido, buscou-se construir uma relação em que predominasse a boa sociabilidade (Kaufmann, 2013).

As explicações a respeito da pesquisa e daquilo que poderia ser feito com os informações obtidas foram dadas em momentos diversos do processo, não apenas durante a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (elaborado em duas versões: uma para mulheres e outra para homens – Anexos B e C). Cinco entrevistas foram gravadas e uma foi registrada por escrito, conforme preferência da entrevistada.

4.2.1 Análise das entrevistas

A análise das entrevistas foi realizada de acordo com o método proposto por Kaufmann (2013), que evita o rótulo de análise de conteúdo e prefere utilizar a proposta de uma fabricação da teoria. Em contraposição ao pragmatismo da mera aplicação de técnicas, ganha destaque o caráter artesanal do processo da pesquisa e o papel da/o pesquisadora/or enquanto analista.

Buscou-se, a partir de uma decomposição do discurso, a identificação de núcleos de sentido – ou variáveis-chave, como nomeia Kaufmann (2013) – que permitissem uma compreensão mais aprofundada do fenômeno estudado através de um processo de indução analítica.

Inicialmente, foram realizadas leituras flutuantes das transcrições das entrevistas, buscando identificar os temas que se repetiam ao longo das narrativas e que se mostravam relevantes para a compreensão das vivências de cada pessoa. No intuito de se facilitar o processo de análise, os temas foram grifados em cores diferentes e, ao lado de cada fala, foram escritas as possibilidades de análise daí decorrentes. Às informações obtidas por ocasião das entrevistas foram acrescentadas aquelas que emergiram nas demais conversas que tivemos.

Considerando as temáticas que se repetiam ao longo das narrativas, foram formuladas cinco categorias de análise: a rotina do trabalho nas ruas, as redes de sociabilidade, os sentidos atribuídos ao trabalho ambulante, as trajetórias de trabalho até o comércio ambulante e os projetos futuros. As categorias de análise não foram definidas a priori, mas surgiram a partir das narrativas das/os ambulantes a respeito do seu cotidiano e suas trajetórias de

trabalho. É importante destacar que tais categorias, conquanto separadas para facilitar a análise, aparecem em constante inter-relação nas narrativas das/os entrevistadas/os.

Posteriormente, seguiu-se para a análise propriamente dita, incluindo-se aí inferências e interpretações das narrativas de acordo com o referencial teórico proposto. A partir de então, foi realizado um registro escrito de cada entrevista, abrangendo tanto as categorias gerais de análise formuladas para a compreensão das narrativas e vivências de cada entrevistada/o, quanto as particularidades trazidas por cada pessoa.

A última etapa da análise consistiu no agrupamento das narrativas a partir das temáticas comuns que emergiram nas entrevistas. Contudo, optei por dar espaço à heterogeneidade das vivências, destacando não apenas semelhanças e convergências, mas também as diferenças e dissonâncias.

4.2.2 Considerações sobre a ética na pesquisa

A visão de ética adotada por mim está em consonância a ideia de Schmidt (2008) de que a ética não é algo passível de se concretizar por decreto, mas um “modo de habitar o mundo, lugar de atualização de valores e atitudes” (p. 392). A ética, portanto, não é estática e tampouco pode ser reduzida a uma série de prescrições. No contexto da pesquisa acadêmica, esta visão demarca a importância de um constante exercício de autorreflexão por parte de pesquisadoras e pesquisadores, o que implica deliberações constantes acerca dos caminhos a serem seguidos e suas consequências.

Vista desta maneira, a ética permeou todo o processo de pesquisa, envolvendo, inclusive, o próprio tema a ser estudado, escolhido por ser entendido como “psicologicamente relevante” (Spink, 2003b, p. 25). Esteve presente também na condução das entrevistas e conversas e na forma de se narrar as experiências cotidianas de trabalho de cada pessoa.

A participação na pesquisa foi voluntária, sendo assegurada às/aos participantes a liberdade para abandoná-la a qualquer momento da sua realização, sem que isso implicasse qualquer tipo de penalização. A forma de narrar os resultados de pesquisa envolveu, a todo momento, ponderações quanto aos possíveis efeitos da sua divulgação, “direcionando escolhas sobre o quê, como e para quem escrever” (Schmidt, 2008, p. 397). Do mesmo modo, a confidencialidade foi analisada em cada caso, estando sujeita ao desejo de cada pessoa de

manter ou não o anonimato, bem como à avaliação quanto aos potenciais riscos da divulgação dos seus nomes reais.

As/os participantes também receberam explicações claras acerca da pesquisa, seus objetivos e procedimentos, podendo solicitar o esclarecimento de quaisquer dúvidas sempre que necessário. Via de regra, surgiam perguntas ao final das conversas, quando elas/es se sentiam mais à vontade para inverter os papéis e me entrevistar. O que mais lhes interessava saber eram os motivos que me levaram a querer estudar o trabalho que realizavam e o que aconteceria com o material proveniente das entrevistas.

4.3 Participantes

Participaram da pesquisa duas trabalhadoras e quatro trabalhadores ambulantes da cidade de São Paulo que estabeleciam seus pontos de venda na Rua Teodoro Sampaio. As/os participantes têm idade entre 50 e 59 anos e o tempo de trabalho na Teodoro Sampaio varia entre 15 e 32 anos - como as licenças só foram obtidas a partir de 1988, isto significa que algumas pessoas chegaram a trabalhar na região sem ponto fixo antes de conseguirem a licença.

No que se refere aos estados de origem, predominam pessoas oriundas do Nordeste: duas pessoas são baianas, uma cearense, uma recifense e duas paulistas. A busca por trabalho foi o fator de maior influência para a mudança para São Paulo, incentivada por familiares e/ou amigas/os que já residiam na capital paulista. Todas/os trabalham com ponto fixo, sendo que quatro possuem Termo de Permissão de Uso e duas pessoas alugam a banca de terceiros.

A escolaridade varia entre Ensino Fundamental Incompleto e Ensino Médio Completo. A condição financeira da família é apontada como maior dificuldade para a continuidade da trajetória escolar, ainda que algumas pessoas mencionem, também, uma falta de identificação com a escola em que estudavam. A vida de trabalho, não à toa, começou cedo, variando dos sete aos dezessete anos.

Em virtude do tipo de trabalho não assalariado e suscetível ao consumo da clientela e ao movimento da região, a renda média de cada ambulante varia ao longo dos meses. A renda mínima relatada foi de oitocentos reais e a máxima de três mil reais mensais. Cabe ressaltar a dificuldade para se estimar a renda, em decorrência tanto de sua variação ao longo do ano quanto da complexidade do cálculo, que demandaria, para ser preciso, o somatório do

montante ganho em cada mês e o abatimento das despesas relativas a deslocamento, compras de mercadorias e demais gastos com o comércio ambulante – como custos de máquina de cartão, estacionamento, TPU etc.

Quatro pessoas são casadas, moram com os cônjuges e/ou filhas/os e têm casa própria. Duas delas são divorciadas e precisam arcar com o aluguel de suas moradias – um mora sozinho e não tem filhas/os e a outra mora com a filha e o neto de 8 anos.

Quanto à participação do orçamento familiar, um homem arca com todas as despesas da casa por morar sozinho, dois homens são provedores da família e três pessoas (um homem e duas mulheres) dividem as despesas familiares com outras/os moradoras/es da casa, não sendo possível identificar um provedor ou provedora principal.

V
AS CIDADES E AS RUAS

5.1 As cidades e as ruas como movimento e transformação

Da janela do seu quarto de hotel, o narrador do conto “O homem das muldões”, de Edgar Allan Poe (2001), observa a rua a sua frente. Inicialmente, o que vê é uma multidão homogênea. Aos poucos, a continuidade da observação, o exercício da atenção e, posteriormente, sua incursão na rua a princípio apenas observada, lhe permitem distinguir grupos de transeuntes bastante diversos, bem como mudanças significativas na paisagem e nos fluxos de pessoas com o decurso das horas.

É o refinamento do olhar e a disponibilidade para adentrar na cotidianidade dos fenômenos que permite a apreensão dessa diversidade. Não à toa, João do Rio (2008), ao se referir à sua paixão pelas ruas, aponta para a limitação dos dicionários: estes, com suas rígidas definições encerradas em curtos verbetes, são incapazes de abarcar a multiplicidade da rua, priorizando sua geografia e sua função na locomoção da população pela cidade. Saindo do campo das teorias e conhecimentos já prontos e estabelecidos, o autor deixa claro que, longe de ser captada por uma definição estanque, “a rua continua, matando substantivos, transformando a significação dos termos, impondo aos dicionários as palavras que inventa, criando o calão que é patrimônio clássico dos léxicos futuros” (Rio, 2008, p. 29).

A rua é não apenas viva, mas múltipla. “Mistura de tipos, de função e atividades, a ordenação da rua idealizada, asséptica, bela e tranquila, contrasta com o bulício da inevitável desordem trazida pelas mudanças urbanas” (Pesavento, 1996, p. 65). É capaz de transformar as línguas, seja criando novos verbetes, seja ressignificando os antigos. Dada a sua recorrência no contexto das cidades, é elemento emblemático do cenário urbano. No entanto, sua materialidade importa menos que sua posição em um sistema mais amplo, no qual se opõe, enquanto espaço público, à casa, situada na esfera do privado (Da Matta, 1997; Magnani, 1998).

Para Da Matta (1997), a casa e a rua têm, cada uma, sua moral, valores, normas e formas de ver e atribuir sentidos ao mundo. A casa aparece associada àquilo que é familiar, à hospitalidade, ao convívio com iguais, à segurança, à harmonia, à calma. O conforto que a casa proporciona fica explicitado em expressões como “se sentir em casa”, ao passo que “ir pro olho da rua” e “rua da amargura” revelam a impessoalidade e a insegurança que é possível encontrar no espaço da rua. Nela, há a malandragem, a luta e, também, a individualização, o “cada um por si”, o perigo.

A oposição casa e rua, porém, não é absoluta e fixa, mas fluida. A relação estabelecida entre o espaço da rua e o espaço da casa é de mútua reprodução, e há, inclusive, grupos que se apropriam do espaço da rua de formas diversas, fazendo deste um espaço no qual podem se sentir em casa.

Faz-se importante notar, contudo, que não é possível falar de uma rua emblemática, capaz de representar todas as outras. Como apontam João do Rio (2008) e Pesavento (1996), não há uniformidade: as ruas são plurais e bastante diversas, podendo apresentar personagens e características bem diferentes umas das outras.

Para Pesavento (1996), embora as ruas sempre tenham existido, elas modificaram-se sensivelmente em meados do século XIX, com o advento do capitalismo. Neste período, o urbanismo e a industrialização inverteram as relações entre campo e cidade. As ruas deixaram de ser meramente aquilo que separava as casas para ganhar status de espaço público, em oposição ao privado. Enquanto a casa se associa à individualidade e à família, a rua é o espaço onde o público acontece.

Magnani (2003) destaca que ao se olhar para as ruas para além de sua materialidade – manifesta em sua função enquanto espaço de circulação –, abre-se o caminho para a rua enquanto experiência, vista como local em que múltiplas sociabilidades acontecem. A partir de então, aquilo que anteriormente era visto como caos urbano pode ser percebido em sua regularidade, lógica e ordem próprias. Um olhar atento permite perceber que a rua é palco de múltiplos acontecimentos, que vão além da mera circulação de pessoas e automóveis. A rua é também moradia, local de festas, manifestações e encontros. Por ela, transitam diversos personagens e podem ser percebidos múltiplos comportamentos, valores e crenças.

Ruas, praças, edificações, viadutos, esquinas e outros equipamentos estão lá, com seus usos e sentidos habituais. De repente, tornam-se outra coisa: a rua vira trajeto devoto em dia de procissão; a praça transforma-se em local de compra e venda, o viaduto é usado como local de passeio a pé, a esquina recebe despachos e *ebós*, e assim por diante. Na realidade são as práticas sociais que dão significado ou ressignificam tais espaços, através de uma lógica que opera com muitos eixos de significação: casa/rua; masculino/feminino; sagrado/profano; público/privado; trabalho/lazer e assim por diante. Uma classificação com base nesses eixos de oposições não produz tipologias rígidas (rua como pista de rolamento; calçada, área de circulação de pedestres, etc.) porque não opera com sentidos unívocos; às vezes, o espaço do trabalho é apropriado pelo lazer, o do passeio é usado como local de protesto em dia de manifestação, o âmbito do masculino é invadido pelo feminino, a devoção termina em festa... (Magnani, 2000, p.39).

João do Rio (2008) atenta para as ruas também enquanto local de trabalho, apresentando um leque de pequenas profissões que nelas é possível observar. Morador do Rio

de Janeiro do início do século XX, o autor observava tatuadores, engraxates, músicos ambulantes, pintores e uma série de outras pessoas que se aproveitavam de um momento de necessidade do pedestre para oferecer um produto ou serviço – inclusive os urubus, como o autor nomeia aqueles que esperavam a morte de alguém para oferecer serviços funerários.

Um simples passeio pelas ruas permite que se observe uma multiplicidade de pessoas comercializando produtos diversos a todo momento: artesanato, eletrônicos, acessórios para celulares, computadores e *Ipads*, roupas e acessórios, bijuterias, bolsas e alimentos são apenas alguns exemplos. Vendedoras e vendedores podem se especializar na comercialização de um tipo de produto ou variar as mercadorias vendidas de acordo com as demandas da população, que podem sofrer influência de uma série de fatores, como alterações climáticas ou eventos específicos, além de novas tendências surgidas do mundo da moda ou do entretenimento.

É toda uma faixa da população que ameaça – efetivamente ou não, mas não é isso que importa – escapar ao controle e à vigilância de uma ordem idealizada e que se busca pôr em prática. Uma parcela destes elementos faz da rua o seu meio de vida e seu espaço de ação. É o caso das negras doceiras, reminiscências do tempo da escravidão ou das lavadeiras que lavam no rio e vêm secar as roupas nas calçadas, porque outro espaço o solo urbano não lhes reserva. Ou então é a mendicante que percorre as ruas, sendo um objeto de suspeita, ou compaixão (Pesavento, 1996, p. 65).

Se de um lado, há uma força que busca regular e controlar o espaço urbano, há múltiplas formas de resistência e de reinvenção deste mesmo espaço. Segundo Pinheiro-Machado (2003), enquanto as camadas mais altas da população veem as ruas como locais de passagem, pessoas das camadas mais populares muitas vezes se apropriam deste espaço de forma diversa, fazendo dele outros usos. Em estudo etnográfico com comerciantes de rua de Porto Alegre, a autora observou que a rua também é local onde a vida pessoal acontece, mesmo porque as jornadas de trabalho são consideravelmente extensas. Lazer, flertes, início de amizades ou namoros, relações sexuais, festas e celebrações se misturam ao trabalho em longas jornadas de até 15 horas de duração. Os finais de semana são também dias de trabalho, ainda que marcados por um caráter mais festivo, com músicas mais altas e danças. As próprias bancas apareciam como pequenas casas, onde se encontravam utensílios de uso pessoal como escova de dentes, espelhos, almofada e alimentos. Observa-se, assim, uma reinvenção e ressignificação do espaço público, rompendo com a contraposição da rua enquanto local público e da casa como espaço privado.

A rua é também onde se evidencia o direito à cidade e a ocupação do espaço urbano está estreitamente relacionada às desigualdades sociais, que influenciam na forma como as

questões relativas a higiene, segurança etc. vão ser tratadas em diferentes ruas e bairros. Como aponta Magnani (2003), a cidade é locus de contradições e desigualdades no que se refere a moradia, acesso a bens e serviços, vulnerabilidade à violência. No entanto, ela não pode ser vista sob um único ângulo: há diversas maneiras de se apropriar do seu espaço e, portanto, múltiplas sociabilidades que se relacionam no espaço urbano.

Certeau (2014) critica a cidade-conceito, ou seja, a concepção de cidade que privilegia a racionalização de um modelo a ser atingido. Divergindo da rigidez da cidade vista desta forma, propõe a ideia de práticas – cotidianas, microbianas e urbanas. Este posicionamento permite enxergar atividades e formas de organização distintas daquelas apreendidas por quem olha a cidade a partir da sua adequação – ou não – a uma forma ou norma preestabelecida.

Escapando às totalizações imaginárias do olhar, existe uma estranheza do cotidiano que não vem à superfície, ou cuja superfície é somente um limite avançado, um limite que se destaca sobre o visível. Neste conjunto, eu gostaria de detectar práticas estranhas ao espaço “geométrico” ou “geográfico” das construções visuais, panópticas ou teóricas. Essas práticas do espaço remetem a uma forma específica de operações (“maneiras de fazer”), a “uma outra espacialidade” (uma experiência “antropológica”, poética e mítica do espaço) e a uma mobilidade *opaca e cega* da cidade habitada. Uma cidade *transumante*, ou metafórica, insinua-se assim no texto claro da cidade planejada e visível (Certeau, 2014, p. 159).

Em contraposição a uma visão utópica que considera uma cidade que nunca chegou a existir efetivamente, a ideia de práticas remete à uma construção contínua, mutável. Abre mão do funcionalismo que tem como meta um dado modelo de desenvolvimento para enxergar a cidade em suas possibilidades. Assim, “se, no discurso, a cidade serve de baliza ou marco totalizador e quase mítico para as estratégias socioeconômicas e políticas, a vida urbana deixa sempre mais remontar aquilo que o projeto urbanístico dela excluía” (Certeau, 2014, p. 161). As práticas microbianas resistem à ordem instituída, questionam sua lógica e dela fazem novos e astuciosos usos.

Não à toa, a/o comerciante de rua “redefine espaços, projeta e monta seus equipamentos; burla leis e acaba por inspirar criação de novas; cria suas próprias regras, impõe-se” (Costa, 1989, p. 44), ressignificando e reinventando, de certa maneira, os usos possíveis do espaço da rua – a exemplo da ruptura com a visão dicotômica do público e do privado.

5.2 A rua Teodoro Sampaio

É diante da diversidade e da multiplicidade de ruas que podem ser encontradas em uma mesma cidade que se faz necessário apresentar mais detalhadamente o local em que esta pesquisa foi realizada: a rua Teodoro Sampaio, no bairro de Pinheiros, Zona Oeste de São Paulo. A rua, neste caso, não é mero cenário: conhecê-la permite uma melhor compreensão das múltiplas formas de trabalho que lá se dão.

Esta rua foi assim nomeada em homenagem ao engenheiro civil, geógrafo, historiador e professor baiano nascido na cidade de Santo Amaro. Teodoro Fernandes Sampaio defendeu, entre outras coisas, o saneamento nas cidades brasileiras. Se João do Rio (2008) aponta para ruas distintas – algumas malandras, outras austeras, algumas nobres, outras sinistras – a Teodoro Sampaio não apenas se distingue de outras ruas da capital paulista, mas traz, em si mesma, paisagens e formas de sociabilidade muito diversas.

A rua se inicia no cruzamento com a Avenida Doutor Arnaldo – próximo à estação Clínicas, da Linha Verde do metrô, inaugurada em setembro de 1992. Termina no cruzamento com a Avenida Brigadeiro Faria Lima, onde se encontra a estação Faria Lima, da Linha Amarela do metrô – esta última, mais recente, inaugurada em maio de 2010.

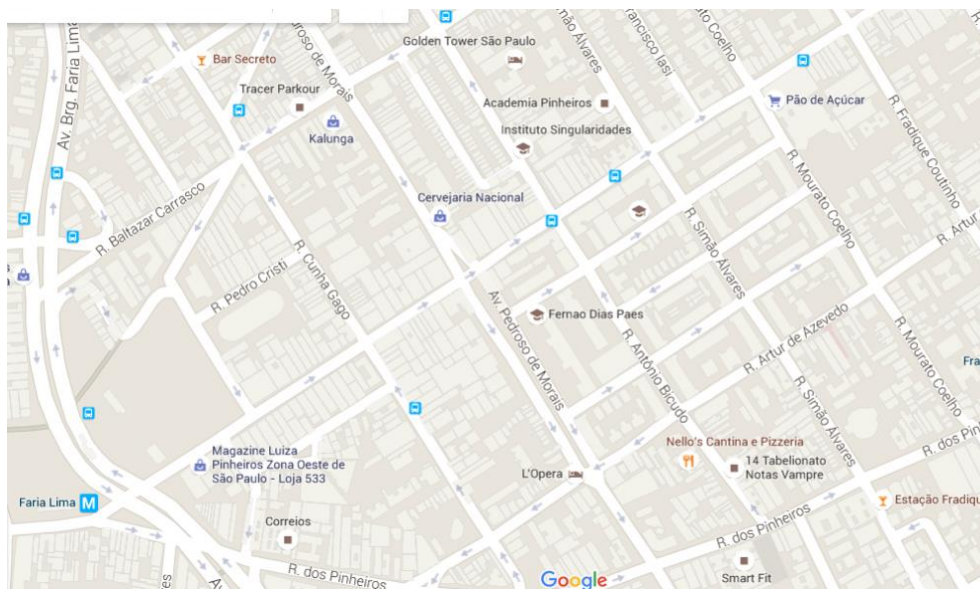


Figura 1: Trecho da Teodoro Sampaio entre o Metrô Faria Lima e a rua Mourato Coelho

Fonte: Google Maps, acesso em 20/11/2015.

Esta pesquisa, contudo, não se deu em toda a Teodoro Sampaio. As conversas e observações mais frequentes ocorreram no trecho entre o metrô Faria Lima e o cruzamento com a rua Mourato Coelho, justamente por sua maior concentração de ambulantes e lojas de comércio popular. É, portanto, a partir deste trecho, já no final desta rua de cerca de 3km, que a Teodoro Sampaio será aqui apresentada.

Em outubro de 2015 foram contabilizadas 40 bancas neste segmento da Teodoro Sampaio. Os produtos vendidos são diversos, mas as capas e os acessórios para celulares e *tablets* predominam, sendo maioria dos produtos encontrados em onze destas bancas. Também são frequentes brinquedos, bolsas, bijuterias, bonés e chapéus.

Neste espaço, diversas pessoas coexistem. Parte delas está lá trabalhando – ambulantes, lojistas, trabalhadoras/es de bares e restaurantes, pessoas que distribuem panfletos –, mas há, também, clientes destes diversos serviços, pessoas que simplesmente perambulam pela região e/ou utilizam a Teodoro como passagem para outros locais, moradoras/es, além de pessoas que trabalham e almoçam nas proximidades.

O quadrante entre o metrô Faria Lima e o cruzamento com a rua Cunha Gago apresenta maior concentração de vendedoras/es ambulantes da Teodoro Sampaio – e, segundo parte delas/es afirma, trata-se da região com maior fluxo de pedestres. É lá que se concentram as lojas de móveis/eletrodomésticos a preços mais populares, que oferecem maiores possibilidades de parcelamentos das compras, como Ponto Frio, Magazine Luiza, Marabrás e Casas Bahia.

Este quadrante ainda concentra lojas de roupas, calçados e produtos variados. É possível, dentro de uma mesma loja, comprar produtos muito diversos, como parafusos, filtros de água, chapéus, objetos decorativos, utilidades domésticas, etc. Após a Cunha Gago, começa a diminuir a concentração de ambulantes, ainda que apareçam em quantidade considerável até a rua Mourato Coelho.

No trecho da Teodoro Sampaio que compreende a Av. Faria Lima e o cruzamento com a rua Mourato Coelho, é possível encontrar quatro galerias. Uma delas, que fica situada na Esquina da Teodoro Sampaio com a Dr. Manoel, possui lojas de produtos e serviços diversos, como xerox, lanchonetes, bijuterias, papelaria etc. As três demais são bastante parecidas: pequenos boxes agrupam cosméticos e perfumaria, acessórios para celulares e computadores, roupas, fantasias e até mesmo outros serviços, como depilação.

Os boxes mais próximos à rua normalmente já estão alugados. Aqueles que se encontram disponíveis para aluguel geralmente localizam-se mais ao fundo das galerias e, portanto, ainda que possam ter um preço mais barato, apresentam uma grande desvantagem

para as/os vendedoras/es: são visíveis apenas para aquelas/es que se dispõem a entrar na galeria e circular por ela.



Figura 2: Rua Teodoro Sampaio, entre metrô Faria Lima e rua Cunha Gago: lojas populares e ambulantes.

Fonte: Arquivo da autora, 16/11/2015

As estratégias de vendas de parte das lojas muitas vezes se confundem ou se sobressaem às das/os próprias/os ambulantes. Destacam-se as exposições de produtos variados nas regiões mais próximas às calçadas, frequentemente com placas anunciando descontos. Também são comuns promoções divulgadas através de microfones ou megafones, onde lojistas buscam interagir com a clientela, dando-lhes motivos para entrar nas lojas. Na calçada em frente a uma das lojas, foi possível observar a presença de um artista que divulgava os produtos da loja duas vezes por semana, trajando uma fantasia enquanto fazia brincadeiras com as pessoas que transitavam pela rua.

Parte das mercadorias comercializadas pelas/os ambulantes pode ser encontrada nas lojas e galerias da região. Os preços dos produtos também costumam ser parecidos, mas não há uniformidade: é possível, em certos casos, encontrar alguns artigos mais baratos em lojas e galerias do que nas ruas, mas a recíproca também ocorre. Em algumas lojas, há a possibilidade de negociar formas de pagamento e descontos, sobretudo para compras à vista.

Nas calçadas, contudo, os produtos vendidos pelas/os ambulantes se destacam. A rua atua como uma vitrine e as/os ambulantes têm consciência disso. Não são poucas/os as/os

vendedoras/es que aproveitam um breve olhar de um/a pedestre em direção a um produto exposto em sua banca para tecer-lhe um cumprimento e buscar formas de interação – parte das minhas entrevistas, inclusive, iniciou-se desta maneira. Negociações são bastante frequentes, não apenas com relação a descontos, mas também quanto às formas de pagamento: parte das/os vendedoras/es permite que certas/os clientes, normalmente cativas/os, levem a mercadoria mesmo sem dinheiro em mãos, realizando o pagamento posteriormente, em uma relação baseada na confiança. Enquanto conhecedoras/es privilegiadas/os da região, ambulantes também acabam orientando pedestres quanto aos seus trajetos, indicando caminhos para locais diversos.

Além das lojas, das galerias e do comércio ambulante, é possível observar outras formas de trabalho na região. Estacionamentos próximos à Teodoro são usados pelas/os ambulantes para guardar suas bancas mediante o pagamento de um aluguel. Há pessoas que são responsáveis por montar e desmontar as bancas das/os ambulantes e/ou transportá-las até o estacionamento. Alguns estabelecimentos da região alugam espaços para ambulantes guardarem parte do seu estoque. Eventualmente, é possível encontrar, pessoas que passam pela rua oferecendo mercadorias diversas a lojistas e ambulantes de ponto fixo, como rifas, bichos de pelúcia, bolos. Há quem venda quitinhas para ambulantes e lojistas na hora do almoço. Há também pessoas distribuindo panfletos de divulgação, e outras tantas vestindo ou segurando placas que anunciam serviços diversos – a mais observada é aquela que divulga compra e venda de ouro.

Ao longo do segundo semestre de 2015, foi possível encontrar algumas pessoas sentadas no chão das calçadas, sobretudo nas proximidades dos supermercados Pão de açúcar e Dia. Por vezes, estavam apenas pedindo dinheiro. Parte delas pedia um auxílio financeiro oferecendo alguma contrapartida, como balas ou utensílios domésticos. Havia, também, pessoas que vendiam produtos diversos, como bolsas e calçados de couro ou colares e pulseiras. Nenhuma dessas pessoas tinha ponto fixo na região, tampouco horário de chegada ou saída. Contudo, foi bastante raro passear por esta rua e não encontrar ao menos alguém sem ponto fixo comercializando algum produto.

Em uma caminhada pela Teodoro Sampaio, partindo do metrô Faria Lima até o Metro Clínicas, é possível perceber que o cenário vai se modificando de forma gradual, porém bastante clara. A profusão de lojas populares e comércio ambulante começa a se esvaír nas proximidades da rua Mourato Coelho. A partir da rua Fradique Coutinho, a mudança no cenário é nítida: predominam as lojas de móveis para casa e escritório, sendo marcante a venda de colchões, sofás, poltronas, lustres e escrivaninhas. Estas lojas normalmente possuem

preços mais elevados, possibilidades de parcelamento das compras mais reduzidas e estratégias de disposição dos produtos diferentes. Balaios em que vários produtos ficam expostos a preços promocionais à frente da rua desaparecem, bem como as divulgações de produtos e preços via megafone e, mesmo, pessoas distribuindo panfletos. À diferença da maioria do comércio ambulante da rua, estas lojas também funcionam aos domingos.

O comércio ambulante desaparece na região: nas calçadas, só é possível encontrar bancas de jornais e revistas, além de uma banca de Hortifruti. Esta última se diferencia nitidamente das demais bancas de comércio ambulante, posto que possui nome próprio e, além disto, as pessoas que nela trabalham trajam um avental colorido que as identifica.

A partir do cruzamento da Teodoro Sampaio com a rua João Moura, já nas proximidades da estação de metrô Clínicas, as vendedoras e os vendedores ambulantes tornam a aparecer, ainda que em número mais escasso que nas proximidades da estação Faria Lima do metrô. Nesta região, o cenário mais uma vez se modifica, com destaque para as lojas de instrumentos musicais. Há, também, algumas lojas de roupas, bares, restaurantes e uma loja de utilidades gerais.

Aos sábados, dia em que ocorre a Feira da Praça Benedito Calixto, surgem pessoas vendendo artesanato, acessórios e brinquedos nas calçadas da rua Teodoro Sampaio, nas proximidades da praça. Grande parte delas não expõe suas mercadorias na região nos outros dias da semana.

As lojas na Teodoro Sampaio começam a abrir por volta das 8h ou 9h da manhã, com exceção de farmácias e supermercados, que abrem mais cedo. A partir das 20h, começam a fechar as lojas, diminuindo consideravelmente o movimento nesta rua. Um pouco mais tarde, por volta das 23h, encerra-se o expediente de farmácias e supermercados.

Na região entre a estação de metrô Faria Lima e a rua Mourato Coelho, alguns bares se mantêm abertos até mais tarde. Após o cruzamento com a rua Mourato Coelho, os bares e restaurantes diminuem em quantidade e voltam a se tornar mais frequentes apenas no outro extremo desta rua, nas proximidades da estação de metrô Clínicas.

Nas narrativas das/os ambulantes que trabalham na Teodoro Sampaio há tempo considerável, é comum ouvir relatos de mudanças no espaço físico desta rua. Lojas abrem e fecham, lojistas são contratadas/os e desligadas/os, mas as/os vendedoras/es ambulantes, com todas as dificuldades e incertezas advindas de uma relação complexa e multifacetada com a população e uma relação ainda mais delicada com os responsáveis pela gestão da cidade, permanecem ali. Em grande parte dos casos, são mais fixas/os e estáveis do que as próprias lojas.



Figura 3: Lojas de móveis e calçadas sem ambulantes após cruzamento com a rua Fradique Coutinho.

Fonte: Arquivo da autora, 13/11/2015

Ainda que para a/o transeunte ocasional a região pareça bastante movimentada, muitas/os ambulantes têm se queixado da diminuição do movimento – e, conseqüentemente, do comércio – na região de Pinheiros. Rosa, uma das vendedoras com quem conversei, já chegou a procurar outras ruas da cidade para trabalhar, mas tem sentido que a mudança no movimento é geral. As hipóteses explicativas para tal fenômeno são diversas e, nos últimos meses, a crise foi apontada como maior justificativa. É consensual a percepção de que tal problema afeta tanto ambulantes quanto lojistas da região.

O movimento, aliás, não é uniforme ao longo do ano. Em épocas comemorativas, como o Natal, há uma tendência de aumento no fluxo de pedestres – e, conseqüentemente, nas compras. Cientes disso, ambulantes mudam sua dinâmica cotidiana no intuito de aumentar as vendas: costumam chegar mais cedo, sair mais tarde e trabalhar, também, aos domingos. O mês de janeiro, por sua vez, costuma ter um movimento mais baixo, mas a alteração ou não no volume de vendas depende, também, de cada ambulante e do produto vendido.

Se, para muitas pessoas das camadas mais altas da população, a rua é vista como local de passagem, vendedoras e vendedores ambulantes reinventam a função do espaço urbano. Transitar pela Teodoro Sampaio permite que se observe esta questão com muita clareza. A rua

é local não apenas de trabalho, mas de interações diversas: em suas bancas, vendedoras e vendedores conversam com clientes, lojistas, amigas/os e colegas de trabalho no intervalo entre uma venda e outra.

Passando pelas ruas, nem sempre se vê a mesma pessoa em uma banca e isso se deve a vários fatores. A banca pode estar vazia por breves instantes ou aos cuidados de colegas ou lojista, caso a pessoa responsável tenha se ausentado para resolver alguma questão. Pode, ainda, ser um empreendimento familiar. Assim, é possível ver um sobrinho cuidando da banca do tio ou o marido trabalhando na banca da esposa. Normalmente, contudo, há uma pessoa que fica na banca com mais frequência e é responsável por ela. Também há casos em que familiares têm duas bancas. Geralmente, cada pessoa cuida da sua, mas eventuais ausências podem fazer com que uma pessoa se responsabilize pelo atendimento das duas bancas.

É neste contexto de profusão de personagens e formas de trabalho diversas – lojas, ambulantes de ponto fixo, pessoas que eventualmente fazem uso deste espaço para vender algo e/ou pedir dinheiro, distribuidoras/es de panfletos etc. – que trabalham as/os participantes da pesquisa. Serão explorados, a seguir, aspectos diversos do cotidiano de trabalho destas/es vendedoras/es.

VI

O DIA A DIA DE TRABALHO: ELEMENTOS DA ROTINA

6.1 A organização das bancas: montagem, pernoite e disposição das mercadorias

O dia-a-dia de trabalho começa cedo e envolve alguns processos que seguem uma ordem muito semelhante para todas/os as/os vendedoras/es, relacionados à rotina de transporte, montagem e desmontagem das bancas, arrumação dos produtos, atendimento à clientela, pausas para refeições e outras necessidades.

No entanto, há muito espaço para a imprevisibilidade, marcada sobretudo pelo movimento e o tipo de cliente que aparece. Cada ambulante lida com as questões relativas à sua rotina – como a duração das jornadas de trabalho e a conciliação do trabalho na rua com outras atividades – de formas diferentes, e, do mesmo modo, são diversas as formas possíveis de se organizar o trabalho.

Dentre os elementos comuns do cotidiano de trabalho das vendedoras e dos vendedores ambulantes que participaram desta pesquisa, é possível destacar:

- 1) Deslocamento de casa para a Teodoro Sampaio;
- 2) Transporte da banca do estacionamento ou prédio em que pernoita para a rua;
- 3) Montagem da banca, no caso de bancas não-móveis;
- 4) Organização da banca e disposição dos produtos;
- 5) Atendimento à freguesia e comercialização dos produtos;
- 6) Refeições;
- 7) Finalização do dia de trabalho e transporte da banca para o local em que pernoita;
- 8) Deslocamento para casa;
- 9) Compra de mercadorias.

O deslocamento entre a Teodoro Sampaio e a residência de cada pessoa pode variar de poucos minutos, como é o caso de João e Rosa, que moram próximos ao local de trabalho, a quase duas horas, caso de Carlão, Alceu e Sandra, que moram consideravelmente longe da região.

Uma vez na Teodoro Sampaio, a primeira tarefa a ser realizada para que um dia de trabalho tenha início é o transporte das bancas, que pernoitam em algum estacionamento ou estabelecimento da região. Algumas pessoas fazem este trabalho sozinhas, outras optam por contratar alguém para a realização do transporte.

Romário, Rosa e João pagam um rapaz para levar suas bancas do estacionamento para o ponto em que se dão as vendas. Assim, as bancas já estão no seu devido local quando chegam para trabalhar. No entanto, é preciso organizá-las, dispondo as mercadorias do modo adequado. No caso de Rosa, que costuma começar a trabalhar no final da manhã, muitas vezes é possível ver sua banca já na calçada, coberta por uma lona, antes da sua chegada.

Carlão paga 25 reais por semana a um rapaz para que faça o transporte da sua banca de manhã cedo, porque o itinerário entre o estacionamento e a Teodoro Sampaio envolve a subida de uma ladeira, a qual evita por problemas na coluna. Ao fim do trabalho, leva a própria banca ao estacionamento, descendo a mesma ladeira que prefere evitar subir.

Alceu transporta a sua própria banca – e também a de sua esposa – diariamente, sem recorrer a ninguém para este serviço. Esta tarefa demanda que ele chegue na região um pouco mais cedo. Sandra, por sua vez, possui um modelo de banca mais antigo, sem rodinhas. Por esta razão, contrata um rapaz não apenas para transportar sua banca, mas para montá-la, pagando-lhe o valor de vinte reais por semana. Findo o dia de trabalho, ela mesma desmonta e guarda a sua banca.

O tempo de arrumação da banca varia de acordo com cada pessoa, as mercadorias vendidas e o volume de atendimentos durante o período de organização da banca. Carlão chega cedo à região e gasta no máximo quinze minutos para organizar sua banca. Rosa, que começa o dia de trabalho no final da manhã e precisa pendurar parte das mercadorias do lado de fora da banca, gasta uma hora ou mais. Ao longo do dia, as/os clientes escolhem e experimentam os produtos, muitas vezes alterando sua disposição nas bancas, o que torna necessário reorganizá-los de forma adequada.

Nesse sentido, o comércio ambulante se organiza de modo distinto ao das lojas, que costumam abrir para funcionamento já arrumadas: uma vez que transeuntes são livres para andar no horário que lhes convêm e que, para as/os vendedoras/es ambulantes, é preciso preservar as vendas, a organização da banca e os atendimentos à freguesia podem ocorrer de forma simultânea ou intervalada.

O atendimento à clientela e as vendas propriamente ditas envolvem uma série de estratégias. É necessário desenvolver maneiras de atrair o público e atentar para o atendimento em si, o que envolve formas de tratar a clientela e negociações que são feitas para se fechar uma compra. Em razão de sua complexidade e importância para o comércio de rua, estas estratégias serão abordadas em um tópico a parte.

As refeições ocorrem em momentos variados do dia e têm relação não apenas com a fome que se sente, mas também com o volume de atendimentos e o dinheiro que se dispõe

para alimentação. Há quem encomende uma quentinha, quem recorra a um restaurante ou compre um lanche e quem traga comida de casa. Em dias mais corridos, algumas pessoas esquecem de se alimentar ou não conseguem encontrar um momento para pausa, fazendo um pequeno lanche na própria banca durante o intervalo entre um atendimento e outro.

As refeições podem ser realizadas na própria banca, em um bar ou restaurante da região ou mesmo no interior de alguma loja próxima. A depender da relação que se mantém com as/os lojistas do entorno, é possível contar com o espaço físico das lojas para se guardar alimentos na geladeira, esquentá-los e até mesmo realizar as refeições.

Ao longo de cada dia, há momentos de maior intensidade de trabalho e outros em que é possível encontrar pequenas brechas. Assim, descanso e pausas são realizados na medida em que as demandas de trabalho permitem, sendo possível, eventualmente, conversar com colegas ou amigas/os, fumar um cigarro, ir a um bar próximo para um cafezinho ou ao banco realizar alguma transação financeira. Alguns momentos mesclam diferentes funções. Uma conversa com clientes ou amigas/os pode ser momento de descontração e, ao mesmo tempo, desembocar em uma venda. Deslocar-se para uma banca próxima pode ser uma oportunidade de conversar, fazer uma compra, tomar algo emprestado ou, ainda, discutir questões relativas ao trabalho ou à vida pessoal. A própria banca pode servir a um momento de descanso ou alimentação, ao mesmo tempo em que se está de prontidão para atender a um/a cliente.

Após o dia de trabalho, as/os ambulantes precisam de um lugar para guardar sua banca e mercadorias. A maioria faz uso de algum dos estacionamentos localizados na região, pagando valores variados para o pernoite. Sandra é a única que não usa estacionamento: optou por guardar sua banca e grande parte do seu estoque no armário de um prédio bem próximo ao local onde trabalha. Para tanto, paga um aluguel mensal de trezentos reais. Ainda assim, há moradoras/es que não veem com bons olhos a sua presença como locatária do espaço do prédio.

Ao fim de um dia de trabalho, as pessoas que contratam alguém para transportar a banca deixam-na fechada e coberta na própria calçada, para que o rapaz contratado a leve de volta para o estacionamento. Quem não recorre a este serviço tem que fazer o próprio transporte da sua banca, ampliando a duração de sua jornada de trabalho.

Como se observa, trata-se de um dia de trabalho longo, cujas pausas surgem de acordo com a conveniência e a disponibilidade de cada pessoa, bem como com o volume de atividades que é necessário realizar por conta própria.

6.2 Escolha e compra das mercadorias

A compra das mercadorias é parte importante da rotina de trabalho. O período da semana em que se dedicam a esta tarefa e a frequência com que o fazem variam de acordo com cada vendedora/or e, também, com a saída dos produtos. Contudo, a maioria prefere fazer as compras antes de ir para o trabalho e seguir já com as novas mercadorias para a rua Teodoro Sampaio.

As mercadorias são compradas na própria cidade de São Paulo. Dentre as pessoas entrevistadas, apenas Carlão produz parte dos produtos que vende, mas ainda assim precisa recorrer a lojas e feiras para complementar seu estoque. No caso de Sandra, que trabalha com camisetas de temáticas diversas, sobretudo relacionadas ao *rock and roll*, os produtos são comprados na Galeria do *Rock*. Dentre os locais de compra de produtos, destaca-se a rua 25 de março, mas também o Brás e o Bom Retiro. Embora a acusação de pirataria recaia sobre as/os ambulantes, é importante observar que estes locais são frequentados por um público consumidor bastante diverso, como pessoas que compram para uso próprio, ambulantes com e sem ponto fixo e, também, por lojistas. Alceu e Sandra fazem questão, aliás, de chamar atenção para este fato: muitas vezes os produtos são estritamente os mesmos, se distinguindo apenas por uma etiqueta ou pelo *status* da pessoa ou estabelecimento que os vende, como apontado por Pinheiro-Machado (2008) ao se referir à complexidade da relação entre formal e informal.

Alceu renova o estoque durante a semana e em seguida segue para a Teodoro Sampaio. Ressalta que não tem lugar fixo para comprar mercadorias, mas recorre, principalmente, à feira da madrugada no Brás. Carlão, Rosa, João e Romário têm a Rua 25 de Março com principal destino para a compra de mercadorias.

João renova seu estoque cerca de duas vezes por semana, mas prefere fazer suas compras aos domingos, dia em que pode passar um longo tempo na 25 de março comparando os preços das mercadorias antes de fazer suas escolhas. Os produtos podem sair de mais de quinze lojas diferentes, revelando assim sua ponderação cuidadosa do custo-benefício, bem como sua análise quanto ao potencial de vendas de cada item. Rosa recorre a importadoras e opta por fazer as compras durante a semana. Faz questão de destacar a importância de se pedir a nota fiscal, atitude que evita problemas com a fiscalização.

Atualmente, as mercadorias têm sido compradas com menor frequência, em decorrência da diminuição do movimento e, conseqüentemente, do volume de vendas das/os

ambulantes da região. Rosa compra suas mercadorias uma vez a cada duas semanas, aproximadamente. Quando o movimento era maior, chegava a fazê-lo duas vezes por semana. Carlão também compra seus produtos em média a cada duas semanas – não apenas porque o movimento está fraco, mas também porque parte das mercadorias de sua banca é de fabricação própria. Faz suas compras durante a semana, de manhã bem cedo. Romário renova seu estoque com maior frequência: recorre à 25 de março cerca de duas vezes por semana, geralmente antes de ir para o trabalho.

A escolha do que vender é feita levando-se em consideração variados motivos, que podem envolver gosto pessoal, praticidade e visão estratégica quanto à saída dos produtos. Nesse sentido, são múltiplas as maneiras possíveis de se planejar o trabalho, como também são diversas as pessoas, locais e formas de trabalho possíveis. O que importa é ressaltar que não há uma maneira correta, necessariamente superior às demais, mas “opções e consequências” (Spink, 2003a).

Enquanto, para algumas pessoas, é necessário variar as mercadorias com o objetivo de vender mais, para Sandra a escolha do que vender aparece muito mais atrelada ao seu gosto pessoal do que a análises de custo-benefício. A ideia de que é impossível considerar o trabalho fora do contexto relacional em que este ocorre (Blustein, 2004) fica evidente no modo como o trabalho se entrelaça com outras dimensões da vida de Sandra: é seu interesse pela música – o *rock*, em especial– que orienta a escolha dos produtos que irá vender.

E é isso, ó: aqui dá pra você sobreviver, cê toma sol, toma chuva e poluição e, cê vê, pedem informação, é a vida da gente, mas eu gosto. Sei lá, é minha vida, eu gosto do que eu faço, eu gosto dessas coisas. Eu trabalho com rock, eu gosto de rock. Então o que eu vendo tem a ver comigo. Entendeu? Eu gosto de imagem, eu gosto desse tipo de coisa. Tem a ver comigo. Agora se você falar assim, “ah, muda de mercadoria porque...”, já não sei se eu... se eu me daria bem. Mas eu tô trabalhando com um tipo de coisa que eu gosto. [Sandra]

Assim como Sandra, Alceu acredita que cada pessoa vende aquilo que gosta. Já Rosa, que aluga a banca de uma outra pessoa, manteve os produtos que já vinham sendo vendidos nesta banca e não considera trocá-los. A identificação com os produtos vendidos não aparece como critério relevante para ela.

João e Romário escolhem o tipo de mercadoria a ser vendida levando em consideração o retorno financeiro oferecido. João experimentou vender diversos produtos ao longo de sua trajetória de trabalho, como bijuterias e bolsas. Contudo, sempre que percebia um enfraquecimento das vendas, tentava novos produtos quando acabava o estoque. Hoje, vende acessórios para celulares e *Ipads*. Fez esta escolha porque acredita que a informática se

desenvolveu bastante nos últimos anos e por isso seus produtos têm bastante saída: *“tecnologia toda hora alguém tá comprando, homem, mulher, bolsa não. Você que é mulher sabe que demora mais pra comprar bolsa”*.

Assim como João, Romário vendeu produtos os mais variados ao longo de sua trajetória. Começou com doces, balas e refrigerantes. Depois, decidiu incluir *dvds* em sua banca, mas a iniciativa não ofereceu o retorno esperado, haja vista que estas mercadorias eram apreendidas com bastante frequência. Seguiu, então, a sugestão dada por um delegado e abriu mão deste tipo de produto. Hoje vende chapéus, porque sente que as vendas ocorrem com maior frequência, o que lhe oferece certa estabilidade. Conforme observa, *“no chapéu dá pra gente viver mais um pouco tranquilo. Se hoje não vende, amanhã vende. E é assim, tempo quente vende mais, final de ano vende mais, no feriado o pessoal gosta muito de chapéu feriado, né, pra viajar”*.

Parte das escolhas de Carlão também estão atreladas ao lucro que proporcionam e, por este motivo, ele altera algumas mercadorias da sua banca a depender da resposta das/os clientes: faz questão de manter os fones de ouvido, que têm boa saída, mas desistiu das capas de celular, porque observa que ninguém as tem comprado – deste modo, não pretende renovar o estoque quando se esgotarem aquelas que ainda restam em sua banca. A lógica de saída de mercadorias, conquanto muito importante, não é a única a orientar seu pensamento. A venda de bijuterias está estreitamente relacionada ao seu gosto por confeccioná-la, ainda que a questão financeira apareça como empecilho para que trabalhe exclusivamente com esta mercadoria e demande a compra de produtos de outros estabelecimentos.

A maioria das pessoas vende esses negócios de fone, de carregador, de capinha. A maioria vai seguindo, vai se modernizando, né. Mas bijuteria eu nunca esqueço. Sempre vai ter, porque é isso que eu gosto de fazer. Mas você pôr uma banca mesmo de bijuteria é muito dinheiro. É dinheiro demais. É caro, as coisas. Aí você não pode vender caro. Tem brinco que custa dez reais pra cê comprar, cê vai vender por quanto? Então não dá, é muito caro você montar uma banca de bijuteria. [Carlão]

Romário e Carlão chamam atenção para o fato de que muitas/os ambulantes vendem mercadorias parecidas, o que realmente se observa ao se caminhar pela Teodoro Sampaio. Destacam-se os chapéus e bonés, acessórios para celulares, *tablets* e computadores, roupas, meias, lenços e brinquedos.

No entanto, atrás desta aparente uniformidade, há, também, diversidade, percebida na forma como as pessoas combinam suas mercadorias dentro de uma mesma banca. Há algumas bancas que, embora tenham um tipo de produto predominante, oferecem outros que

aparentemente destoam do conjunto, mas são mantidos por apresentarem boa saída. Deste modo, é possível encontrar alicates e cortadores de unha em uma banca onde destacam-se meias, cintos e carteiras; fones de ouvido em uma banca onde predominam bijuterias; ou, ainda, sombrinhas em uma banca voltada sobretudo para tecnologia. Produtos como colado, durex e pilhas também são frequentes em muitas bancas.



Figura 4: Banca de um vendedor da região: as peças do vestuário são dominantes, mas também é possível encontrar fones de ouvido (canto inferior esquerdo). Na parte interna da banca, embora não seja possível perceber pela foto, cortadores de unha dividem espaço com meias.

Fonte: Arquivo da autora, 22/03/2016

Ser ambulante envolve, assim, saber se aproveitar das oportunidades para incluir novos produtos considerando sua utilidade para os clientes. Implica reconhecer que as diferentes estações demandam variações dos produtos vendidos e também saber diferenciar, a partir do consumo das/os clientes, os produtos que têm maior potencial de vendas daqueles que estão “encalhados” – e nos quais não vale a pena continuar investindo. O que se verifica é o uso astucioso de uma sabedoria desenvolvida no dia a dia, a partir de tentativas e erros que

demandam, a todo momento, a revisão e conseqüente reformulação de estratégias antigas. Revela-se, portanto, como as ideias de organização e planejamento se fazem presentes na vida destas vendedoras e destes vendedores (Pinheiro-Machado, 2003).

Um fator que influi na escolha e compra das mercadorias é o montante de dinheiro de que se dispõe, conforme é possível observar na fala de Carlão. Quando conversamos no mês de novembro, ele sentia a necessidade de incluir novos produtos em sua banca, mas queria fazer sua escolha cuidadosa e calmamente, ponderando o potencial de vendas de cada produto. Para tanto, precisava, em primeiro lugar, de um capital inicial de que não dispunha no momento.

Eu preciso dar uma volta na cidade ver o que que tem de interessante. Eu preciso arrumar um dinheiro e dar um rolezinho lá [na rua 25 de março] e ver o que tem de interessante pra trocar. Sei lá. Tem que arrumar um dinheiro primeiro, bom, né? Pra dar um volta. Tem que arrumar um dinheirinho, senão vai perder o dia. Pra pesquisar, olhar o que tem de interessante. Que cê acha que vai vender. [Carlão]

6.3 Os gastos relativos ao comércio ambulante

Trabalhar como ambulante envolve uma série de gastos diários, mensais e anuais, conforme é possível perceber na Tabela 1. Destacam-se o pagamento ao rapaz que faz o traslado das bancas entre o seu ponto de vendas e o estacionamento, a despesa com custos da máquina de cartão – que é mantida por algumas pessoas em decorrência da compreensão de que aceitar cartão potencializa a chance de vendas –, os gastos com o aluguel do TPU, no caso de quem o aluga de outras pessoas, o pagamento mensal do estacionamento ou outro local onde pernoitam as bancas, gastos com alimentação na rua, transporte de casa para a Teodoro Sampaio, a compra de mercadorias e o pagamento da taxa para uso do espaço público.

Tabela 1 - Despesas com o comércio ambulante

Serviço	Gasto em reais	Quantas pessoas recorrem a este serviço
Taxa para uso do espaço público	Cerca de mil e seiscentos reais anuais	Cinco
Pernoite das bancas	De cem a trezentos reais mensais	Todas
Transporte das bancas	De vinte a sessenta reais semanais	Quatro
Transporte casa/trabalho	Mínimo de sete reais por dia	Todas
Montagem da banca	Vinte reais semanais	Uma
Aluguel de TPU	Quatrocentos reais mensais	Duas
Alimentação	Variável	Todas
Máquina de cartão de débito/crédito	De quarenta e quatro a cento e quarenta e quatro reais mensais	Quatro

O rapaz que transporta ou monta as bancas de boa parte das/os ambulantes cobra preços variados. A definição do preço a ser pago envolve ponderações acerca da distância entre as bancas e o estacionamento em que ficam guardadas, além do próprio peso das bancas, conforme pontua Romário. A contratação ou não deste serviço, assim como o preço a ser pago por ele, envolve critérios que variam para cada ambulante.

Rosa, por exemplo, paga sessenta reais por semana a um rapaz que busca e leva a banca do seu ponto na Teodoro Sampaio para o estacionamento todos os dias. Segundo ela, algumas pessoas pagam trinta reais por semana, mas ela particularmente considera este valor baixo. Ainda que precise administrar cuidadosamente suas finanças, sobretudo em períodos de poucas vendas, prefere pagar o dobro para oferecer um pagamento que considera satisfatório.

Já João, que tem sua banca em um estacionamento localizado a cerca de 100 metros de seu ponto de venda, decidiu ainda assim contatar alguém para a realização do transporte. Desta forma, acredita ser possível ajudar o rapaz, que tem nesta atividade sua fonte de renda mensal, além de evitar sobrecarga na coluna.

Aí eu preferi pagar pra ele, porque ele já tá acostumado. Aí é vantagem pagar pra ele, paga pouco também, 20 reais por semana, 25. Se tira um dele, o salário dele cai. Um que aumenta, entra o salário dele, cada um que sai o salário dele cai. Então é mais vantagem pra ele nesse lado. [João]

Deste modo, embora a geração de renda seja fundamental para todas/os, não é o único fator a influenciar as ações de cada vendedora/or. Há uma multiplicidade de lógicas e valores que orientam o comércio ambulante – e algumas atitudes em nada se assemelham a uma visão utilitarista de maximização dos lucros. Em certos casos, é possível observar a predominância de um senso de justiça e apoio mútuo.

A maioria das pessoas com quem conversei tem termo de permissão de uso, conquistado nas gestões de Luiza Erundina ou Marta Suplicy, ambas afiliadas, à respectiva época, ao PT. Quem tem o termo soube através de colegas, na época da distribuição, que as licenças estavam sendo ofertadas e buscou retirar a sua. No entanto, a obtenção da licença estava atrelada à comprovação de que a pessoa já trabalhava como ambulante, o que podia trazer algumas dificuldades. No caso de Carlão, o fato de ter suas mercadorias apreendidas pelo “rapa” foi o que o salvou: apresentou o documento de apreensão como prova de que já trabalhava na área e, assim, conseguiu o seu TPU.

Quem não possui este termo de permissão precisa alugá-lo de terceiros, o que implica novas despesas. João desembolsa quatrocentos reais por mês com este aluguel e, mesmo não sendo o titular do termo, é ele quem paga a Prefeitura pela licença para uso do solo. Rosa, por sua vez, paga cem reais semanais, mas os encargos com a licença anual são de responsabilidade do titular do termo.

Verifica-se que uma série de outras formas de trabalho e geração de renda são potencializadas pelo comércio ambulante, revelando uma interdependência entre práticas de trabalho formais e informais, conforme sinalizado por Itikawa (2004), Pinheiro-Machado (2008) e Silva (2011). Ao comprarem mercadorias para revenda, as/os vendedoras/es movem diversas esferas da economia. Para algumas pessoas, o trabalho também envolve gastos com máquinas de cartão de crédito e débito. Assim, não apenas estabelecimentos da rua 25 de março, do Brás, do Bom Retiro e do centro podem se beneficiar deste tipo de comércio, mas também os locais que atuam como fornecedores destes estabelecimentos e toda uma série de pequenas/os e grandes produtoras/es que se envolvem, direta ou indiretamente, na fabricação das mercadorias. Isto coloca o comércio ambulante como parte de uma ampla rede de produção em escala global (Silva, 2011).

No âmbito local, alguns estabelecimentos aproveitam as demandas das/os vendedoras/es para aumentar seus rendimentos, como os estacionamento do entorno da Teodoro Sampaio (que lucram mesmo fora do horário de funcionamento, ao disponibilizar, mediante pagamento mensal, local para o pernoite das bancas).

As/Os ambulantes também podem contribuir com o movimento dos restaurantes e bares, que frequentam seja para um café, lanche ou refeição completa. Alceu, por exemplo, destaca também que é cliente da loja em frente à sua banca, em uma relação de consumo potencializada pela conveniente proximidade e pela relação que estabelece com vendedoras/es e funcionárias/os. Ambulantes também contribuem para o próprio comércio informal da região, comprando mercadorias de colegas ou recorrendo a quentinhas ou lanches no horário das refeições.

A Prefeitura também recebe pagamento das/os ambulantes regularizadas/os pelo uso do espaço público. Para quem conseguiu o TPU mas não tem interesse em trabalhar como ambulante (ou faz uso de uma outra banca, registrada no nome de um familiar, por exemplo), o aluguel do ponto também é uma forma possível de geração de renda.

No que se refere às relações de trabalho possíveis dentro do comércio ambulante, observa-se, pelo menos, três: 1) a/o vendedora/or é também proprietária/o da banca e da licença; 2) a/o vendedora/or aluga a banca de terceiros a um preço fixo e fica com o lucro propiciado pelas vendas; ou 3) a/o vendedora/or trabalha em relação de assalariamento com a/o dona/o da banca.

6.4 As vantagens do trabalho nas ruas: “um dia nunca é igual ao outro”

Para muitas pessoas, trabalhar nas ruas é algo muito prazeroso. Isto se deve, sobretudo, às redes de relações acionadas, pois na rua se convive diariamente com clientes, lojistas, pedestres e ambulantes, sendo que, com algumas destas pessoas, são marcantes o carinho e a afetividade.

Então como eu já conheço todo mundo aqui, tenho aquele afeto por todo mundo né, assim como as pessoas também têm comigo, então o dia a dia pra mim é um dia a dia gostoso, né? É porque eu me acostumei a trabalhar, não sei fazer outra forma de trabalhar na rua, entendeu? Já virei aquele, como se diz, aquele rato de rua. Tem o rato de porão, né? Eu sou aquele rato de rua, né?[Alceu]

Algumas pessoas destacam a preferência pela liberdade da rua, com seus múltiplos personagens e acontecimentos, em detrimento a um local fechado e de rotina repetitiva. A autonomia é fundamental para a compreensão das vantagens do comércio ambulante: a ausência de patroa ou patrão e a falta de horários fixos traz flexibilidade na organização do

trabalho e da rotina, conforme observado, também, por Garcia et al. (2010), Pinheiro-Machado (2008) e Salvitti et al. (1999). Não é preciso dar satisfação em caso de ausências e nem se corre o risco de ter de lidar com chefes autoritárias/os e injustas/os. Ainda assim, é importante ressaltar que este trabalho se encontra à mercê das ações policiais e que as jornadas, apesar da flexibilidade, são normalmente exaustivas, uma vez que são ampliadas no intuito de se aumentar a renda auferida.

Uma vantagem associada ao trabalho autônomo é a possibilidade de ganhar dinheiro todos os dias, a cada venda, e não apenas no início do mês, como ocorre na maioria dos empregos assalariados. Além disso, este trabalho viabiliza a abertura de um negócio próprio sem um capital inicial alto, já que, embora o comércio ambulante envolva gastos e pagamentos periódicos, estes são mais acessíveis do que os gastos necessários para a abertura até mesmo de um pequeno negócio, como um *box* em uma galeria da região.

Ter um ponto fixo e situação regular perante a Prefeitura também é visto como um aspecto positivo. Como diz Romário, “*a vantagem é porque aqui cê pode trabalhar, né? Aqui você tem o direito de trabalhar. Mesmo com (in)experiência, você aprende um pouco*”. O ponto fixo diminui os riscos de violência policial e a cobrança de propinas. Carlão demarca a diferença do seu trabalho atual em relação à instabilidade que viveu durante o período em que trabalhou sem licença.

Eu tava em São Paulo, era correndo do rapa. O rapa passava, cê saia correndo, às vezes cê não conseguia, o pessoal pegava. Quando eu viajava não, cê ia pra cidade fazer festa, cê ficava de boa lá. Aqui era mais difícil trabalhar. O rapa passava toda hora. Toda hora passava o rapa aí. “Ó lá” [o rapa]. “Corre!” Ah, o povo corre. [Carlão]

6.5 As dificuldades do trabalho nas ruas: “é muita luta”

Embora, para algumas pessoas, seja difícil enxergar desvantagens no trabalho como ambulante à primeira vista, é possível perceber, em todas as narrativas, diversas alusões à luta diária para promover o próprio sustento e também de suas famílias.

As alterações climáticas são consideradas um grande problema do trabalho nas ruas. Dias quentes, frios ou chuvosos trazem, cada um, problemas diferentes a serem enfrentados. As ações possíveis de se empreender para contornar estes problemas são limitadas e, em certas ocasiões, cobrir a banca para proteger as mercadorias não é suficiente.

A chuva é um dos motivos pelos quais Sandra opta por guardar parte do seu estoque de mercadorias no armário que aluga em um prédio próximo. Quando o tempo fecha e o vento é muito forte, chega até a desmontar sua banca, a fim de evitar que seja levada pelo vento, como já aconteceu uma vez. O sol – mais forte a depender do lado da rua em que se trabalha e variável de acordo com a mudança das estações – também pode dificultar o trabalho, provocar cansaço físico, calor e sede, além de estragar certos tipos de mercadorias.

Outros problemas enfrentados no dia a dia são causados pelo barulho – dos ônibus, carros, lojas e pedestres – e pela poluição. Impactos do trabalho ambulante na saúde pessoal não foram trazidos espontaneamente por ninguém ao se pensar as dificuldades relativas a este tipo de comércio. Contudo, três pessoas relataram, em momentos diversos das conversas, problemas de coluna³, que podem ter sido deflagrados ou potencializados por um trabalho que envolve passar um tempo considerável em pé ou sobre uma cadeira. Não à toa, a maioria destaca que o trabalho como ambulante é bastante cansativo.

Uma desvantagem destacada por todas/os em diversos momentos de suas narrativas é a diminuição do movimento na região, de uma forma geral, associada à redução do consumo de quem ainda frequenta a rua – o que atribuem ao atual contexto econômico e político do país. A maioria aponta para uma redução de pelo menos 50% das vendas, com impactos consideráveis nos rendimentos propiciados pelo trabalho.

Hoje o dia a dia tá sofrido. Não tá vendendo nada, por causa acho que é dessa crise, o pessoal tá... chora muito. Uma coisa que eu vendia por vinte, a quinze o pessoal tá reclamando já do preço. Eu falo “mas eu tô vendendo abaixo do preço”. “Mas tá caro, moço, não sei o quê”. Tá difícil pra vender. Poucas pessoas tão comprando. O movimento nosso caiu, pelo menos o meu, né? 60%, 70%. Caiu muito, muito, muito, muito mesmo. Tá difícil, tá luta pra cê arrumar um dinheiro. Mas tamos aqui, tamos lutando, vamos ver. Espero a melhora no ano que vem, né? Que esse ano acho que não tem chance mais não. Esse ano o pessoal já tá todo endividado, o dinheiro de 13º, de salário já tem dono. Acho que não é mais deles. Então não tem como gastar. [Carlão]

Para Carlão, a inauguração da estação Faria Lima do metrô, muito próxima ao seu ponto de trabalho, prejudicou as vendas na região. Se antes era preciso andar pela rua para pegar um ônibus, hoje muitas pessoas fazem o trajeto pelo subsolo, diminuindo assim o movimento de pedestres na Teodoro Sampaio. “A cada estação que eles fazem, as pessoas vão sumindo. A pessoa descia aqui e ia pra lá. Agora já desce lá. Aí raramente aparece

³ A repercussão do comércio ambulante na postura das/os trabalhadoras/es foi observada mais detalhadamente por Ibanhes (1999). O autor, analisando os impactos deste tipo de atividade na saúde, observa dores diversas, na cabeça, estômago, pernas e costas – relacionadas a questões posturais –, e também tensões relacionadas aos desgastes propiciados por este tipo de trabalho.

alguém”. Como se observa, o trabalho faz parte de um contexto relacional e sofre influência de fatores sociais, históricos e econômicos (Blustein, 2011).

A relação com pedestres e clientes, ainda que seja relatada normalmente como pacífica, agradável e sem conflitos, às vezes pode trazer dificuldades, como aponta Rosa: *“tem gente que às vezes passa e reclama da banca, né? Mas eu não falo nada. Reclama que às vezes eu tô atendendo e o pessoal tá no meio da calçada. E eu não posso falar nada. Senão eu vou brigar com todo mundo”*.

Alceu atribui à política a responsabilidade pelos maiores problemas encontrados no seu cotidiano de trabalho, pois considera que as pessoas envolvidas neste meio sempre buscam atender aos seus próprios interesses, negligenciando a população – que só é bem tratada até que se vença a eleição. Critica a burocracia que as/os vendedoras/es ambulantes têm de enfrentar no dia a dia e acredita que é preciso dar trabalho para o povo. Para ele, *“quando uma política não soluciona trabalho para o povo, que pelo menos que deixe o povo também se virar, se alimentar, buscar algo pra manter o seu padrão de vida”*. Acredita que as/os políticos devem deixar que as/os ambulantes trabalhem, mesmo que seja cobrado algum imposto para a realização da atividade – uma vez que o desemprego é grande e, segundo pensa, não será solucionado nunca.

Aparece, ao longo das narrativas, uma insegurança quanto à possibilidade de exercício deste trabalho e a lembrança de períodos ainda mais duros, sobretudo quando foram proibidas/os de exercer sua atividade. A gestão de Gilberto Kassab é apontada como um período extremamente difícil.

Ficar naquela expectativa vai voltar ou não vai, isso daí foi uma coisa que mexeu muito, né? A gente começou a ver que tava tirando, tirando as pessoas da rua, e aí cê perde seu chão, né? Sabe, “o que que eu vou fazer agora?” Aí cê tem mercadoria, cê tem coisa pra pagar, né? Que nem, toda quinta-feira eu faço compras, então, aí é uma grana. É cheque que cê dá, é coisa que cê dá. Eu acho que foi um dos momentos mais difíceis, né? E pra mim, assim, às vezes tá ruim pra vender, mas essas coisas cê supera, né? Às vezes fica fraco, ou é porque... férias, começo do ano, Copa do Mundo, sei lá eu, mas cê supera isso aí, mas essa época foi uma época difícil, acho que pra todo mundo, cê fica naquela expectativa, vai voltar, não vai voltar, o que que vai acontecer, o que não vai... né? Uma coisa difícil.
[Sandra]

Esta época foi caracterizada por forte repressão policial, que dificultava a geração de renda das pessoas que há anos tinham na rua a sua fonte de sobrevivência. A situação de instabilidade pode repercutir em outras esferas da vida das/os trabalhadoras/es. Rosa, por exemplo, chegou a entrar em depressão – e, neste período, já não tinha mais convênio de saúde para bancar um profissional. Desde então, é acompanhada continuamente por uma

psiquiatra no posto do Sistema Único de Saúde (SUS) e atualmente toma remédio para ansiedade.

Carlão relata a extrema dificuldade vivida neste período, pois só conseguia trabalhar nas brechas da atuação policial, entre as 6h e as 8h da manhã. A partir de então, as/os policiais começavam a aparecer na região e, ironicamente, parte do seu trabalho consistia em impedir o trabalho de outras pessoas.

Ficamos três meses sem trabalhar. Três meses só na luta e não podíamos armar a barraca, a polícia chegava em cima, mandava tirar, não podia montar nada. Se tinha esses anelzinho na minha mão, ó (mostra um pequeno mostruário de anéis), o cara mandava eu ir embora. Não, tomava, tomava a mercadoria. Aí foi uma luta. Aí ia pra cidade, fazia passeata, ia daqui, ia na câmara, até que nós conseguimos, de novo, o nosso trabalho. [Carlão]

Assim, parte das dificuldades relativas a este tipo de atividade estão relacionadas a própria possibilidade de exercício do trabalho, o que parece ter relação com uma concepção ambígua do comércio ambulante na sociedade brasileira: se parte das pessoas vê esta atividade como um trabalho legítimo, é certo que também há quem não a veja com bons olhos. A repressão das gestões da Prefeitura é um problema complicado de ser contornado, pois envolve interesses diversos, muitos dos quais fogem ao controle das/os ambulantes. Conforme destacam Alcantara et al. (2013), cada gestão da Prefeitura lida como o comércio de rua a seu modo, sendo possível observar certa instabilidade nas vivências das/os ambulantes ao longo dos anos. Nesse sentido, há uma forte percepção de que a política interfere em suas vidas.

Alceu reconhece que algumas gestões foram mais repressoras, ao passo que outras tiveram maior tolerância com o comércio de rua. As prefeitas Luiza Erundina e Marta Suplicy são as mais lembradas nas narrativas, porque foram as únicas a oferecerem licenças para o exercício do comércio de rua e, para a maioria, eram mais tolerantes em relação a este tipo de trabalho.

O prefeito Fernando Haddad (PT), que assumiu a prefeitura em 2013, suscita opiniões diversas. Para algumas pessoas, tem sido uma gestão tranquila e sem empecilhos. Para outras tantas, o atual prefeito de São Paulo poderia se posicionado de forma mais incisiva, implementando medidas que melhorassem as condições de trabalho das/os ambulantes. Ainda assim, sua gestão tem uma avaliação favorável quando comparada à anterior. O ano de 2017 é uma incógnita, pois depende dos resultados das eleições para a Prefeitura – a serem realizadas em outubro de 2016. A preocupação com as eleições aparece apenas quando é feita uma

pergunta direta com relação à Prefeitura, haja vista que o foco atual é o momento presente e as dificuldades que precisam ser contornadas de imediato.

6.6 As longas jornadas de trabalho

Conforme observam Uvinha e Santos (2013), a falta de direitos trabalhistas do trabalho informal impacta a carga horária de trabalho. Como o tempo fora do trabalho não é remunerado, as jornadas muitas vezes apresentam duração superior àquilo que está estipulado para o trabalho formal.

Todas as pessoas entrevistadas trabalham de segunda a sábado – a exceção de períodos festivos, como o Natal, em que a maioria trabalha de domingo a domingo e aumenta a duração da jornada de trabalho diária para acompanhar a clientela. Contudo, não há uma uniformidade no que se refere ao momento em que se dá o início e o fim de cada dia de trabalho.

A extensão das jornadas e a forma de se organizar o dia a dia de trabalho têm relação com uma série de outras atividades a serem desenvolvidas na rotina de cada pessoa. Foram mencionados afazeres domésticos, trabalho voluntário, estudos, encontros com familiares e amigas/os, cultos religiosos, lazer ou mesmo outros trabalhos remunerados – caso de Sandra, que ocasionalmente vende suas mercadorias no entorno de grandes shows, e Carlão, que confecciona bijuterias para a venda nas ruas. A percepção da forma como se dá o movimento da região também pode exercer influência nos horários de chegada e saída de cada um/a. Quem chega cedo, por volta das 6h, antes da abertura das lojas da região, aproveita o movimento das pessoas que estão a caminho do trabalho e têm a rua como parte do seu percurso.

Araújo e Lombardi (2013) destacam que as jornadas de trabalho são mais diversas para as/os trabalhadoras/es informais – em decorrência da ausência da regulamentação que orienta o setor formal. As autoras observam que, em 2009, dentre os trabalhadores informais do sexo masculino, a maior parte (33%) trabalhava entre 40 e 44 horas por semana, cerca de 1/3 trabalhava em tempo parcial (jornadas de até 39 horas semanais) e 21% trabalhava 49 horas ou mais. No caso das mulheres, observou-se uma predominância do trabalho em tempo parcial (realidade de 57% delas), sendo que 22,5% delas trabalhavam de 40 a 44 horas por semana.

Embora a flexibilidade de horários seja uma vantagem apontada por todas as pessoas entrevistadas, as mulheres efetivamente possuem horários mais flexíveis, em consonância com as observações destas autoras, chegando ao trabalho mais tarde ou saindo mais cedo. Além disso, apresentam jornadas de trabalho fora de casa mais curtas comparativamente aos homens. Ao se investigar as razões para tal diferença, evidencia-se a necessidade de conciliar o trabalho como ambulante com os afazeres domésticos e/ou o cuidado com familiares, no caso das mulheres, e, ao mesmo tempo, jornadas de trabalho fora de casa bastante extensas para os homens.

Interessante observar que a dimensão da dupla jornada só foi trazida pelas mulheres quando questionada. Deste modo, evidencia-se uma naturalização dos papéis sociais femininos e masculinos que faz com que o cuidado com a casa seja visto como tarefa eminentemente feminina (Kergoat, 2009).

É difícil. Por isso que às vezes eu chego um pouco mais tarde. Mas chegar em casa às vezes tem que fazer janta, roupa lava de domingo, mas eu tenho minha filha que me ajuda às vezes também, né? Ela divide, me ajuda um pouquinho a fazer as coisas. É, é difícil, é como qualquer mulher, né, que trabalha fora, você vai ter que chegar no domingo... que até sábado a gente trabalha aqui, né? Chegar e fazer as coisas que têm que ser feitas, né? Apesar que em casa todo mundo é adulto, dá uma força, todo mundo ajuda, né? A fazer uma comida, a lavar uma roupa, eles fazem. Então, dá pra conciliar. [Sandra]

A esta visão do trabalho doméstico como atividade predominantemente feminina, associa-se a ideia de que cuidar da própria casa não é um trabalho propriamente dito, já que não oferece remuneração para o sustento familiar. Embora tenham havido alguns avanços em direção a uma compreensão mais ampla do mundo do trabalho, ainda se privilegia, em nossa sociedade, uma visão de trabalho voltada especialmente para as atividades dirigidas ao mercado. No entanto, conforme salienta Dedecca (2008), “todo um outro conjunto de atividades relevantes para a reprodução social e econômica da sociedade é realizado fora do mercado de trabalho, isto é, no âmbito dos domicílios” (p. 292). Segundo o autor, há uma tendência, tanto nos países subdesenvolvidos quanto nos desenvolvidos, de que o trabalho voltado à reprodução social – ou seja, aquele dirigido à reprodução da sociedade, mas que não está voltado diretamente para o mercado e não é reconhecido do ponto de vista econômico – seja realizado prioritariamente por mulheres. Deste modo, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho tem como consequência o aumento de suas responsabilidades e uma crescente restrição do seu tempo livre.

O trabalho realizado no âmbito doméstico é um dos motivos pelos quais é importante se olhar para o fenômeno do trabalho de forma mais ampla. Conforme destaca Richardson (1993), o foco em uma estrutura ocupacional, em detrimento a uma concepção mais ampla do fenômeno de trabalho, acaba por negligenciar o trabalho que é realizado fora desta estrutura, a exemplo, também, do trabalho não-remunerado de cuidado. Para a autora, olhar para o trabalho em sua complexidade permite considerar o trabalho de cuidado, a influência do contexto e a forma como as pessoas buscam conciliar as diferentes formas de trabalho em suas vidas.

No caso de Rosa, que mora com a filha e o neto, os horários de trabalho sofrem variação ao longo da semana: quatro dias por semana, começa a trabalhar por volta do meio dia, pois precisa deixar o neto próximo à Avenida Faria Lima para pegar o transporte escolar. Aos sábados, leva o neto para trabalhar com ela, uma vez que a filha – com quem se reveza nos cuidados com o garoto – trabalha em uma loja onde não é permitido levar a criança para acompanhá-la. Assim, para deixá-lo dormir mais um pouco no final de semana, chega ao trabalho em torno das 11 horas. Como sua filha tem um emprego formal com jornadas pouco flexíveis, é mais fácil que Rosa modifique seus horários. Em decorrência disso, suas manhãs são geralmente dedicadas aos cuidados com o neto. À noite, sua filha está em casa para cuidar do garoto, de modo que Rosa pode ficar na rua Teodoro Sampaio até as 20h.

O horário de Sandra também é variável, ainda que normalmente chegue às ruas por volta das 11h30 e lá permaneça até as 19 horas, aproximadamente. Assim como Rosa, o modo como organiza seu horário de trabalho é influenciado, em grande medida, por outras atividades que tem para realizar no âmbito doméstico. Em sua percepção, a dupla jornada é comum às mulheres que trabalham fora.

(...)que de manhã eu faço alguma coisa na minha casa, né? Depois eu venho pra cá, né? Alguma coisinha sempre tem que ser feita de manhã... chego aqui 11h30, meio dia, né? Porque tem que deixar algumas coisas preparadas, porque chegar à noite não dá pra cê fazer tudo também, né? [Sandra]

Em consonância com estes dados, a Pnad revela que em 2012 as mulheres dedicavam, em média, 20,8 horas semanais aos afazeres domésticos, enquanto, no caso dos homens, este número baixava para 10 horas. Assim, embora a jornada de trabalho fora de casa seja menor para as mulheres do que para os homens (36,1 e 42,1 horas semanais, respectivamente), as mulheres apresentam jornadas mais extensas quando a esta jornada se soma o trabalho doméstico (IBGE, 2013).

Enquanto muitas mulheres de classes mais abastadas contratam uma empregada doméstica para a realização destas atividades, o cotidiano das mulheres de camadas mais populares é marcado pela necessidade de conciliar o trabalho fora de casa e o trabalho doméstico. No Brasil:

O acúmulo de tarefas domésticas e profissionais é a regra para uma parte das camadas populares mais pobres e para o conjunto das trabalhadoras precárias, que exercem atividades remuneradas informais (sem direitos sociais) ou estão desempregadas. Elas “se viram” para enfrentar a procura de emprego, as atividades de cuidado dos filhos e outros membros da família, frequentemente ampliada, e diversas atividades profissionais, em geral bicos (Hirata & Kergoat, 2008, p. 274-275).

Para Alceu, a mulher tem ganhado mais espaço no mercado de trabalho, sobretudo porque não dá para um casal manter seu padrão familiar caso apenas o homem trabalhe, como acontecia antes. As despesas com a casa são muitas e, além disto, é preciso fazer uma reserva financeira.

A mulher ela conquistou o seu espaço. Conseguiu o seu espaço trabalhista. Em casa também, né? Só que ela conseguiu seu espaço, mas, porém, né, ela trabalha mais que o homem.... Porque, a criança... A mulher que tem filho, ela vai trabalhar, ela vai voltar, ela vai cuidar da criança, ela vai cuidar do almoço, ela vai cuidar de uma roupa pra lavar, sabe? Então, ela trabalha mais que o homem. Agora ela deveria ser também mais valorizada que o homem. Salário, né? É menor que o homem. Tem mulher aí que ganha menos que o homem. [Alceu]

Os homens entrevistados, por sua vez, organizam seus horários de chegada e saída do trabalho levando outros fatores em consideração, como o movimento da região ou outros compromissos que possuem fora do âmbito doméstico. Em consonância com os dados observados na literatura sobre o tema, as jornadas de trabalho na rua se mostraram bastante extensas, ultrapassando 10 horas diárias (Garcia et al., 2010; Ibanhes, 1999; Pinheiro-Machado, 2003 & Salvitti et al., 1999).

Esmiuçando as vivências de cada pessoa, observam-se diferentes motivações apontadas como justificativas para a duração das jornadas de trabalho, ainda que o fator remuneração seja uma constante. João, por exemplo, afirma que prefere chegar cedo ao trabalho, por volta das 8h30, pois sente que é nas ruas que seu dia começa verdadeiramente. Sua jornada se estende até às 19h30. Já Romário costuma chegar mais tarde, por volta das 10h da manhã – seja porque precisa ir à rua 25 de março para renovar seu estoque, seja simplesmente para dormir mais um pouco. Finaliza seu dia de trabalho um pouco mais cedo que os demais, em torno das 18h, para ir à escola, que abandonou diversas vezes tanto em

decorrência da necessidade de trabalhar, quanto pela sensação de que os estudos formais não agregaram muito à sua formação, conforme também observaram Ribeiro, Silva e Figueiredo (2016).

Carlão e Alceu apresentam as jornadas de trabalho mais longas. Como não residem próximos à rua Teodoro Sampaio, dispendem um tempo considerável com o transporte. Deste modo, ambos saem de casa de madrugada e só retornam por volta das 21h. Isto implica menos de 8 horas para a realização de uma série de atividades no âmbito doméstico, incluindo a interação com familiares, refeições e o momento de dormir. Assim, conforme alegam, não há tempo hábil para a realização do trabalho doméstico.

Carlão chega às 6h da manhã na rua Teodoro Sampaio. Para isso, precisa sair de casa às 4h30. Sua jornada se estende até às 19h30, aproximadamente. Alceu acorda por volta das 4h da manhã e sai de casa às 5h para buscar a mercadoria que vai vender. Ao chegar na região de Pinheiros, dirige para o estacionamento e busca as bancas – a sua e a de sua esposa – para em seguida montá-las, organizar os produtos e iniciar as vendas, que continuam até por volta das 20h.

Para Alceu, as possibilidades de venda também influenciam seu horário de chegada e saída das ruas. *“Nós que fazemos nosso horário, né? Se você quer ganhar mais, trabalha mais, quer ganhar menos, trabalha menos”*. A forma como organiza sua jornada de trabalho leva em consideração uma série de variáveis, como o movimento de pedestres e o clima. Em tempos de maior movimento, costuma chegar bem cedo e, nas festas de fim de ano, trabalha também aos domingos. Se o movimento está fraco, chega mais tarde, por volta das 8h ou 9h. Quando o tempo está mais frio, por exemplo, costuma chegar mais cedo e ficar até o final da tarde, para poder estar nas ruas no momento em que o frio é maior, e assim vender mais produtos como meias, gorros e lenços. Deste modo, a sensibilidade para perceber as mudanças no meio que o circunda tem repercussões em sua geração de renda, revelando-se uma estratégia astuciosa de Alceu.

Observa-se, portanto, uma variação na forma como homens e mulheres organizam seu dia a dia de trabalho. No caso específico das entrevistadas, ser mulher influencia a forma como o cotidiano será organizado, não tanto em decorrência de especificidades que emergem no contexto da rua, mas sobretudo de questões relativas ao âmbito doméstico e à realização de atividades que, ainda hoje, são comumente atribuídas às mulheres.

Também exercem influência na organização do cotidiano de trabalho o papel na provisão familiar, estado civil, número de residentes na casa, filhas/os ou netas/os em idade escolar, necessidade de frequentar outros ambientes regularmente, realização de outros tipos

de trabalho e mesmo um desejo de descansar um pouco mais. Por trás de uma aparente padronização das rotinas e jornadas, há arranjos muitos distintos.

No caso dos homens entrevistados, em sua maioria, são as esposas que realizam as atividades domésticas – à exceção de João, que mora sozinho e é responsável pelos cuidados com sua casa, deixando somente as roupas para serem lavadas pela irmã. Esta divisão de tarefas aparece justificada de diversas formas: a) jornadas de trabalho mais longas fora de casa, o que lhes tira tempo para outras atividades; b) a posição na provisão familiar: no caso de Romário e Carlão, suas esposas não trabalham fora de casa e têm, portanto, mais tempo para se dedicar aos afazeres domésticos; c) a identificação e a habilidade para realizar os diversos tipos de tarefas: às mulheres se atribui uma maior habilidade para as atividades domésticas de limpeza, organização e cuidado com crianças e familiares, ao passo que homens normalmente realizam as tarefas voltadas para a construção e a manutenção das instalações domésticas.

Estas diferenças, no entanto, precisam ser analisadas levando-se em consideração condições sociais, históricas e culturais que influenciam seu desenvolvimento e manutenção. Conforme pontua Scott (1995), os papéis comumente atribuídos a homens e mulheres dentro de uma sociedade são construções sociais e não algo biologicamente determinado – e, portanto, imutável.

A naturalização dos papéis de homens e mulheres é problemática porque não abre espaço para a transformação. Além disso, entra-se em um círculo vicioso: as mulheres realizam os trabalhos domésticos e cuidam de familiares por serem consideradas mais habilidosas, mas desenvolvem mais habilidade para tais atividades porque, sendo vistas como as pessoas responsáveis por exercê-las, recebem mais incentivos, cobranças e ensinamentos direcionados a estas tarefas desde a mais tenra idade.

A noção de divisão sexual do trabalho aqui adotada parte do pressuposto de que tais práticas não são biologicamente determinadas, estanques e imutáveis; ao contrário, são construções sociais e, portanto, produto de relações sociais que se estabelecem entre os sexos. Deste modo, faz-se necessário destacar o caráter relacional da ideia de gênero, uma vez que é no contexto das relações sociais que os gêneros são construídos (Louro, 2011).

Em consonância com esta ideia, Scott (1995) sinaliza a importância de compreender o universo doméstico e a família, temas bastante enfocados nos estudos de gênero, como algumas dentre as várias dimensões que constituem o gênero. Há uma série de outros domínios, tais como a educação, a política e o mercado de trabalho – com a segregação sexual

que neles se observa –, que aparecem como relevantes para a construção e compreensão deste conceito.

Assim, o que se observa pode ser mais adequadamente descrito como uma divisão social do trabalho entre os sexos, pois deriva das relações sociais estabelecidas entre os homens e as mulheres e varia de acordo com as condições culturais e históricas de cada sociedade (Kergoat, 2009).

É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou pensa sobre elas que vai construir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa dada sociedade, importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos (Louro, 2011, p. 25).

Deste modo, atentar para a dimensão de gênero é fundamental para a ampliação do olhar das ciências sociais – que, ao olharem para o trabalho, usaram, por muito tempo, um referencial de pessoa representada pelos homens brancos, qualificados e que trabalhavam no ambiente fabril (Guimarães & Hirata, 2014).

6.7 Lazer e tempo livre: “*ih, só no domingo mesmo*”

Conforme observado, as jornadas de trabalho são longas e se estendem da segunda-feira ao sábado, de modo que o tempo livre é escasso. O lazer, como pontuam Uvinha e Santos (2013), é condicionado por fatores sociais e econômicos, como o rendimento, a família, a religião etc.

A ideia de uma possível conciliação – ainda que dentro de certos limites – entre trabalho e lazer aparece para algumas pessoas em relação ao exercício do trabalho nas ruas, em consonância com as observações de Pinheiro-Machado (2003): o próprio dia a dia de trabalho, pelas múltiplas e variadas interações que proporciona, tem seus momentos de desconstrução.

No caso de Sandra, que trabalha vendendo um produto com o qual se identifica, essa conciliação é possível em algumas atividades realizadas fora da Teodoro Sampaio: “*às vezes a gente sai num fim de semana pra vender num show. Aí já é um lazer, cê assiste um show, vê as pessoas que tão lá. Viaja, porque tem viagem às vezes... pra fazer pra shows também*”.

Uma vez que o usufruto do lazer implica a perda de um tempo em que se poderia estar trabalhando, sua fruição parece estar relacionada aos rendimentos de cada pessoa (Uvinha & Santos, 2013). Em decorrência disso, os momentos de descanso são mais curtos e o lazer aparece em momentos esparsos.

Fora do trabalho, o lazer aparece ligado à convivência com familiares e amigas/os de outros contextos, com os quais geralmente não têm muitos momentos de contato ao longo da semana. O domingo, dia em que a maioria das/os vendedoras/es da rua Teodoro Sampaio não trabalha, é comumente dedicado a estes encontros. Como fica claro na narrativa de Carlão – que sai de casa às 4h30 da manhã e só retorna entre 21h e 22h -, durante a semana, ao chegar do trabalho, só há tempo para dormir: *“lazer, só domingo”*.

É importante ressaltar, contudo, que tempo livre não é necessariamente sinônimo de lazer. Em decorrência da quantidade excessiva de atividades a serem realizadas ao longo do cotidiano de trabalho, é frequente que este momento seja usado para outros trabalhos ou para o descanso, em consonância com o que foi observado por Dedecca (2008), Garcia et al. (2010) e Salvitti et al. (1999).

No dia a dia de Sandra, o tempo livre pode aparecer associado a outros trabalhos – tanto as tarefas domésticas, que realiza ao longo da semana e, com mais intensidade, aos domingos, como o trabalho voluntário que realiza duas vezes por semana.

Rosa também usa boa parte do tempo livre para os afazeres domésticos e o cuidado com o neto. É difícil, para ela, a fruição de momentos de lazer: *“só fico em casa, cuidando da casa, limpando. Só isso. Fazendo comida. Eu não passeio, é difícil, tem que limpar, fazer comida. Minha filha cuida da roupa e eu cuido da casa. Que ela trabalha domingo, é difícil ela folgar. Quando ela folga, ela cuida da roupa”*. Assim, no caso destas mulheres, as tarefas domésticas ocupam parte considerável do tempo livre – que passa a ser, portanto, um momento de trabalho, ainda que não necessariamente seja reconhecido como tal.

Carlão dedica parte do tempo que tem em casa à confecção de bijuterias para vender como ambulante e Romário frequenta a escola após o trabalho. João, por sua vez, usa alguns domingos para renovar o estoque na rua 25 de Março. No entanto, não se refere a esta atividade como um trabalho, ainda que seja fundamental para suas vendas ao longo da semana.

Para Alceu, o domingo é voltado sobretudo para o descanso e para ficar a sós consigo mesmo, já que sua rotina semanal é cansativa e cheia de interações. Neste momento, busca entrar em contato com Deus, agradecendo-lhe pela saúde e força para lutar pelo pão de cada

dia. Também aproveita o dia para ouvir as músicas de que gosta e os livros que lhe interessam.

As férias aparecem quando há possibilidade e têm duração geralmente mais curtas do que os trinta dias garantidos a quem tem um emprego assalariado formal – mesmo porque trata-se de um trabalho autônomo e as férias não são remuneradas. A falta de uma patroa ou patrão a quem prestar contas torna possível escolher o momento mais conveniente para esta pausa, levando em consideração questões de ordem prática, econômica e pessoal.

No entanto, para que seja possível tirar uns dias de folga é necessário fazer ajustes e, sobretudo, acumular dinheiro para arcar não apenas com os custos de passagem, hospedagem e alimentação em outro local, mas para bancar os dias de ausência no trabalho sem prejuízos financeiros, como lembra Romário. Tirar férias depende, portanto, do volume de vendas – que tem estreita relação com o movimento da região – e de outros investimentos financeiros que, para algumas/ pessoas, é possível fazer.

João costuma tirar férias mais longas e, eventualmente, faz viagens mais curtas ao longo do ano. Planejou-se com bastante antecedência para viabilizar férias de aproximadamente 25 dias no mês de janeiro de 2016. Alceu, por sua vez, acredita que oito dias de férias sejam suficientes. Normalmente, vai ao Rio de Janeiro, estado onde tem família. Romário prefere viajar para a sua terra natal, mas sinaliza que neste momento está impossível. O último orçamento feito por sua esposa, referente a uma viagem para a família (o casal e duas crianças) com duração de uma semana, ficou em torno de 14 mil reais – e, portanto, inacessível.

Assim, não há uma uniformidade entre vendedoras e vendedores no que se refere à fruição de momentos de lazer. Descanso, lazer e férias dependem dos arranjos que cada pessoa pode fazer, bem como de outros compromissos que estabelecem.

Se, por um lado, o trabalho possibilita, através de recursos financeiros, o usufruto do lazer, este mesmo trabalho pode impedir – pela falta de tempo e pelo desgaste que provoca – a fruição de momentos de lazer e descanso (Uvinha & Santos, 2013).

Como se observa, a rotina de trabalho é bastante extensa, e parte do trabalho realizado se dá fora da rua Teodoro Sampaio – a exemplo da compra de mercadorias e do trabalho doméstico, entendidos aqui como formas de trabalho. Conquanto muito importantes, nem sempre é possível incluir muitos momentos de lazer na rotina, posto que são muitas as atividades que é preciso conciliar para o exercício do comércio ambulante. As redes de sociabilidade, apresentadas mais detalhadamente no próximo capítulo, são fundamentais para a compreensão da forma como o cotidiano de trabalho é organizado por estas pessoas.

VII

ESMIUÇANDO O PAPEL DAS REDES DE SOCIABILIDADE

Adotando-se a perspectiva do construcionismo social, é impossível dirigir o olhar para o mundo do trabalho sem considerar o contexto relacional no qual este trabalho se dá, bem como os papéis sociais que se relacionam com o profissional. Há uma relação de interdependência entre o trabalho e as múltiplas redes de relações envolvidas na vida de cada pessoa (Blustein, 2011; Blustein, Schultheiss & Flum, 2004; Ribeiro, 2014; Richardson, 1993).

As redes de sociabilidade se mostraram de fundamental importância para as/os ambulantes, tanto no que se refere às suas trajetórias de trabalho de forma mais ampla, facilitando a obtenção de empregos, trabalhos ou “bicos”, quanto no cotidiano de trabalho e nas possibilidades de ação política coletiva. Tais redes de relações têm papel significativo nas suas vidas, conforme indicado por Ackerman (2004), Guimarães, Andrada, Picanço e Vieira (2012), Ribeiro (2010, 2014), Ribeiro, Silva e Figueiredo (2016), e Sato (2012). Além de favorecerem a obtenção e difusão de informações quanto a oportunidades de trabalho e mudanças nas rotinas laborais, as redes de relações que as pessoas estabelecem também se mostram úteis para a negociação de acordos e práticas cotidianas.

O local de trabalho é espaço onde as redes de sociabilidade se fazem evidentes. Alceu vê a rua como palco de múltiplos encontros e acontecimentos para além do fluxo de pedestres, que decorrem da multiplicidade de relações possíveis de se estabelecer neste espaço. Assim, a rua é local de observação das pessoas que se propõem a circular pela região, sejam crianças, mulheres, pedintes. Local de diálogo, de criar e estreitar vínculos, de conversas, acenos e cumprimentos frequentes no seu cotidiano. Local de lazer e boêmia, bares e danças, sobretudo nos tempos da sua juventude. Local onde múltiplos cheiros – de alimentos, perfumes, essências, pessoas – se confundem e se misturam. Local de trabalho, fonte de renda e crescimento, permitindo seu sustento e suas aquisições materiais. E também, local de amor e cuidado: *“eu fui criado com amor da rua, a rua foi meu pai, a rua foi minha mãe”*.

Ao longo das narrativas, as redes familiares tiveram bastante destaque, seja na organização do cotidiano de trabalho, seja no próprio decurso das trajetórias de trabalho pessoais. Para as pessoas oriundas do Nordeste do país, a própria mudança para São Paulo contou com a ajuda de amigas/os ou familiares que já moravam na capital paulista. Assim, não apenas chegaram à cidade com moradia ou hospedagem garantidas (ou encaminhadas), mas também puderam contar com recomendações de possíveis trabalhos. Romário, por exemplo, chegou em São Paulo em um sábado e, graças à indicação de familiares, neste mesmo dia participou de uma entrevista de emprego no Jockey Club, onde começou a trabalhar na segunda-feira. Já Alceu destaca o quanto a possibilidade de morar com seus

irmãos, dividindo com eles as despesas da casa, facilitou a vida de todos: *“aí um fazia a feira, outro pagava aluguel, outro pagava luz, pagava água, sabe, e assim dava pra se manter sem apertar ninguém, né?”*

Rosa também contou com familiares e amigas para fazer sua transição do Nordeste para São Paulo. Quando constatou a dificuldade de achar emprego na sua cidade natal, decidiu se mudar para o Rio de Janeiro, onde ficou na casa de uma irmã, que já morava na capital fluminense. Neste período, contou com uma rede de apoio de familiares do sexo feminino: a filha ficou aos cuidados de sua ex-sogra e de sua mãe. Ao decidir migrar para São Paulo, entrou em contato com uma amiga que morava na capital paulista há muito tempo e, através dela, conseguiu um quatinho para morar.

Ao longo das trajetórias de trabalho das vendedoras e dos vendedores que participaram da pesquisa, as escolhas de trabalho foram influenciadas pelas redes estabelecidas pelas pessoas em diversos âmbitos das suas vidas. Mudar-se de uma cidade para outra ou não envolve ponderações quanto aos vínculos que se tem ou se pode estabelecer em cada local. Alceu, por exemplo, decidiu se mudar de São Paulo para o Rio de Janeiro por um período, influenciado por irmão que já residia na capital fluminense. No entanto, levou consigo apenas uma de suas duas filhas e, por isto, sentia a necessidade de voltar para a capital paulista quinzenalmente para trazer mantimentos e ver como estava a filha que ficou na cidade com a mãe. Por esta razão, retornou para São Paulo pouco depois. João, por sua vez, pretende voltar para o Nordeste dentro de alguns anos para estar mais próximo de parte de sua família. Evidencia-se, assim, a importância de se compreender o trabalho como uma das várias dimensões da vida das pessoas, dimensão que se entrelaça com suas experiências subjetivas, culturais, sociais, históricas e econômicas (Blustein, 2011; Blustein et al., 2004).

Ao investigar o acesso de trabalhadoras/es a oportunidades de emprego, Guimarães, Andrada, Picanço e Vieira (2012) identificaram que este está relacionado não apenas com a oferta de oportunidades no mercado de trabalho e as competências pessoais de quem pleiteia uma vaga, mas também com as redes de relações acionadas por cada pessoa. Para as pessoas que participaram desta pesquisa, muitos trabalhos foram conquistados com a ajuda de contatos pessoais, seja através de parentes, amigas/os, colegas ou mesmo conhecidas/os, como é possível perceber a partir de vários depoimentos:

Eu tinha um irmão que já trabalhava no ramo. Tava estressado de tanto trabalhar pros outros já. [João]

Sempre gente indicava. Na Madeireira foi um conhecido, aí eu morava na casa, eu era inquilino dele, morava na casa dele de aluguel, né, e ele me indicou a

madeira pra trabalhar. Aqui na Marisa minha cunhada trabalhava nessa Marisa, eu trabalhei nessa outra. E aqui foi um colega ali da banca que me indicou pra cá. [Romário]

A primeira firma que eu entrei com 17 anos minha mãe que me botou lá. Pra ajudar ela. A grana era tudo dela, não era minha não. Era uma batalha. Sozinha, quatro filhos. Ai sempre ajudando ela, sempre. [Carlão]

Eu saia procurando. Saia procurando e os colegas indicavam, aí eu caia dentro. [João]

Alceu relata que contou com muitas pessoas ao longo de sua trajetória, destacando como foi importante quando, em momento no qual estava tendo extrema dificuldade para conseguir trabalho, ouviu um homem dizer para um conhecido dele que estava precisando de algumas pessoas para “encher uma laje”. Com este trabalho – que passou um dia realizando, das 7 às 18 horas – ganhou, além de muitas dores nos ombros e nas costas, o pagamento de 50 cruzeiros. Com estes últimos, comprou o alimento de que necessitava, algumas rosas para vender nas ruas e, como lhe faltasse dinheiro para o transporte, contou com a cumplicidade de um cobrador de ônibus, que lhe permitiu passar por debaixo das catracas para que chegasse ao seu destino e comprasse a mercadoria. Conseguiu se reerguer, segundo afirma, a partir da venda destas rosas. Neste relato, pessoas com as quais convivía muito pontualmente mostraram-se de fundamental importância para que ele saísse de uma situação consideravelmente difícil.

As pessoas conhecidas durante o trabalho também podem se tornar importantes contatos do ponto de vista profissional, sobretudo as/os clientes cativos – fundamentais caso o plano futuro envolva abrir um negócio em outro local,.

Ligou agora foi uma pessoa que teve num show, é, não tinha camiseta, o tamanho dele já tinha acabado, ele liga pra mim e vem, passa a conhecer. Ah, cê tá aqui, ah, não sei, vantagem é que cê ganha, cê conhece pessoas, cê trabalha, cê tem contatos, né? Vamos supor se um dia se eu precisar sair daqui e montar uma loja, eu vou ter esses contatos, passar, para as pessoas virem atrás de mim, né? [Sandra]

A divulgação boca a boca feita pela própria freguesia impacta as vendas de produtos. Carlão gosta muito de confeccionar alianças a partir de moedas e, embora não as divulgue, muitas pessoas vêm até ele encomendá-las. Isto decorre da ação da sua clientela, que acaba divulgando seu trabalho. “*Eu faço, por exemplo, pra uma pessoa dessa loja. Aí outra pessoa gosta, aí... que nem acontece, aí vai passando pra outra. Eu não divulgo. Eu só faço, aí vai passando pra outra, passando pra outra*”.

Conforme destaca Alceu, a rua é um “*teatro exposto*”, onde o ver e o ser visto são faces de uma mesma moeda. A possibilidade de estabelecer relações com clientes, pedestres,

lojistas e ambulantes em seu dia a dia é, para ele e outras/os vendedoras/es, uma grande vantagem do trabalho nas ruas.

Então você convive no meio de todo mundo, entendeu, você conhece todo mundo, desde malandro, polícia. Todo tipo de pessoas da sociedade, entendeu? Então você convive com todo mundo. Você consegue não fazer inimigos, fazer amigos, né? E o comércio de rua é isso, o comércio de rua você conhece todo mundo, você tem conhecimento, você tem essa coisa gostosa que é ficar na rua [Alceu].

A importância que os relacionamentos assumem para Carlão fica bastante evidente em sua narrativa. Ao pensar nas vantagens do comércio ambulante, ele coloca as amizades à frente do retorno financeiro – ainda que seu trabalho seja reconhecido como fundamental para a sobrevivência dele e de sua família.

As coisas boas são as amizades que a gente tem aqui. É, são as amizades, o dia a dia. conhece todo mundo, todo mundo te trata bem, você trata bem todo mundo. E algumas vendas, né? Algumas vendas. Porque não tá vendendo muito não. Mas já ajuda. [Carlão]

Ao transitar pela rua, foi possível presenciar e tomar parte em uma série de brincadeiras e conversas que as/os vendedoras/es tinham com clientes, amigos/os e colegas. Em muitas ocasiões, tratavam-se de conversas pontuais, por vezes sobre temas relacionados ao trabalho. Em outras, eram conversas descontraídas, que em muito se assemelhavam àquelas travadas em uma mesa de bar. Os gracejos com clientes, amigos/os e conhecidas/os também eram frequentes. Certa feita, enquanto conversava com João, chegaram duas clientes com as quais ele interagiu alegremente, fazendo uma série de brincadeiras. Quando perguntei se já as conhecia, explicou-me que era a primeira vez que as via, mas que a brincadeira fazia parte do trabalho e também trazia certa leveza ao dia a dia. Em outra ocasião, enquanto conversava com Alceu, um rapaz aproximou-se do seu ouvido e disse, em tom alto o suficiente para que eu escutasse, que estava com saudade das suas visitas. Ele se apressou em me explicar que se tratava de uma piada. Este elemento de descontração e brincadeiras apareceu ao longo das conversas com relativa frequência. Ainda assim, não se trata de uma unanimidade entre as/os vendedoras/es ambulantes: há, também, quem prefira manter uma postura mais reservada.

Chegou cedo aqui, vai ter muita gente aqui, você passa o dia. Eu gosto de trabalhar com gente, cê conversa com um, conversa com outro, muda bastante. É até melhor pra pessoa. Melhor que ficar fechado, parado. A rotina aqui eu acho muito boa. Conversa com um amigo, vai na loja, conversa com outro. É, toda hora tá falando,

conversando, perturbando os outros também, né? Cê aqui chega direto pra bater um papo, ficar conversando. [João]

Estar há muitos anos trabalhando no mesmo ponto favorece a criação de vínculos mais estáveis com as pessoas e estabelecimentos que estão no entorno do local de trabalho. Uma relação de parceria e confiança com lojistas e outras/os ambulantes pode tornar o dia a dia de trabalho mais leve e agradável. A relação com lojistas é uma via de mão dupla e pode se tornar uma amizade, como destacaram Alceu, Romário e João. Muitas vezes, ambulantes cuidam das mercadorias das lojas com o olhar enquanto o segurança se ausenta, e o mesmo é feito por seguranças e lojistas quando as/os ambulantes têm de se ausentar. Também é possível contar com as pessoas que trabalham em alguma loja próxima à sua banca quando precisam de uma água ou café, para ir no banheiro ou mesmo para guardar e esquentar sua comida.

A depender de como são estabelecidas, as relações com as/os lojistas podem facilitar o trabalho propriamente dito. Na compra de produtos que dependem de uma fonte de energia para funcionar, como carregadores, por exemplo, é possível realizar um teste em lojas próximas. No caso de Romário, a relação com as pessoas da loja em frente à sua banca é tão boa que há, na própria loja, um cantinho com espelho onde clientes da sua banca podem verificar como ficaram com o chapéu que pretendem comprar. Aos sábados, clientes desta mesma loja podem ouvir uma propaganda de divulgação dos produtos vendidos por Romário, exaltando a qualidade e o baixo preço das mercadorias, além do seu atendimento diferenciado. Ele ainda recorre a uma loja próxima para usar o banheiro e, também, guardar e preparar seu almoço ou café, o que evidencia a importância destes estabelecimentos no seu cotidiano.

Na narrativa de Sandra também se destaca a importância das/os lojistas do seu entorno no seu cotidiano de trabalho. As vendedoras de uma loja próxima sempre se disponibilizam a cuidar da sua banca quando ela precisa se ausentar para resolver alguma questão. Em dias de chuva, sabe que pode se encostar na loja em frente à sua banca para se proteger, sem que o rapaz que trabalha lá se queixe disto.

Em locais onde há proximidade entre as bancas, é possível encontrar, com bastante frequência, ambulantes lado a lado, interagindo ou mesmo passando rapidamente na banca de um/a colega para uma breve conversa; em locais onde bancas e lojas estavam muito próximas, era comum ver ambulantes e lojistas interagindo em pé na calçada – cada um/a no seu local de trabalho. Tais relações podem se configurar, assim, como fonte de descontração.

Ao longo do processo de pesquisa de campo, ficou evidente que as/os vendedoras/es conheciam suas/seus colegas de trabalho. Quando pedi a Alceu uma indicação de pessoas que eu poderia entrevistar, ele indicou colegas de trabalho que com certeza se disponibilizariam a conversar comigo e pessoas cuja disponibilidade para uma entrevista não era garantida. Suas indicações foram certas.

Assim, no dia a dia das/os ambulantes da rua Teodoro Sampaio, o elemento inerentemente relacional do trabalho pode ser percebido nas múltiplas relações que se estabelecem nas ruas e no seu entorno, como o bar em que se toma o cafezinho ou o restaurante em que se almoça ou janta. Pessoas que moram na região, trabalham nos arredores ou pegam ônibus na rua, por exemplo, podem virar contatos importantes. Em alguns casos, a venda de mercadorias predomina e orienta as relações. Em outros, tem destaque a amizade. Mas pode haver, também, uma combinação de ambos os tipos de relações.

Além da amizade que se estabelece entre colegas de trabalho, é possível contar com elas/es para dicas e decisões relativas a questões práticas do comércio ambulante. No dia em que estava conversando com Carlão, ele e Alceu tinham recebido juntos a máquina de cartão de débito e compartilhavam suas percepções acerca das suas vantagens e desvantagens. Combinaram que permaneceriam atentos por mais um tempo a fim de verificarem se esta máquina seria efetivamente útil para o trabalho deles. Esta possibilidade de trocas de informações relevantes para o dia a dia do comércio ambulante contribui para o andamento do trabalho de cada um. Em alguns casos, é possível verificar empréstimos de materiais entre colegas de trabalho, como máquinas de cartão, por exemplo. Quando não dispõem de um determinado produto em suas bancas, ambulantes indicam, com certa frequência, outras bancas ou mesmo lojas em que clientes podem encontrá-los.

Embora haja uma relação de parceria e cooperação, há também, problemas. Uma queixa frequente entre as pessoas que participaram desta pesquisa diz respeito à falta de mobilização de parte das/os ambulantes no que se refere às reivindicações coletivas. Rosa também alude a uma competição por clientes: um colega que vende o mesmo produto em uma banca próxima aproveitou-se de um dia em que ela chegou mais tarde para dizer às freguesas que Rosa não trabalhava mais na região. Quando as/os clientes foram lhe informar o ocorrido, ela desmentiu a história inventada pelo colega e disse, simplesmente: “*é concorrência mesmo, deixa pra lá*”. Ainda que mantenha uma postura mais reservada em relação a esta questão, está ciente de que a postura do colega pode afetar suas vendas.

Alceu também destaca que, embora predomine a cooperação, há lojistas que não querem ambulantes trabalhando nas ruas. Curiosamente, muitas pessoas que atualmente são

donas de lojas e se posicionam de forma contrária a este tipo de comércio de rua têm um passado profissional como ambulantes ou mascates.

Observa-se, deste modo, que as redes de relações estabelecidas por cada ambulante influenciam o trabalho não apenas sob a forma de suporte, mas também oferecendo desafios que podem, por ventura, tornar mais difícil a experiência de trabalho (Blustein, 2011; Richardson, 1993; Schultheiss, 2003). Estas formas de suporte e desafios não se referem apenas às relações estabelecidas no âmbito do trabalho, mas àquelas presentes na vida de cada ambulante de forma mais ampla.

Atentando para os processos organizativos que têm lugar em uma feira livre da cidade de São Paulo, Sato (2012) observa que as tramas que tecem as redes de relações são múltiplas, estendendo-se para diversos núcleos e em diversas direções. Além das relações estabelecidas no próprio local onde o trabalho tem lugar – com clientes, colegas de trabalho, fiscais, fornecedoras/es –, são significativas as relações com família, igreja, vizinhança, dentre outros núcleos.

As redes de relações às quais Sandra e Rosa aludem com maior frequência são aquelas formadas pelos laços familiares. Sandra trabalhou com o marido durante um longo tempo, dividindo responsabilidades, custos e ganhos do trabalho realizado. Hoje, ainda que trabalhe sozinha na sua banca, pode contar com ele ou os filhos nos momentos em que precisa se ausentar. O filho já chegou a desenvolver algumas estampas para camisetas vendidas na banca de Sandra. As viagens para trabalhar em shows, atividades que mesclam trabalho e lazer, são realizadas geralmente em família, configurando-se como uma relação de parceria e divisão de responsabilidades.

No caso de Rosa, o fato de ser mãe e avó influi consideravelmente na forma como organiza seu dia a dia de trabalho. As responsabilidades com a casa e os cuidados com seu neto são divididos com a filha, e tais atividades têm impacto direto na sua rotina de trabalho. Deste modo, tanto para ela quanto para sua filha, é necessário fazer arranjos que permitam a realização do trabalho fora de casa.

Para Alceu, Carlão e Romário, o fato de serem casados também influi na forma que organizam suas jornadas de trabalho: uma vez que suas esposas realizam a maior parcela das atividades domésticas, sobra para eles mais tempo para investir no trabalho remunerado. No caso de Carlão e Romário, o fato de serem provedores da casa permite às suas esposas a dedicação ao trabalho doméstico.

Alceu também destaca a Igreja como local de apoio e amparo. As relações que lá estabeleceu foram de extrema importância para sua estabilidade emocional, sobretudo nos momentos de dificuldade que viveu em São Paulo.

Durante essa trajetória aí, tem muita fase difícil também, eu passei também fase difícil, né? Mas encontrei pessoas bacanas, sabe, pessoas que tinham um espírito bom, sabe? Uma coisa gostosa, tanto no sentido espiritual como material, sabe? As pessoas boas que fazem crescer, fazem vencer, você acorda de manhã cedo, você olha, você acorda para o espelho, aí você fala: “eu sou o produto número 1 que existe no Brasil”. Eu tenho, eu preciso me valorizar, sabe como é que é? Então eu me orgulho de ter esse valor, olha, eu vou pra luta. Então você quando encontra alguém que não te desampara, que te dá apoio, que te dá amor, aquele amor puro, amor de mãe, sabe, que você não teve... eu encontrei muita pessoa assim. Então foi o que me fez crescer, sabe, a me fortalecer. Porque às vezes você sozinho você não consegue. Cê tem que ter pelo menos uma muleta na sua vida, sabe, alguém pra te dar... e não foi só uma não, foi várias, até essa trajetória da minha idade foi várias.
[Alceu]

Assim, as redes de relações estabelecidas por cada vendedora/or, ainda que tecidas fora do ambiente de trabalho, são percebidas como importantes para o exercício do próprio trabalho. Sua contribuição pode se manifestar através de apoio emocional ou financeiro em diversos períodos da vida. A realização de tarefas domésticas por parte de familiares, que apareceu no caso dos homens entrevistados, assim a ajuda com o cuidado de crianças, também contribuem para viabilizar o trabalho fora de casa.

7.1 A relação com a clientela – “O cliente de hoje é o cliente de amanhã”

A relação que se estabelece com a clientela é fundamental para o trabalho ambulante, pois é dela que dependem as vendas – assim como da escolha dos produtos a serem vendidos, que precisam despertar o interesse de quem compra. Conforme salienta João: “*eu é que preciso da população. Não eles que precisam de mim, eu que preciso deles. Porque o cliente a gente é que corre atrás*”.

Rosa reconhece que ter dificuldades em casa pode afetar seu ânimo e disposição, mas esforça-se para não deixar isto interferir no seu trabalho. E reforça o coro de João ao falar do modo como lida com a clientela: “*a tática é atender bem, tratar bem, porque é daqui que eu tiro meu aluguel*”.

O trato com a freguesia, assim como a escolha das mercadorias a serem vendidas, evidencia os saberes e as habilidades que precisam ser acionados e desenvolvidos para a realização do comércio ambulante. Assim é que o próprio dia a dia oferece possibilidades de aprendizagem. Romário, por exemplo, não concluiu o Ensino Fundamental. Retornou à escola há pouco, mas acredita que não aprende muito nesta instituição: *“a gente passa, assim, mas não aprende quase nada”*. No entanto, em decorrência dos cálculos que precisa fazer para negociar com a clientela, definir o valor do troco e estipular descontos que não lhe acarretem prejuízo financeiro, desenvolveu bastante suas habilidades matemáticas. Para ele, *“matemática é mais fácil que tudo”*.

Conforme destaca Pinheiro-Machado (2003), tomando emprestada a expressão de Michel de Certeau (2014), a atividade do comércio ambulante envolve diversas “artes de fazer”, aprendidas no cotidiano. Esta aprendizagem não se relaciona necessariamente com formação acadêmica e participação em cursos de aperfeiçoamento, mas com experiência, astúcia e traquejo: *“sem experiência você não consegue fazer nada, tem que ter experiência de alguma coisa”* [Romário].

A maior tática para atender a clientela é a simpatia e a cordialidade. Assim, todas/os buscam, em seu cotidiano de trabalho, manter uma boa relação com as/os clientes, tanto por uma questão de educação e respeito, quanto como forma de conquistar a freguesia, partindo do pressuposto de que, nas palavras de Alceu, *“o cliente de hoje é o cliente de amanhã”*.

Nesse sentido, muitas atitudes e formas de lidar com a clientela envolvem planejamento e ponderação, mostrando a tradução da ideia de organização enquanto ação, através do verbo “organizar” e da expressão “processos organizativos”. Em consonância com o que apontam Hugon (1997), Nouroudine (2011) e Sato (2011), é possível perceber que o trabalho informal possui forma, normas e modos de organização próprios.

A importância que o trato com freguesia assume faz com que algumas pessoas contrastem o seu atendimento atencioso e descontraído com aquele oferecido por colegas que, por apresentarem maior seriedade e rigidez na hora de negociar com a clientela, acabam perdendo não apenas a venda, mas também a oportunidade de fidelizar a/o cliente.

E nunca o cliente chegou assim, de eu brincar com ele, e ele falar uma coisa errada, não gostar. Sempre gosta e leva as coisas numa boa. Então é assim, o cliente, cê tem que tratar o cliente da melhor maneira que cê puder. Se você criticar um cliente ou xingar ou ficar de cara fechada, não gostar, ele não volta mais, aí já indica pra outras pessoas “não compra lá não, porque aquela pessoa não presta”. Às vezes eu vendo caro aqui. E os clientes ficam: “por que você vende mais caro que os outros?” E compram comigo. E compram. [Romário]

Quando um/a passante se detém um pouco mais pausadamente para olhar a banca, tecer-lhe um cumprimento e mostrar disponibilidade pode ser a garantia de uma nova venda. No entanto, não há uniformidade entre as/os vendedoras/es com relação a esta atitude: há quem cumprimente regularmente as pessoas que transitam pela rua, mesmo que desconhecidas, quem apregoe os produtos em voz alta e, também, quem fique sentada/o e atenda apenas quem se dirigir especificamente a ela/ele ou se detiver mais demoradamente diante da banca. O modo característico de divulgar as mercadorias (Dicionário Etimológico Nova Fronteira, 1994; Michaelis, 1998; Houaiss, 2009), revela-se, na prática, consideravelmente mais diverso do que propõem os dicionários.

Sem dúvidas, a rua tem papel facilitador na divulgação desta atividade: a exposição das mercadorias nas calçadas acaba atuando como uma vitrine para as/os transeuntes e, além disto, a localização das bancas em pontos de grande circulação de pedestres, decorrente da proximidade ao metrô e a diversos pontos de ônibus, oferece, muitas vezes, a possibilidade de uma compra rápida, sem desvio do itinerário.

A fala de Alceu permite perceber uma das diferenças entre ser ambulante de ponto fixo e itinerante, já que, ao perambular pela cidade, atrair a clientela para seu produto se torna ainda mais necessário. Quando trabalhava vendendo rosas nas noites recifenses, fazia uso do que nomeia de “tática do comércio” que consiste em buscar uma interação bem-humorada com a freguesia, sobretudo casais, combinando suas habilidades de vendedor e, também, poeta.

A tática do comércio... eu chegava no bar, aí eu falava assim. Eu falava, tinha um casal, o casal tava lá, né? Aí eu “quem me quer? Quem me quer? Quem me quer? Ela me quer hoje?”. Aí o cara com a menina, né? “Ela me quer hoje? Você me quer hoje, não quer? Mas é a rosa, não é eu não”. Aí o cara já ria, né? Porque a tática, é uma tática que não é maliciosa, né, e que dá pra extroverter, né? Aí eu “plante uma rosa no coração de outra rosa que é o canteiro da alegria”.... Aí “pô, mas você sabe fazer poesia?” E eu: “sei”. Aí eu fazia na hora. Aí eu fazia: no jardim que nasce rosa é o canteiro da paixão, tem sempre uma rosa no coração de outra rosa que é pura inspiração”. Aí o cara “ahhh”. Aí em vez de me dar, era 1 cruzeiro, na época, a rosa, aí me dava logo 5 cruzeiros, “tome, tome aí”. Aí me dava 5 cruzeiros, me dava 10 cruzeiros, teve uma que me dava 50 cruzeiros. [Alceu]

Hoje, embora não sinta a necessidade deste tipo de tática, Alceu destaca que a atenção à clientela pode ser complementada por um brinde, como um produto extra diante de uma compra maior, ou um desconto, desde que não implique prejuízo para ele. Antigamente, tinha também pacotes de balas e bombons em sua banca, que oferecia à freguesia. O fechamento da venda também pode ser influenciado pelo conhecimento que se dispõe do produto e a ênfase às suas qualidades e possibilidades de uso (Souza et al., 2013). Ensinar diferentes formas de

amarracão de um lenço, por exemplo, chamando a atenção para a sua versatilidade, pode ser o artifício que faltava para fazer com que uma cliente opte por comprar esta mercadoria.

As negociações também podem entrar em cena quando alguém não dispõe de dinheiro suficiente para arcar com o preço da mercadoria que deseja. Oferecer a possibilidade de pagamento com cartões de crédito e débito é uma das formas de se buscar garantir o fechamento da compra. Em certas situações, é possível propor que o produto seja pago com a quantia que a/o cliente tem disponível e o pagamento restante seja realizado posteriormente, em uma relação que se baseia na confiança. Carlão afirma que esta confiança acaba sendo, também, uma forma de conquistar a clientela e destaca que, em sua experiência, a grande maioria das pessoas volta para pagar o restante da compra.

A importância de manter uma boa relação com a clientela fica evidente na narrativa de João, que prefere optar por negociações e descontos para não perder uma venda por poucos reais. Os descontos são um modo bastante efetivo para garantir o fechamento de uma compra. O uso desta estratégia revela como as/os ambulantes conhecem seu público consumidor, que preza pelo preço baixo (Souza et al., 2013), e como precisam continuamente lançar mão de conhecimentos matemáticos que lhes permitem oferecer descontos sem prejuízos.

A gente conversa, tem que dar desconto. Tudo tem que ter essa estratégia, pra não deixar ele embora, o ideal é segurar ele pra mó de não perder a venda. De qualquer jeito, se a gente for embora, você perde. É melhor você conquistar um cliente do que perder uma venda. Nesse lado, a gente hoje está sujeito a tudo.... Tem que negociar. Não pode falar que é um preço e ele não comprar, você tenta pegar o cliente. Passa cartão, você vê que eu trabalho com cartão. É crédito, é débito. Vai fazer o quê, pra você conquistar o cliente, cê segurar o cliente, tem que passar cartão. Se fosse pra trabalhar só em dinheiro você não fazia negócio não. Tem que trabalhar com máquina. [João]

João compra suas mercadorias em quantidade na rua 25 de março e consegue um preço relativamente baixo por cada peça, de modo que pode negociar descontos e continuar auferindo um lucro razoável. Após oferecer um desconto de cinco reais a uma cliente que alegou não ter dinheiro suficiente para pagar o preço anunciado, me explica o raciocínio que fundamentou sua ação: *“por causa de dois, três, reais eu não perco uma venda. Aí ela dá o que você pagou e o lucro e aí depois ela paga o resto. Você não sai perdendo. Melhor conquistar o cliente”*. A venda a que se referiu, ainda que tenha sido menos lucrativa do que seria se fosse cobrado o preço cheio, não deixou de lhe proporcionar lucro. E, para João, sua atitude ao oferecer o desconto pode ter tido um outro ganho: contribuir para a fidelização da cliente, que poder assim fazer novas compras que compensem o desconto oferecido.

Para Sandra, que vende camisetas, não é possível oferecer descontos ou brindes tão facilmente. Ela já coloca um preço padrão, que considera justo e não consegue diminuir muito este valor em negociações com clientes. Ainda assim, busca oferecer um desconto em peças que estão há muito tempo paradas na banca, sem saída, ou um brinde em caso de compras grandes. Caso alguém esteja procurando uma camiseta que não tenha em seu estoque, busca encontrá-la com seus fornecedores.

Rosa, que trabalha com bolsas, têm oferecido mais descontos atualmente, em decorrência da diminuição do movimento da região. Contudo, não é fácil para ela lançar mão desta estratégia, pois os estabelecimentos onde compra suas mercadorias aumentaram o preço nos meses em que foi realizada esta pesquisa. Além disto, mesmo oferecendo descontos, observa uma alta redução no volume das vendas.

Como é possível observar, há uma série de negociações na relação entre ambulantes e clientes. Enquanto ambulantes ponderam os descontos possíveis, considerando a preocupação em conquistar a clientela, o preço que pagaram pelo produto e a dificuldade ou facilidade de vendê-lo, a freguesia também faz negociações. A expressão “tá muito caro”, bastante usada pela clientela, pode ter como resposta um dar de ombros ou uma justificativa quanto aos motivos pelos quais o produto tem aquele preço, ou pode, ainda, ser o início de uma negociação, onde vendedoras e vendedores buscam garantir a compra oferecendo vantagens como o pagamento em cartão, descontos ou brindes.

Outra estratégia da freguesia é a barganha: ao ouvirem o preço proposto pela/o vendedora/or, oferecem uma quantia menor, muitas vezes apresentando uma cédula no valor que se dispõem a pagar e dizendo “só posso pagar isso”. Em alguns casos, é possível fechar negócio desta forma. A decisão, da parte das/os ambulantes, leva em consideração vários fatores: há quanto tempo o produto está “encalhado”, a viabilidade de baixar o preço levando-se em consideração o valor gasto para adquiri-lo, o interesse em conquistar a/o cliente e o volume de produtos que a/o cliente está pretendendo comprar.

Depois da saída de um cliente, Romário explica os motivos pelos quais optou por oferecer um grande desconto na compra em questão. O freguês gostou de um boné que custava quarenta reais. Pretendia comprar, além deste, um outro boné, este último no valor de vinte e cinco reais. Romário ofereceu um desconto de dez reais, de modo que a compra perfazia o total de cinquenta e cinco reais. O cliente, ainda não satisfeito com este desconto, lhe entregou uma nota de cinquenta reais. Ambos fecharam negócio entre gracejos, com bastante bom humor. A negociação foi possível porque não houve prejuízo para Romário, que pode lucrar sete reais com a venda de um produto que não estava tendo saída.

Aquele cliente eu já liberei pra ganhar, porque você não pode perder muito tempo. Aquele boné lá eu vendo por 40 reais. Eu vendi por 25. Por quê? Tava parado. Tava mais de um ano parado. Aquele boné custou 18 reais. Mas tava velho, encubado, tava velho e um pouco sujo. O cliente gostou. Então ele quis levar, aí deu pra fazer desconto. Cê vê que o preço era 40, fiz por 25. Não tô perdendo nada. Ainda ganhei o cliente pra ele voltar e comprar de novo, né? (Risos). Isso é bom. [Romário]

Um mês antes da chegada do Natal, Sandra explica que está atenta às camisetas que estão tendo boa saída com seu público consumidor, uma vez que parte do sucesso das vendas neste período depende não apenas do movimento da região, mas também de suas escolhas em relação às mercadorias que serão vendidas.

Souza, Coelho, Lima e Queiroz (2014) destacam que as estratégias de venda utilizadas por vendedoras e vendedores ambulantes costumam ser intuitivas, calcadas na experiência cotidiana e de baixo custo. Embora sejam diferentes daquelas difundidas nos grandes tratados de *Marketing*, são efetivas para o aumento do volume de vendas, revelando assim seu conhecimento sobre o trabalho que realizam.

No entanto, ainda que as vendas sejam fundamentais, nota-se, em alguns casos, uma identificação com a ideia de justiça que vai na contramão do pensamento liberal, pois o lucro não necessariamente justifica que se cobre pelos seus produtos um valor desproporcional ao que foi gasto para adquiri-los. Atualmente, Alceu estipula metas de vendas a serem alcançadas, mas faz questão de salientar que isso não implica aumentar o preço dos produtos indiscriminadamente, pois se preocupa em vender a um preço justo.

Carlão relata duas situações que contribuem para conquistar a clientela e se afastam da ideia de lucro a qualquer custo. Quando compra, na feira da madrugada da rua 25 de março, os fones de ouvido que vende em sua banca, não pode trocá-los nem mesmo se perceber um defeito logo após a compra. No seu dia a dia, contudo, procede de outro modo com sua clientela: caso alguém volte à sua banca alegando ter encontrado um defeito no produto – desde que de fabricação, e não decorrente de mau uso –, Carlão faz a troca, mesmo que isso implique prejuízo para ele. Além disso, certos serviços, como trocar uma tarraxa de brinco ou mesmo consertar um pequeno defeito, são oferecidos, muitas vezes, de forma gratuita.

Este fato foi observado também na relação comigo enquanto pesquisadora. Em algumas ocasiões, quis comprar produtos vendidos por ambulantes que participaram desta pesquisa. Um deles não aceitou vendê-lo: presenteou-me com o produto que me interessava. Outra vendedora, analisando minha situação de estudante e bolsista de Pós-Graduação, vendeu o produto pelo seu preço de custo, não obtendo lucro algum com esta venda.

Ao longo dos anos de trabalho nas ruas, muitas pessoas conquistaram clientes fiéis, como Sandra, que hoje atende também filhas e filhos de clientes de longa data. Em alguns casos, importa não apenas o produto, mas com quem ele é comprado, o que revela que um bom relacionamento com a clientela, além de prazeroso para a maioria, tem impacto direto no volume de vendas.

Tem cliente que se você não tiver aqui ele não compra. Ele vê outra pessoa, ele não compra. Eu tenho bastante cliente aqui na região da Rebouças, esses lugar aqui, que avisa: “mãe, se ele não tiver lá, não compra. Só compra se ele tiver lá, avisa pra mãe aí”. Ela vem e ainda me fala “se você não tivesse aqui, meu filho avisou, se você não tiver aqui não é pra comprar” [Romário].

Fica claro que há uma sabedoria do ofício que se desenvolve a partir da combinação de características pessoais com a aprendizagem propiciada pela experiência prática, o que não é tão fácil de ser adquirido por alguém sem experiência na área. Em um dado momento, João planejou abrir um outro negócio em uma galeria próxima à rua Teodoro Sampaio e manter a sua banca. Como não poderia trabalhar em dois locais ao mesmo tempo, considerou a possibilidade de contratar alguém para ficar na galeria e continuar, ele mesmo, na rua, porque já sabia lidar com as/os clientes e fazer negociações, coisas que não se aprende rapidamente.

Romário pensa de forma semelhante. Para ele, as vendas dependem tanto de saber vender quanto da relação que se mantém com a clientela. Ao decidir se ausentar da banca por um tempo para investir em outro empreendimento, percebeu que as compras se reduziram bastante – em suas palavras, “*a banca falia*”. Quando voltou, as vendas começaram a aumentar. Atribui isso à relação que estabelecia com as/os clientes e ao seu traquejo para a negociação:

Você tem que negociar com o cliente. Cliente pede desconto, você coloca uma peça a mais também pra dar um desconto ou faz o desconto que o cliente pede. Ou você fica sem vender o produto e sem o cliente. Não é assim, você tem que fazer alguma coisa pra ajudar. [Romário]

O próprio local onde as bancas estão posicionadas é importante. Carlão destaca que, quando precisou fazer uma mudança de poucos metros na localização da banca, em virtude de uma reforma realizada na região, viu seu ritmo de vendas sofrer uma drástica redução: “*o pessoal não te acha. É estranho. Eu tava do lado aqui, ó, não vendia nem um terço do que eu vendia aqui*”.

O trato com a clientela é emblemático da forma como ambulantes gerenciam seu cotidiano de trabalho. Conforme apontam Sato e Oliveira (2008), a gestão é um fenômeno que envolve múltiplos atores e é negociado cotidianamente nos ambientes de trabalho.

7.2 A união da categoria enquanto ação política: “Somos fortes! Mas um forte fraco”

As relações que se estabelecem entre as/os ambulantes são destacadas tanto como forma de amizade e aprendizagem como enquanto ação política, possibilitando a reivindicação e a negociação de melhores condições de trabalho. Boa parte da força da categoria está justamente relacionada à sua união: não à toa, em muitas narrativas é frequente o uso da primeira pessoa do plural, sobretudo quando o assunto envolve questões relativas ao exercício do comércio de rua. Alceu considera que a categoria é unida e está sempre reivindicando seus direitos, ainda que se trate de uma luta marcada pela assimetria.

Que a gente tem que estar unido, com a loja, com o povo, tem que ter amor, tem que ser pacífico. Tem que às vezes aguentar sapo, engolir o nosso próprio cuspe. É o que a gente faz com a política, a gente engole cuspe, aguenta, vai lá, se humilha, vai reivindicar. Nós somos fracos. Fracos. Somos fortes! Mas um forte fraco. Poder maior é eles, né? [Alceu]

A união da categoria é vista pela maioria como algo de considerável importância, em grande medida porque as/os fortalece diante da pronunciada diferença entre o poder que detêm e o poder dos políticos que regulam sua atividade. Segundo Sandra, foi sobretudo quando a possibilidade de exercer o comércio ambulante estava ameaçada que as trabalhadoras e os trabalhadores da categoria se uniram mais. Neste período, ambulantes de diversas regiões da cidade foram reivindicar seu direito ao trabalho.

A maioria atribui as mudanças conquistadas a esta união e ao apoio de sindicatos, vereadoras/es, advogadas/os e outras/os profissionais e instituições – revelando que as redes que são ativadas no exercício deste tipo de comércio se desdobram para além das pessoas que trabalham na rua Teodoro Sampaio.

Atualmente, parte delas/es frequenta as reuniões da associação e reivindica coletivamente melhorias nas suas condições de trabalho. Apesar disso, a categoria não é tão unida como muitas/os ambulantes gostariam: enquanto algumas pessoas perdem um dia de trabalho – e, conseqüentemente, de rendimento – para participar das reuniões e discutir

questões relativas aos direitos de vendedoras e vendedores ambulantes, outras continuam trabalhando normalmente, ainda que também se beneficiem do resultado destas reivindicações. João acredita que pelo menos 50% das/os ambulantes não frequenta as reuniões.

Assim, há uma necessidade de união que fortalece as reivindicações feitas, mas há, também, muitas diferenças na forma como cada ambulante vê esta questão. A luta por direitos pode ser realizada de forma individual ou coletiva – e há, ainda, pessoas que não participam destas reivindicações. Nesse sentido, é importante salientar que, uma vez que o comércio ambulante depende do lucro auferido dia a dia, abrir mão de um dia de trabalho para reuniões com a categoria implica perda de rendimentos, sobretudo para quem que não conta com ajudantes para a realização do seu trabalho.

O comércio ambulante, deste modo, é perpassado pelo interesse de diversas pessoas, profissionais e instituições, o que o inclui em uma ampla rede de relações que o influenciam e dele sofrem influência.

VIII
TRAJETÓRIAS, SENTIDOS ATRIBUÍDOS AO TRABALHO E
PROJETOS FUTUROS

8.1 A heterogeneidade das trajetórias e a chegada ao comércio ambulante: “*Nossa, eu já fiz muita coisa!*”

Ao longo das trajetórias das pessoas com que conversei, é observada uma sucessão de trabalhos que não necessariamente têm relação entre si. Isto revela uma grande versatilidade da parte das/os ambulantes, que são capazes de se adaptar a tipos de trabalho variados e desenvolver habilidades para melhor realizá-los. Mas também se destaca a dificuldade que enfrentam para encontrar continuidade em uma mesma área de trabalho, decorrente, dentre outros fatores, da necessidade de se colocar em primeiro lugar a sobrevivência e a geração de renda.

As maiores dificuldades enfrentadas ao longo de suas trajetórias de trabalho estão relacionadas, de um lado, às rotinas cansativas e ao desrespeito de patroas e patrões e, de outro, à falta de trabalho. Assim, Romário e João destacam que não tiveram nenhum momento particularmente difícil, justamente porque nunca ficaram desempregados.

Como destacam Salvitti et al. (1999), a baixa escolaridade e a falta de opções mais vantajosas dentro do trabalho formal também exercem influência nestas escolhas. Em consonância com o observado por estas autoras e autores, a baixa remuneração aparece como um dos grandes motivos apontados para a mudança de um trabalho para outro. O comércio ambulante, muitas vezes, oferece renda superior àquela obtida em trabalhos assalariados acessíveis a estas pessoas, com ou sem carteira assinada.

Assim é que múltiplas relações de trabalho se mesclam na vida destas pessoas, revelando um trânsito fluido entre formalidade e informalidade: emprego com carteira assinada, trabalho assalariado sem carteira, trabalho terceirizado, trabalho informal. Para as pessoas que trabalharam em empresas, o tempo de permanência variou de poucos meses a 14 anos. Nos casos de uma permanência mais longa, era comum o trânsito por diferentes funções em uma mesma empresa. À exceção de Sandra, todas/os tiveram experiências de trabalho com carteira assinada, mas abriram mão deste benefício em algum momento de suas vidas porque a remuneração, em grande parte das vezes, não era satisfatória.

Nesse sentido, é importante demarcar a heterogeneidade dos caminhos possíveis, que muitas vezes aparece camuflada nas estatísticas oficiais – seja por estarem abarcadas pela amplitude do termo informalidade, seja simplesmente por não serem englobadas pelas opções disponíveis nos questionários utilizados (Etcheverry, 2004). As trajetórias de trabalho de cada vendedora/or estão estreitamente relacionadas ao contexto sociocultural e às relações que nele

se estabelecem, sendo necessário considerar sua processualidade e, por conseguinte, a possibilidade de mudanças, bifurcações e replanejamentos ao longo do trajeto.

Paras todas as pessoas entrevistadas, a família exerce grande influência em suas trajetórias, conforme apontado no capítulo anterior. A importância do núcleo familiar se manifesta na ajuda para a obtenção de trabalhos, na realização de trabalhos em conjunto, bem como nas motivações para se mudar ou não de cidade ou, ainda, para iniciar ou não um novo trabalho.

Carlão trabalha há muito como artesão e vendedor. Antes de obter seu ponto na rua Teodoro Sampaio, no início da década de 1990, vendia seus produtos em cidades próximas a São Paulo – na capital paulista, tinha mais dificuldades para realizar seu trabalho, pois a falta de licença o deixava vulnerável à perseguição policial. Dos 17 aos 21 anos, trabalhou como ajudante de serralheiro, trabalho com carteira assinada conseguido com a ajuda de sua mãe. Evidencia-se novamente o aspecto relacional do trabalho: embora não estivesse realizando uma atividade de sua escolha, ser ajudante de serralheiro tinha uma função muito importante do ponto de vista financeiro: sua mãe, que criou os filhos sozinha, precisava de ajuda com o orçamento familiar.

Em um dado momento, Carlão trabalhou como segurança – mas, como sua jornada de trabalho era das 6h às 14h, aproveitava o tempo restante para trabalhar na rua, onde ficava até cerca das 20h. O trabalho informal associado ao emprego remunerado com a finalidade de complementar os rendimentos mensais aparece também na trajetória de Alceu e é uma realidade de muitas trabalhadoras e trabalhadores, conforme observado por Ackermann (2007), Alves e Tavares (2006) e Sato (2012). A partir do momento em que as licenças para o comércio ambulante começaram a ser distribuídas, Carlão se estabeleceu na rua Teodoro Sampaio de forma fixa.

Rosa, por sua vez, foi dona de casa até os 18 anos e suas escolhas de trabalho sempre foram muito influenciadas por questões de ordem familiar: quando sua filha nasceu, começou a trabalhar fora de casa como alfabetizadora, em decorrência do aumento das despesas domésticas. Ao se separar do marido, mudou-se para o Rio de Janeiro em busca de emprego, que estava escasso na sua região. Uma vez na capital fluminense, trabalhou como empregada doméstica por oito anos, com duas famílias diferentes.

A remuneração é outro ponto que exerceu importante influência nas escolhas de Rosa: decidiu mudar-se para São Paulo em busca de outras possibilidades de trabalho, porque em casa de família não recebia uma remuneração que julgava satisfatória, embora o trabalho em si lhe agradasse. Trabalhou como ascensorista, como faxineira e como encarregada de

limpeza (este último um trabalho muito cansativo) antes de decidir tentar algo diferente e trabalhar como ambulante na rua Teodoro Sampaio.

A vida de trabalho de Alceu começou cedo, fato que teve estreita relação com a perda precoce dos pais e a necessidade de contribuir de algum modo com o orçamento familiar. Por volta dos 7 anos de idade, começou a trabalhar na feira: acordava às 5 horas da manhã para “aguar” verduras e varrer o local. Sua trajetória de trabalho é marcada pela inventividade e pela constante necessidade de criar formas de geração de renda. Ao longo da sua juventude, trabalhou em feiras, vendeu rosas em bares e atuou também como guardador de carros. A partir destes trabalhos, conseguiu fazer uma reserva financeira, com a qual pode sair de Recife, aos 16 anos, para buscar de emprego na capital paulista, onde moravam alguns de seus irmãos. Logo, Alceu começou a trabalhar vendendo rosas à noite nos bares de São Paulo. Também trabalhou lixando e pintando peças uma cooperativa, como limpador de janelas no Hospital das Clínicas e como assistente de sondagem. Em um dado momento, chegou a se mudar para o Rio de Janeiro com uma de suas filhas e abriu uma floricultura com um irmão que morava lá.

Assim como Rosa, o aspecto financeiro sempre exerceu forte influência na vida de trabalho de Alceu. Mesmo quando trabalhava em empresas durante o dia, uma necessidade permanecia constante: realizar trabalhos extras para complementar a renda: *“então era com o extra que você conseguia atingir uma meta que dava pra sobreviver”*. Sua principal atividade para este fim era a venda de rosas em barzinhos, na noite paulista. Acredita que as ruas surgem como opção para quem, como ele, tem baixa escolaridade. Sua identificação com o trabalho nas ruas e a oportunidade surgida com a distribuição de licenças para o exercício do comércio ambulante fez com que se estabelecesse na região de forma fixa.

João começou a trabalhar aos doze anos e experimentou várias atividades diferentes. Trabalhou na roça durante cerca de quatro anos e, em seguida, em uma loja de material de construção, como ajudante, mudando em poucos meses sua atribuição lá dentro para conferente de estoque. Ao longo de sua trajetória, morou em diversos estados brasileiros, sempre por motivos profissionais. João faz questão de ressaltar que nunca foi demitido: sempre saiu das empresas em que trabalhou por ter em vista uma opção que lhe parecia melhor.

Antes de morar em São Paulo, João ainda passou um ano no Rio de Janeiro, aproveitando-se do fato de que tinha familiares residindo na cidade. Lá, vendia sorvete na praia. Foi viajando a passeio para São Paulo que decidiu fixar-se na cidade e começou a trabalhar cuidando de cavalos no Jockey Club, onde ficou por cerca de cinco anos. Em

seguida, trabalhou em uma empresa de dedetização por pouco mais de um ano, mas decidiu sair por não se identificar com sua ocupação. Também trabalhou numa madeireira por cerca de 14 anos, atuando como ajudante, conferente, encarregado de almoxarifado, apontador de hora-extra, marceneiro. Dessa empresa, saiu para trabalhar na rua. Tomou essa decisão porque estava cansado de trabalhar para outras pessoas e contou com a ajuda de um irmão, que era vendedor ambulante.

Romário começou a trabalhar na roça aos oito anos e lá permaneceu por longo tempo. Aos 18 anos, mudou-se para São Paulo e foi buscar emprego no Jockey Club, por indicação de familiares. Trabalhou lá durante sete anos, tendo como atividade principal o cuidado com cavalos. Em seguida trabalhou em uma madeireira, onde montava portas, por cerca de dois anos. Seu próximo emprego foi como fiscal em uma loja de departamento da rua Teodoro Sampaio. Em 1999, começou a trabalhar como ambulante, tendo contado com a sugestão e a ajuda de colegas que já trabalhavam na região, em frente à loja em que trabalhava.

Em dois momentos de sua trajetória, Romário decidiu parar de trabalhar como ambulante e abrir seu próprio negócio, mas estes empreendimentos não deram certo: na primeira tentativa, foi a saudade do trabalho nas ruas que o fez voltar; na segunda, o prejuízo financeiro que obteve ao tentar abrir seu próprio restaurante. Também chegou a voltar à Bahia, sua terra natal, onde abriu um bar por um período.

Sandra, exceção a esta regra, sempre realizou atividades relacionadas ao rock e ao artesanato, e continua vinculada a essas atividades no seu trabalho atual. Seus primeiros trabalhos foram voltados para artesanato e confecção de roupas indianas. Ela e seu marido sempre trabalharam com tecido, pintura e atividades que envolvessem a arte, expondo e comercializando seus produtos em feiras, festas, shows ou, no período de alta estação, praias. Chegaram também a fornecer roupas para uma loja por cerca de três anos. Posteriormente, começaram a trabalhar com camisetas de bandas de *rock*.

A família sempre esteve relacionada ao trabalho de Sandra e, por muito tempo, ela e o marido trabalharam juntos. Na década de 1980, passaram a trabalhar na rua Teodoro Sampaio esporadicamente, aos sábados, vendendo camisetas de bandas de *rock*. Quando soube da distribuição de licenças para o exercício do comércio ambulante, na gestão da prefeita Luiza Erundina, lutou para conquistar a sua e se estabeleceu na rua Teodoro Sampaio de forma fixa. Desde então, não trabalha com o marido, que se dedica a outras atividades, embora possa ajudá-la pontualmente, caso necessário. Sua banca, como faz questão de deixar claro, é um negócio apenas dela. Assim, observa-se que Sandra valoriza um trabalho em que seja possível vender produtos com os quais se identifica. O comércio ambulante configura-se como uma

forma possível de vender estes produtos e, neste momento, mostra-se viável por lhe oferecer certa estabilidade, ao mesmo tempo que demanda um investimento financeiro menor do que o necessário para a manutenção de uma loja.

8.2 Sentidos atribuídos ao trabalho ambulante

Apesar de todas/os estarem nas ruas vendendo seus produtos, há uma diversidade de formas através das quais cada pessoa descreve seu atual trabalho. Foram definições dadas ao longo das conversas: “ambulante das vendas informais”, trabalhadora/or autônoma/o, “faz-tudo”, “mil e uma utilidades”, comerciante, vendedora ou vendedor de rua, empreendedora/empreendedor, camelô. No entanto, predominou uma identificação com o termo “ambulante” previsto na legislação.

Evidencia-se a necessidade de se atentar para a multiplicidade de significados que a experiência de trabalho pode possuir para diferentes pessoas, o que se relaciona com as experiências sociais e pessoais (Blustein et al., 2004). Ao longo de cada narrativa, embora possa haver uma visão predominante a respeito dos sentidos que o ato de trabalhar assume, outras opiniões coexistem. O trabalho pode estar associado, ao mesmo tempo, à sobrevivência e ao lazer, pode ser fonte de preocupações e alegrias, gerar cansaço e relaxamento.

Ao longo das conversas, o trabalho que desempenham como ambulantes é compreendido não como um bico, como Salvitti et al. (1999) observaram quase duas décadas atrás, mas como um trabalho, responsável por lhes garantir o sustento. Ainda que muitas pessoas façam planos que envolvam a saída do comércio ambulante, este é reconhecido como uma atividade importante. O trabalho informal, em suas vidas, não se mostrou algo provisório ou temporário: há pelo menos 15 anos que se encontram nesta atividade.

Deste modo, o que faz o trabalho ser considerado instável, estável ou mesmo um não-trabalho, um bico, vai além da presença ou ausência de vínculo empregatício: envolve, também, a forma como a pessoa se sente com relação à atividade que realiza (Blustein, Schultheiss & Flum, 2004). Vale destacar que a flexibilização do trabalho ocorrida nas últimas décadas (Costa, 2010) também contribui consideravelmente para que o emprego assalariado não seja necessariamente visto como sinônimo de estabilidade.

Alceu e Sandra salientam que a relação entre informalidade e formalidade não é tão simples quanto parece, destacando que, muitas vezes, os produtos que vendem são exatamente

os mesmos que são vendidos pelas lojas, posto que comprados dos mesmos fornecedores. Sandra destaca que a economia informal sustenta muita coisa, pois há um número grande de pessoas trabalhando “*por conta*”, pagando impostos e comprando mercadorias de empresas formais, por exemplo. Daí se depreende a sua importância não só para as pessoas que trabalham deste modo, como para a própria sociedade.

Para Alceu, a busca pelo comércio ambulante se dá porque as pessoas procuram produtos a um preço barato – conforme também observou Costa (1989), ao apontar vantagens do comércio ambulante do ponto de vista da população. Isto torna determinados produtos mais acessíveis para as camadas mais populares, mas também acaba sendo atraente para muitas pessoas ricas ou de classe média, “*porque ninguém é besta*”. Além disso, o comércio ambulante atrai as pessoas para a rua e, conseqüentemente, para outros tipos de comércio que lá se encontram.

Se a gente for fazer uma limpeza total, total, total, a cidade de São Paulo vai ficar vazia, loja fica vazia, porque quem chama, quem é o chamariz pra o comércio em geral, agora eu estou falando do comércio em geral, entendeu, são os ambulantes. Porque é a gente que chama. Nós que chamamos o povo pra rua. Se eu chego em Jerusalém, chega em Bagdá, chega na Síria, chega em qualquer canto, vê os comércios da rua como é que é. É o chamariz. É o povo da rua. Se tem povo na rua, o povo vai pra rua. Se não tem povo na rua, o povo não vai pra rua. [Alceu]

A ideia do trabalho como fonte de sobrevivência aparece em todas as narrativas, em maior ou menor escala. São frequentes as falas que demarcam as conquistas que o trabalho nas ruas possibilitou. A rua está associada “*ao pão de cada dia*”, ao sustento da família e à garantia de moradia – seja por ter proporcionado conquista da casa própria, seja por possibilitar o pagamento do aluguel. Conforme aponta Blustein (2011), para aquela parcela da população com menor possibilidades de escolha de trabalho, um dos grandes sentidos assumidos por ele relaciona-se à possibilidade de contribuir com o sustento da família.

Então a única forma que eu achei pra tentar, é, ter uma renda a mais foi na rua. Que na rua você mesmo é dono do seu próprio negócio, você é seu próprio patrão, então você sabe o quanto você vai ganhar e você tem dinheiro todo dia. Então, você tendo dinheiro todo dia, dá pra você comprar a mercadoria, e ganhar no dia a dia e vencer e comprar algo, né? Então foi com o dinheiro da rua que eu consegui uma vida melhor, entendeu. Uma vida melhor é uma vida mais digna, né? Comprei minha casa, entendeu? E me estruturei. [Alceu]

Para todas/os, a rua aparece, em alguma medida, como um local de exercício de liberdade e autonomia, onde se torna possível empreender seu próprio negócio, como também observado por Garcia et al. (2010), Pinheiro-Machado (2003, 2008) e Salvitti et al. (1999).

Lá, trabalhadoras e trabalhadores têm flexibilidade para organizar seus horários e a possibilidade de trabalhar com aquilo que gostam, dispondo seus produtos na banca do modo que lhe agrada e, ainda, conhecendo pessoas que se interessam pelo que vendem.

O bom disso aqui é que eu chego a hora que eu quero, eu saio a hora que eu quero. Entendeu? Isso aqui é uma coisa assim meio... é um trabalho liberal. Vai, não é, uma coisa assim, mas é uma coisa que, eu acho que todo mundo que trabalha, é que tem um pouquinho desse lado de... não que seja um empresário, mas tem esse lado, assim, que quer ser um empreendedor, né? Comprar, fazer, vender, criar, sei lá eu, né? [Sandra]

Para as pessoas com quem conversei, o emprego não aparece como referência de trabalho ideal e não ter patroa ou patrão é visto como algo libertador. As escolhas relativas à organização do trabalho são feitas pelas/os próprias/os vendedoras/es, sem necessidade de dar satisfações a chefes que muitas vezes exploram e depreciam as/os trabalhadoras/es em troca de uma remuneração baixa. Como salienta Alceu, é possível a cada pessoa traçar suas próprias metas – que podem variar conforme suas necessidades e interesses –, mesmo que nem sempre seja possível alcançá-las.

Ao se pensar a autonomia, contudo, é importante compreendê-la como circunscrita a certos limites, haja vista que as jornadas de trabalho são longas e a remuneração nem sempre é satisfatória – posto que está suscetível à conjuntura econômica do país e ao movimento de pedestres na região em que cada ambulante trabalha. Há, ainda, a insegurança quanto a forma como o poder público lida com o trabalho informal – e isto tem variado a cada gestão da prefeitura.

Na empresa, você é obrigado a fazer tudo que os caras querem. Mesmo contra sua vontade. Tem muita gente que é, muitas pessoas são folgadas, querem te explorar. Que nem, uma vez fui trabalhar num... eu era vigilante, fui trabalhar num lugar, sabe o que o cara falou pra mim? Chegou na hora do almoço...eu falei “onde é que eu vou almoçar aqui”, né? Ele falou: “ó, vigilante almoça no banheiro”. Olha só, um banheiro. Aí eu peguei, fui lá fora, sentei na guia assim, ó, comi no meio da rua, a comida. “Mas cê não pode”, e eu falei: “vou comer aqui”. Meu, eles pensam que são os donos do mundo! Aqui na rua não, eu tenho minha liberdade. Eu vou pra onde eu quero, eu vou pra qualquer lugar, ninguém manda em mim. As pessoas, tem muitas pessoas que não têm respeito não. Não respeitam as outras pessoas. Eu prefiro trabalhar assim, pra mim. Tô livre. Tá? [Carlão].

Outra dimensão que aparece ao longo das narrativas é a possibilidade de fazer o que se gosta. A identificação com o que se faz pode aparecer em relação ao trabalho no comércio – muitas pessoas destacam suas habilidades para a venda ou características associadas ao empreendedorismo –, mas também ao estar na rua e aos ganhos que este local de trabalho

oferece, sobretudo pelas frequentes interações que proporciona. Para algumas pessoas, importa também a identificação com o produto que se vende.

Quem nasce pra rua, nasce pra rua. É por isso que eu sempre fico. Quando eu falo rato de rua, é porque quem tá na rua, tá na rua. Não é questão de dar duro ou não, porque nós também damos duro. Carregar o carrinho, buscar a mercadoria, arrumar a mercadoria, ajeitar tudo isso, entendeu? É um trabalho também. É a mesma coisa de um bancário tá lá de gravatinha sentado, só no computador, só mexendo né, só contando cédula, só atendendo, ele já gosta. E São Paulo cresce desse jeito. Cada um tem uma forma de trabalho, né? [Alceu]

8.2.1 Esmiuçando as concepções pessoais sobre o trabalho ambulante

Rosa considera o comércio ambulante muito cansativo e, por isso, em um primeiro momento, tem dificuldade em perceber vantagens nesta ocupação. Ainda assim, reconhece que nas ruas consegue ganhar mais do que nos outros locais em que trabalhou. Para ela, o trabalho de ambulante é sofrido, sendo uma oportunidade quando a pessoa está desempregada e não tem outra opção.

A opinião de Rosa quanto à sua atividade atual sofreu variações ao longo das conversas que tivemos. Ao mesmo tempo em que reconhece prontamente as desvantagens do trabalho nas ruas, lembra que também se deparou com dificuldades em outros locais, a exemplo de uma empresa em que trabalhou por um ano: “*era muito sofrido, não tinha horário de almoço, era domingo a domingo, só tinha uma folga na semana, aí era difícil pra mim*”.

Para Rosa, o ideal seria trabalhar como doméstica em uma casa de família – desde que com uma boa remuneração, o que normalmente não ocorre, conforme observa. Uma vantagem deste trabalho seria a possibilidade de dormir lá, o que a pouparia da necessidade de pagar aluguel. Sua opinião contrasta com as observações de grande parte das mulheres entrevistadas por Garcia et al. (2010), que associavam o trabalho doméstico à humilhação – e preferiam, portanto, a autonomia proporcionada pelas ruas. Isto revela tanto diferenças nas vivências particulares de cada pessoa que influem significativamente na forma como percebem o trabalho (Blustein, 2011) quanto a importância que a sobrevivência e a redução de gastos assume na vida de Rosa, que tem no aluguel do imóvel em que mora uma despesa consideravelmente alta. Ao longo de sua trajetória, a baixa remuneração aparece como principal motivo para que optasse por trocar de ocupação. Assim, embora tivesse prazer em

trabalhar como ascensorista e empregada doméstica, precisou buscar ocupações que lhe oferecessem um maior rendimento.

Rosa também é quem mais demarca dificuldades da atividade como ambulante relacionadas ao convívio com colegas e clientes. Nesse sentido, o aspecto relacional do ato de trabalhar aparece, em parte, em sua faceta negativa, o que possivelmente influencia os sentidos que o trabalho atual assume para ela.

Na narrativa de Sandra, a ideia de trabalho como fonte de sobrevivência, conquanto reconhecida como extremamente importante, não é o elemento de maior destaque: o trabalho precisa, sobretudo, ser fonte de satisfação e, portanto, estar associado àquilo que ela gosta de fazer. Ela, que nunca teve o emprego formal como meta, considera que a forma como trabalha é uma escolha, uma opção de vida. Na sua trajetória, sempre priorizou a possibilidade de trabalhar com aquilo de que gostava. Sua relação com o estudo segue este mesmo padrão: optou por estudar temas de seu interesse e que contribuíam para a sua formação pessoal, em vez de seguir uma lógica mercantil e buscar cursos que poderiam propiciar oportunidades de trabalho. Esta satisfação está atrelada sobretudo ao produto que vende, que tem a ver com seus gostos pessoais e atrai um público que também se identifica com este universo. A imbricação do trabalho com outros elementos de sua vida pessoal é, portanto, evidente.

Ao ser perguntado sobre o que seria, para ele, o trabalho ideal, foi justamente a possibilidade de não trabalhar e viver viajando que Romário ofereceu como resposta. O trabalho aparece sobretudo associado à sobrevivência. Em sua narrativa, destaca que o comércio ambulante é seu “*pé de meia*” e que o dinheiro obtido com as vendas na rua lhe possibilitou comprar a sua casa. Ao mesmo tempo, o trabalho também aparece associado ao prazer, pois conversa com muitas pessoas, brinca e faz amizades: “*com chuva ou sem chuva, é gostoso trabalhar*”. Certa vez, decidiu abrir uma loja, mas fechou em cerca de quinze dias, alegando saudade da rua Teodoro Sampaio.

Além disso, considerando as dificuldades que muitas pessoas têm em obter trabalho, uma outra dimensão emerge na narrativa de Romário: o trabalhar enquanto privilégio. Deste modo, mesmo um trabalho que ofereça baixa remuneração deve ser valorizado, porque ficar sem trabalhar é uma possibilidade ainda mais danosa.

Se você tiver um jeitinho de trabalhar, continua focado naquele serviço. Eu sempre falo pra alguns colegas, conhecidos, aqui. Ganhando um salarinho de 1000 reais, 1200 reais. E falam que não dá pra viver com esse salário. Eu falo: “meu amigo, é o seguinte: é ruim com ele, pior sem ele. Porque cê tá trabalhando cê tá recebendo. E se você ficar desempregado, de onde vai tirar dinheiro? Então continua, mantém seu emprego, porque é daí que você tá tirando alguma coisa”. [Romário]

Ao longo de toda a narrativa de Alceu, também coexistem várias significações atribuídas ao trabalho, mas observa-se que este aparece associado, sobretudo, à sobrevivência: para garanti-la, todo trabalho era válido, formalizado ou informal, com contrato por tempo indeterminado ou temporário. Como criança que passou dificuldades, as referências à luta pelo pão de cada dia são inúmeras e o comer bem aparece como um dos principais requisitos para se poder trabalhar. O comércio ambulante, em sua opinião, deveria ser realizado pelas pessoas mais pobres, para as quais a rua de fato aparece como uma das melhores alternativas possíveis. Sua crítica se direciona às pessoas que, tendo muito mais do que o suficiente para o seu sustento, estão constantemente buscando modos de lucrar mais, tirando a oportunidade de quem realmente precisa daquele trabalho para sobreviver.

A fala de Alceu exalta o trabalho como algo que o homem e a mulher nasceram para fazer. A satisfação e a identificação com o que se faz também aparecem de forma marcante na sua fala e, em sua opinião, são elas que devem orientar a escolha do trabalho a ser realizado por cada pessoa. Para ele, quem gosta de trabalhar na rua, salvo raras exceções, não se adapta a outro lugar. O trabalho ideal é aquele que é feito com amor pelas pessoas, revelando que a dimensão da satisfação com o trabalho também é importante em sua percepção. Alceu acredita que tirar o trabalho da população, como foi feito na gestão de Kassab, equivale a tirar a alma das pessoas, privando-as da possibilidade de garantir o seu sustento e a sua sobrevivência.

Na opinião de Alceu, todo trabalho é válido. *“Tudo é digno. Catar papelão é digno, catar latinha é digno, pedir é digno, roubar não”*. Ainda que muitos trabalhos que realizou ao longo de sua trajetória tenham lhe oferecido uma série de dificuldades, que são reconhecidas pelo próprio Alceu e influenciaram sua opção pela informalidade, o pior trabalho para ele era aquele que provocava um incômodo físico, este avaliado como insuportável.

A identificação com a categoria “trabalhador”, em oposição ao “vagabundo” ou “ladrão”, também é evidente na fala de Alceu – questionando um pareamento que parte da população ainda faz do comércio ambulante com a criminalidade. Tanto ele quanto seus irmãos se orgulham de terem conseguido manter a dignidade apesar de todas as dificuldades financeiras que passaram.

Para Carlão, o trabalho é visto enquanto fonte de sobrevivência, mas é importante que traga, também, identificação e autonomia. Parte do seu trabalho, a confecção de bijuterias, ele faz por prazer, como um momento em que pode relaxar: no seu tempo livre, sente vontade de criar novos brincos, colares e acessórios. Trabalhar na rua também o agrada, e é difícil, para ele, ver desvantagens neste tipo de trabalho. Carlão, assim como Alceu, considera que ser seu

próprio chefe oferece uma motivação para trabalhar diferente daquele que recebe ordens de terceiros.

Se eu sair daqui eu já era. Acabou comigo. Eu faço tudo! Faço tudo. Sei fazer instalação, sei rebocar uma casa, sei fazer tudo. Mas eu gosto é de fazer isso aqui. Que aqui eu tenho minha liberdade. Eu tô aqui, de repente saio, vou lá num bar tomar um café, depois vou lá embaixo. É livre. É liberdade, né? E o gozado é que a gente não falta, né? Todo dia tá aqui. O povo na loja não vem trabalhar, pô, caramba, o cara não vem trabalhar. Agora ele tem funcionário. Você é dono do seu, cê vem todo dia, todo dia cê tá aqui. [Carlão]

Há, também para Carlão, uma identificação com a categoria “trabalhador”. Tanto é que deseja continuar trabalhando após a aposentadoria – porque, segundo ele, “*se a pessoa aposenta e se encosta, já era, fica inválido pro resto da vida. Tem que continuar ativo, trabalhando*”.

Concordando com a ideia de Carlão, João considera o trabalho tão importante para a sua vida que deixar de trabalhar um único dia lhe faz mal. A doença aparece ligada não ao excesso de trabalho, mas à sua falta: “*não consigo ficar parado, só no domingo. Sem trabalho eu fico doente*”. Além disso, o trabalho está ligado à sobrevivência e às suas conquistas, como a compra do seu carro. Embora tenha trabalhado um bom tempo da sua vida em empresas, decidiu sair por conta do baixo salário. O trabalho na rua é visto como vantajoso tanto por oferecer uma remuneração maior quanto pela autonomia que oferece.

8.3 Formas de geração de renda no presente e projetos futuros

Como é possível perceber, o dia a dia de trabalho sofre variações e influências do contexto social e econômico, sendo a incerteza quanto aos rendimentos do trabalho como ambulante algo que todos vivenciam. Assim, importa investigar se, dentro do dia a dia de trabalho, há espaço para a formulação de estratégias que garantam renda e estabilidade e, também, se há margem para planejamento futuro.

De acordo com Ribeiro (2014), os projetos estão relacionados à capacidade de planejamento, sendo concebidos, portanto, dentro de uma dimensão espaço-temporal: o futuro é pensado levando-se em consideração a articulação entre as experiências passadas e presentes. Os projetos, entendidos como o planejamento de estratégias para a consecução de um fim, orientam a construção e a organização das trajetórias. Estas últimas, concebidas em

uma dupla dimensão – como caminho percorrido e caminho a percorrer – são o resultado dos projetos e, também, influenciam na sua construção, na medida em que as transformações ao longo das trajetórias de trabalho influenciam os projetos futuros de cada pessoa.

A importância que os projetos assumem neste contexto está relacionada às condições de instabilidade e insegurança do mundo do trabalho, potencializadas, de forma mais ampla, pela flexibilização das relações trabalhistas e, de forma mais específica, pela a redução do movimento da região, que tem impactado os rendimentos das vendedoras e vendedores da rua Teodoro Sampaio.

Neste sentido, observa-se que no decurso das trajetórias pessoais houve pouco espaço para o planejamento a longo prazo. A atenção era voltada para os desafios e possibilidades que emergiam dia após dia, no tempo presente. Conforme destaca João: *“o que cê achasse melhor, cê tentava”*.

A maioria conta com o Estado como mantenedor da sua seguridade, mas, ao mesmo tempo, parte das pessoas busca outras estratégias, como economias, empréstimos, participação em consórcios e investimento em imóveis – seja porque o dinheiro auferido dia a dia com o comércio ambulante é insuficiente para cobrir os gastos mensais, seja em decorrência da necessidade de uma reserva financeira que viabilize projetos futuros.

Em uma primeira conversa com Alceu, ele demonstrou muita resistência em confiar no Estado para lhe oferecer seguridade. Contribuiu com o INSS enquanto trabalhou formalmente e chegou a tentar recolher o imposto após sair destes empregos, mas logo concluiu que não valia a pena, pois a obtenção do benefício envolvia muita burocracia. Contudo, alguns meses após a primeira entrevista, decidiu tornar-se um Microempreendedor Individual (MEI).

João sempre recolheu o INSS, mesmo quando não estava empregado assalariado, e, quando possível, optou por se cadastrar como MEI. Esta opção já se revelou muito útil para ele, que passou alguns meses doente e precisou se afastar do trabalho. Rosa também paga o valor mínimo do INSS como uma forma de garantia e busca guardar dinheiro sempre que pode: *“um pouco, porque sei que eu não tenho. Um pouquinho, mas guardo”*.

Para Romário e Carlão, juntar dinheiro não tem sido possível na atual conjuntura, mas não deixam de pagar o INSS. No momento, Romário contribui com o valor mínimo, mas já chegou a passar um ano pagando 500 reais por mês, quando tinha rendimentos mais altos. Carlão acabou de se tornar um MEI e contribui com o valor estipulado pelo programa. *“Precisa, né? Se eu ficar doente daqui uns dois, três meses? Pelo menos eu vou ganhar*

alguma coisinha do governo. Que nem, agora eu não tenho nada. Se acontecer alguma coisa comigo, tô frito”.

Sandra chegou a contribuir para o INSS em um dado momento da sua vida, mas acabou interrompendo a contribuição. Sente que não se planejou bem neste aspecto e que, atualmente, não tem garantias quanto ao futuro, que é pensado dia após dia. Sua única convicção é que não é possível parar de trabalhar.

Nesse ponto aí eu acho que eu tô bem ruim. Porque, bom, daqui a pouco eu poderia tá me aposentando, mas eu não continuei pagando. Pra continuar de novo eu nem sei se dá.... Isso daí é uma coisa que... eu acho que eu tô bem, bem falha, bem desprotegida. É tipo assim, eu vou ter que trabalhar a vida inteira, continuar, fazer alguma coisa. É assim que eu me vejo, porque eu não tenho muita... pra onde fugir não. Acho que isso daí foi uma falha. Acho que eu não pensei legal não. Porque senão, com a idade que eu tô, vai fazer 60 anos. Eu já era pra tá logo mais me aposentando. E eu não pensei nisso. Sei lá, acho que dei uma marcada mesmo, foi uma marcada mesmo. [Sandra]

João, Alceu e Rosa, além de pagarem o INSS, lançam mão de outras formas de geração de renda. No caso de João e Alceu, tais estratégias possibilitam uma reserva financeira que oferece uma tranquilidade maior no presente, mas, sobretudo, busca viabilizar projetos futuros. Para Rosa, trata-se principalmente de uma complementação da sua renda mensal, permitindo-lhe arcar com as despesas familiares.

João participa de um consórcio de carro como forma de obter uma renda extra e busca fazer uma reserva financeira sempre que possível. Alceu consegue certa margem para o planejamento futuro diante das situações de incerteza economizando dinheiro, participando de um consórcio e investindo na construção de imóveis que coloca para aluguel, o que lhe garante uma renda extra. Já construiu duas casas e, futuramente, quer construir mais seis, pois acredita que, com o aluguel de oito casas ou cômodos, conseguirá se manter.

Rosa lança mão de um empréstimo mensal numa ONG que cobra 2% de juros. Ela é a titular do empréstimo, mas o dinheiro é dividido com mais quatro ambulantes. Cabe a Rosa pegar o dinheiro com a ONG, dividi-lo igualmente com as/os outras/os ambulantes e, depois, recolher a parcela de cada pessoa para efetuar o pagamento mensal à ONG.

Embora a maioria trabalhe apenas como ambulante, há, para algumas pessoas, outras formas de trabalho e geração de renda. Sandra eventualmente se ausenta da Teodoro Sampaio para vender suas camisetas em grandes festivais ou shows de *rock* – sobretudo os internacionais, que atraem um grande público. Carlão, por sua vez, cata latinhas sempre que possível. Usa o lacre para fazer produtos variados, de chaveiros a cortinas – estas últimas para uso pessoal, pois sente que as pessoas não estão dispostas a pagar o preço que merecem,

considerando todo o trabalho que dispensa para o seu fabrico. As latinhas, amassa e guarda para vender depois pelo valor de R\$3,50 o quilo. A sua banca, aliás, vai além da mera venda de produtos: ele conserta bijuterias, troca bateria de relógio, faz alianças sob encomenda.

Outro fator que oferece alguma segurança para a maioria é a posse de uma casa própria – realidade de Sandra, Carlão, Romário e Alceu. No caso de João, ter um carro próprio e conseguir fazer outros investimentos também lhe oferece certa estabilidade. Rosa, neste sentido, encontra-se em uma situação mais insegura, posto que precisa pagar aluguel do apartamento em que mora e não consegue fazer uma reserva financeira significativa.

O comércio ambulante, que exercem há no mínimo 15 anos, parece ser onde essas pessoas encontraram uma ideia de continuidade maior em suas trajetórias de trabalho. Se, ao longo de suas vidas, experimentaram ocupações bastante diversas, atualmente a maioria tem como plano futuro continuar no setor comercial, abrindo um negócio próprio, como observado também por Garcia et al. (2010) e Salvitti et al. (1999). Este empreendimento pode ser um bar, um depósito de bebidas ou uma pequena loja na rua ou em uma galeria. Deste modo, será possível utilizar as habilidades que já possuem ou desenvolveram ao longo do trabalho nas ruas, ainda que precisem, também, desenvolver outras tantas.

No entanto, estes projetos estão no âmbito do ideal, mas ainda distantes das possibilidades efetivas da maioria das/os vendedoras/es, ao menos em um futuro próximo. Neste momento, mesmo o aluguel de um box em uma galeria da rua Teodoro Sampaio está muito caro para a maioria. Os obstáculos para a consecução deste objetivo estão relacionados, sobretudo, à falta de recursos para o investimento inicial.

Alceu e João parecem ser aqueles que mais se aproximam deste objetivo, ainda que a longo prazo. Assim, para os dois, é possível pensar no uso de estratégias de sobrevivência, posto que estão conseguindo sair da temporalidade presente e da necessidade de sobrevivência dia após dia ao acumular uma reserva financeira maior para viabilizar seus objetivos de empreender um pequeno negócio fora das ruas.

Para Sandra, Romário e Carlão, este objetivo ainda se mostra distante. Sua ação é tática, conforme preconizado por Certeau (2014), posto que suas atitudes se voltam, sobretudo, para a temporalidade presente. Não há reserva financeira para o investimento em um novo negócio.

Rosa diverge um pouco deste planejamento. Em uma primeira conversa, seu plano futuro também estava voltado para a abertura de um comércio próprio em uma pequena galeria. No período em que apurou os valores do aluguel, encontrou um box por setecentos reais, trezentos a mais do que paga de aluguel do termo de permissão de uso, o que fazia com

que considerasse este empreendimento viável. Atualmente, em virtude do baixo movimento da região, com forte impacto no volume de vendas, pretende buscar um emprego assalariado. Esta mudança de posicionamento tem influência direta tanto das observações que Rosa faz acerca do seu cotidiano de trabalho quanto da percepção de que, na sua atual idade, o comércio ambulante tem sido bastante cansativo. Contudo, reconhece que há uma preferência das empresas por pessoas mais novas – e, portanto, aos 55 anos, é mais difícil encontrar emprego, sobretudo um cuja remuneração seja satisfatória. Sua ação também está na esfera tática, posto que voltada sobretudo para a necessidade de sobrevivência e a temporalidade presente. Os planos surgem como possibilidades aventadas, conquanto ainda muito difíceis de serem colocadas em prática.

Algumas pessoas também desistiram do comércio ambulante por um tempo e tentaram outros projetos. Romário relata que, em dado momento, decidiu abrir uma loja perto de onde morava, mas acabou decidindo fechar em duas semanas, pois sentia falta de trabalhar na rua. Há dois anos, decidiu tentar de novo e abriu um restaurante. Percebeu, na prática, que abrir um negócio próprio não é tão simples quanto pode parecer à primeira vista, uma vez que a experiência necessária para tal empreendimento é, em grande medida, diferente daquela proporcionada pelo comércio ambulante. Voltou a trabalhar nas ruas há pouco tempo e está tentando, como ambulante, recuperar o prejuízo financeiro que teve com o restaurante.

Como se observa, a forma como cada trabalhadora/or planeja seu dia a dia de trabalho e o seu futuro é dinâmica e sujeita a mudanças ao longo das trajetórias pessoais, posto que é fruto de reflexões e escolhas que as pessoas fazem dentro das possibilidades de que dispõem a cada momento (Blustein, Schultheiss & Flum, 2004). A compreensão de eventuais adiamentos a alterações nestes planos está entrelaçada com as transformações ocorridas no mundo do trabalho em um dado contexto histórico, com a situação específica do local onde se trabalha e, também, com as condições particulares da vida de cada pessoa, incluindo-se aí seu processo de escolarização, classe social, idade, gênero, redes de relações, dentre diversos outros fatores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atentar para os processos organizativos envolvidos no comércio ambulante permite observar que não há uma homogeneidade no que se refere a este tipo de trabalho, mas diversas maneiras de se percebê-lo e vivenciá-lo.

Há certa uniformidade no cotidiano no que se refere à rotina de montagem das bancas, disposição dos produtos, atendimento à freguesia e comercialização. No entanto, não há uma única lógica que oriente a escolha das mercadorias a serem vendidas, as táticas e estratégias de atendimento à clientela e a forma como o trabalho nas ruas será conciliado com outras atividades do dia a dia. Cada pessoa faz seus próprios arranjos considerando sua realidade pessoal e seus valores.

Olhar o trabalho a partir de uma perspectiva relacional é fundamental para a compreensão do modo como se organiza o cotidiano destas trabalhadoras e trabalhadores. É através das múltiplas redes de sociabilidade que se compreende como estas pessoas se mantêm, conseguem trabalhos, realizam mudanças de uma cidade para outra e fazem escolhas referentes às suas trajetórias de trabalho. As relações estabelecidas também são importantes para o entendimento do modo como o trabalho é conciliado com outras atividades diárias. Além disto, revelam-se fontes de afeto muito valiosas e podem contribuir para facilitar ou dificultar o dia a dia de trabalho.

A relação com a clientela é fundamental para as vendas e pode, também, aumentar o prazer que se obtém de um dia de trabalho. Negociações, descontos e cordialidade são algumas das ferramentas de que ambulantes dispõem para conquistar compradoras/es. A escolha das mercadorias também leva em consideração seu potencial de vendas e, em alguns casos, a identificação com o produto.

Foi possível perceber diferenças entre mulheres e homens no que se refere aos produtos vendidos e, especialmente, à forma como organizam suas rotinas: as mulheres tinham jornadas de trabalho mais flexíveis para conciliar o trabalho fora de casa com o trabalho doméstico. No caso de quem tem a responsabilidade de cuidar de uma criança pequena, como Rosa, é preciso fazer ajustes: aos sábados, ela levava o neto para o trabalho, pois não tinha com quem deixá-lo. É importante se pensar em políticas públicas que favoreçam as mulheres neste sentido, como investimento em creches. Para além disto, no entanto, cabe pensar quais as práticas sociais que mantêm e incentivam esta divisão, sempre social, do trabalho entre homens e mulheres – a exemplo da forma como as questões de gênero são tratadas nas escolas, nas mídias e nos contextos de trabalho.

Um aspecto que foge ao controle direto das/os trabalhadoras/es está relacionado ao movimento da região, suscetível a uma série de variáveis que impactam diretamente seus

rendimentos. Também se observa a insegurança quanto à possibilidade de se continuar trabalhando. Neste sentido, a ação coletiva tem se mostrado uma ferramenta importante na garantia de direitos – apontando mais uma vez para o caráter relacional da experiência da trabalho –, ainda que ambulantes divirjam em relação a como se posicionar para diante desta questão.

A forma como o comércio ambulante é tratado no Brasil e a dificuldade na emissão de novas licenças traz também indagações no que se refere ao direito à cidade. Assim, cabe perguntar a quem e a quê as cidades têm servido quando dão mais relevância a um modelo de cidade do que àquilo que efetivamente acontece no seu cotidiano.

A ambiguidade que caracteriza o trabalho das/os ambulantes é fundamental para compreendê-lo. Se, de um lado, há a insegurança decorrente da falta de uma política de Estado que regule este tipo de comércio, além de imprevistos relativos ao cotidiano das ruas, há, por outro lado, certa estabilidade para quem tem licença. O fechamento de uma loja parece mais frequente do que a saída de um/a ambulante da região.

A malandragem e a vadiagem, muitas vezes associadas ao comércio ambulante, não são as qualidades atribuídas à condição de estar na rua para quem a vê como local de trabalho. Ao contrário, a rua é espaço de luta, suor, afeto e, também, de exercício da liberdade. Ao longo das narrativas, foi possível perceber que as/os ambulantes veem sua atividade como uma forma de trabalho legítima e não apenas como bico, como se observa mais fortemente nas falas de Alceu, Sandra e Carlão. Há uma compreensão da importância do trabalho informal para a economia e para o consumo de populações de renda mais baixa.

É importante destacar que esta pesquisa foi realizada em uma rua na qual só há ambulantes que possuem o Termo de Permissão de Uso (TPU), seja ele próprio ou alugado de uma outra pessoa. Por esta razão, não foi possível compreender as particularidades da situação das/os ambulantes “do corre” – que, por não possuírem sua situação regularizada pela Prefeitura, estão sujeitas/os a mais situações de violência e ao pagamento de propinas, além de sofrerem uma instabilidade maior no que diz respeito à continuidade do exercício do seu trabalho.

Ao se romper com a ideia de informalidade como o outro ou o negativo do emprego formal, fica claro que as práticas de trabalho consideradas informais precisam ser olhadas em sua particularidade – nesse sentido, mais importante do que informalidade ou formalidade, é um olhar que dê relevo às trabalhadoras e aos trabalhadores e suas práticas cotidianas. É preciso cuidar, conforme destacam Bendassoli e Coelho-Lima (2015), de não se transpor

acriticamente conceitos e métodos de investigação do trabalho formal, partindo-se da ideia de que “tudo é trabalho”.

Destaca-se, ainda, a relação de interdependência entre informalidade e formalidade. Neste sentido, o comércio ambulante está incluindo em uma rede de circulação de mercadorias em escala global. No âmbito local, uma série de formas de comércio, formais e informais, geram renda a partir deste tipo de trabalho.

A porosidade das fronteiras entre formalidade e informalidade é evidente para quem tem no comércio ambulante seu meio de subsistência. No julgamento da qualidade de um trabalho – se bom ou ruim, desejável ou indesejável – a presença da carteira assinada e mesmo da proteção social que a acompanha não foram os principais critérios avaliativos da maioria. O trabalho ideal, para as pessoas que participaram desta pesquisa, envolve, sobretudo, remuneração satisfatória, tratamento digno e autonomia. Em todos os casos, a projeção futura é feita com base em suas possibilidades concretas de trabalho, sendo a ideia de abrir o próprio comércio predominante entre as/os entrevistadas/os.

A autonomia aparece como dimensão significativa nas vivências cotidianas, revelando os usos que trabalhadoras e trabalhadores fazem de regras por vezes rígidas e que não as/os favorecem. Há liberdades importantes para elas/es, percebidas na forma como cada banca é organizada, na escolha dos produtos que serão vendidos, na flexibilidade de horários para abarcar imprevistos diversos e no fato de não haver a figura de uma patroa ou de um patrão que diga como o trabalho deve ser realizado.

No entanto, cabe demarcar, também, os perigos de uma macronarrativa que incentiva o trabalho autônomo e vem acompanhada de discursos que romantizam a informalidade como espaço para a autonomia e o empreendedorismo, incentivando práticas informais que não garantem direitos básicos a trabalhadoras e trabalhadores. Tais discursos não reveem as práticas de incentivo à flexibilidade, centrando exclusivamente nas/os trabalhadoras/es as responsabilidades por desenvolver as competências necessárias para lidar com um mundo flexível. Considerando que no Brasil a informalidade é de ordem estrutural e numericamente bastante significativa na atualidade, é importante pensar em meios que garantam às pessoas que trabalham na informalidade direitos que foram pensados para atender, apenas, a quem trabalha na formalidade – posto que o trabalho formal é onde se concentram as conquistas das trabalhadoras e dos trabalhadores no que se refere aos seus direitos trabalhistas.

Para ampliar a compreensão sobre o mundo do trabalho, muitos estudos apontam para a necessidade de se pensar de modo interseccional (Creenshaw, 2010) ou consubstancial

(Kergoat, 2010) – ou seja, considerando variáveis como gênero, raça e classe na compreensão das desigualdades.

Na busca pela compreensão da forma como vendedoras e vendedores ambulantes vivenciam seus cotidianos de trabalho, ficou nítido o caráter relacional da experiência de trabalho, que precisa ser analisada levando-se em consideração outras dimensões e relacionamentos da vida de cada pessoa, bem como o contexto social, cultural e econômico mais amplo. Este olhar permite observar a diversidade e inventividade que se esconde por trás de uma aparente padronização.

Evidencia-se, ainda, a forma como o cotidiano de trabalho está em constante construção e transformação. É justamente a partir da experiência do dia a dia que o trabalho é planejado. O olhar mais aprofundado para a cotidianidade do trabalho destas vendedoras e vendedores revela que qualidades como organização e planejamento não se restringem a gestoras/es de empresas: ao contrário, são características humanas utilizadas com bastante frequência por trabalhadoras e trabalhadores – que se mostram capazes, portanto, de gerir seu próprio trabalho e de configurar uma rotina que apresenta muitas singularidades e arranjos.

Deste modo, em contraste com a ideia de informalidade como algo que não tem forma, é possível constatar que este tipo de comércio possui normas, objetivos e modos de organização próprios, que envolvem a escolha dos produtos a serem vendidos, do local que estes serão comprados e do ponto em que será realizada a venda até as múltiplas formas de atrair as/os clientes – a exemplo de bordões ou das frequentes negociações por descontos. No entanto, tais modos não são rígidos, mas negociados e renegociados na prática quando se faz necessário.

Assim, como bem aponta Pamplona (2013), o estudo do trabalho informal e, mais especificamente, do comércio ambulante, precisa levar em consideração a heterogeneidade das práticas possíveis e a forma como estas efetivamente se manifestam no espaço das cidades.

REFERÊNCIAS

- Ackerman, K. (2007). *Mercado de trabalho invisível: a articulação entre o trabalho no mercado informal, o emprego e o desemprego na trajetória de trabalhadores* (Dissertação de Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Alcântara, A., Comaru, F., Sampaio, G., Itikawa, L., Kohara, L., & Ferro, M. C. (2013). *Ambulantes e direito à cidade: trajetórias de vida, organização e políticas públicas – Projeto Trabalho Informal e Direito à Cidade*. São Paulo: Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos.
- Alves, M. A., & Tavares, M. A. (2006). A dupla face da informalidade do trabalho: “autonomia” ou precarização. In R. Antunes (Org.), *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil* (pp. 425-444). Campinas, SP: Boitempo.
- Antunes, R. (1997). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez.
- Araújo, A., & Lombardi, M. (2013). Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do século XIX. *Cadernos de Pesquisa*, 43(149), 452-477.
- Bernardo, M. H. (2006). *Discurso flexível, trabalho duro: o contraste entre o discurso de gestão empresarial e a vivência de trabalhadores* (Tese de Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Bendassoli, P. F., & Coelho-Lima, F. (2015). Psicologia e trabalho informal: a perspectiva dos processos de significação. *Psicologia & Sociedade*, 27(2), 283-293.
- Bezerra, A., Mancuso, A. M., & Heitz, S. (2014). Alimento de rua na agenda nacional de segurança alimentar e nutricional: um ensaio para a qualificação sanitária no Brasil. *Ciência e Saúde Coletiva*, 19(5), 1489-1494.
- Blustein, D. L. (2011). A relational theory of working. *Journal of Vocational Behavior*, 79(1), 1-17.
- Blustein, D., Schultheiss, D., & Flum, H. (2004). Towards a relational perspective of the psychology of careers and working: A social constructionist analysis. *Journal of Vocational Behavior*, 64(3), 423-440.
- Brandão, L. (2009). O camelódromo, as cidades e os fluxos globais subalternos. *Pós*, 16(25), 232-251.
- Brasil. Presidência da República. *Lei Complementar nº 128*, 19 de dezembro de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp128.htm. Acesso em 20/02/2016
- Bruschini, M. (2007). Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. *Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 537-572.
- Cacciamali, M. (2000). Globalização e processo de informalidade. *Economia e Sociedade*, 14, 53-174.

- Cacciamali, M. (2007). (Pré-)Conceito sobre o setor informal: reflexões parciais embora instigantes. *Econômica*, 9(1), 145-168.
- Caldeira, L., Rocha Junior, V., Fonseca, C., Melo, L., Cruz, A., & Oliveira, L. (2010). Caracterização do leite comercializado em Janaúba – MG. *Alimentos e Nutrição*, 21(2), 191-195.
- Calixtre, A. (2011). *A condição informal: reflexões sobre o processo de informalidade no Brasil contemporâneo* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Campinas, Campinas, São Paulo.
- Carrieri, A., Maranhão, C., & Murta, I. (2009). Crítica ao manejo humano em Belo Horizonte. *Revista de Administração Pública*, 43(6), 1315-1942.
- Carrieri, A., Maranhão, C., Murta, I., & Souza, M. M. (2009). De camelô a empreendedor? O impacto da mudança espacial na identidade dos ambulantes. *Revista Gestão.Org*, 7(2), 273-291.
- Certeau, M. (2014). Fazer com: usos e táticas. In *A invenção do cotidiano: artes de fazer* (pp. 86-100). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Costa, E. G. (1989). *Anel, cordão, perfume barato: uma leitura do espaço do comércio ambulante na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nova Stella.
- Costa, M. (2010). Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. *Caderno CRH*, 23(58), 171-190.
- Costa, S., & Sonaglio, K. (2014). Análise das representações sociais dos comerciantes ambulantes e suas implicações no planejamento turístico. *Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 12(1), 123-136.
- Coutinho, M. C., Borges, R. C. P., Graf, L. P., & Silva, A. S. (2013). Todo dia uma casa diferente: trajetórias, sentidos e cotidianos laborais de diaristas. *Universitas Psychologica*, 12(4), 1125-1138.
- Crenshaw, K. W. (2010). Beyond entrenchment: Race, gender and the new frontiers of (un)equal protection. In M. Tsujimura (Ed.), *International perspectives on gender equality & social diversity* (pp. 87-98), Sendai: Tohoku University Press.
- Cunha, A. G. (1994). *Dicionário etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Curi, J. D., Gallo, C. R., & Dias, T. (2008). Condições microbiológicas de lanches (cachorro-quente) adquiridos de vendedores ambulantes, localizados na parte central da cidade de Limeira, SP. *Higiene Alimentar São Paulo*, 22(164), 61-66.
- Dalmaso, S., & Coutinho, M. (2010). Tecnologia e trabalho: sentidos produzidos no transporte coletivo. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 62(3), 93-105.

- Da Matta, R. (1997). *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro, Rocco.
- Dantas, E. (1997). A cidade e o comércio ambulante: o caso de Fortaleza em evidência. *Revista do departamento de Geografia, 11*, 187-210.
- Dedecca, C. S. (1996). Desregulação e desemprego no capitalismo avançado. *São Paulo em Perspectiva, 10*(1), 13-20.
- Dedecca, C. S. (2008). Regimes de trabalho, uso do tempo e desigualdade. In A. O. Costa, B. Sorj, C. Bruschini, & H. Hirata (Orgs.), *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais* (pp. 279-297). Rio de Janeiro: FGV.
- Dedecca, C. S., & Menezes, W. F. (2012). A informalidade no mercado de trabalho brasileiro: rendimentos e principais características. *Nexos Econômicos, 6*(2), 11-41.
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos [DIEESE] (2015). *Pesquisa de Emprego e Desemprego: Região metropolitana de São Paulo*. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/analisePED/2015/201512pedSao.pdf>. Acesso em 20 de fevereiro de 2016.
- Durão, S., & Marques, E. M. (2002). Os videiros e a máquina, o tipógrafo e o designer: reflexões sobre antropologia do trabalho. *Etnográfica, 5*(1), 47-68.
- Dytz, J. L. G., Rocha S. M. M., & Mello, D. F. (1999). A pesquisa em saúde infantil: a técnica do relato oral e o depoimento de mães. *Revista da Escola de Enfermagem da USP, 33*(1), 49-58.
- Etcheverry, M. S. (2004). Narrativas sobre empregabilidade. As trajetórias profissionais de ex-empregados do setor elétrico brasileiro. *Ilha. Revista de Antropologia, 6*(1/2), 61-104.
- Ferreira, A. B. H. (1999). *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*.
- Garcia, M. R. V., Segre, A., Baccaro, A. F., Silva, L. M., Costa, L., & Cândido, M. S. (2010). "Mulheres guerreiras": identidade feminina e profissional entre vendedoras ambulantes da cidade de São Paulo. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 13*(1), 27-42.
- Gergen, K. J. (2009). O movimento do construcionismo social na psicologia moderna. *INTERthesis, 6*(1), 199-325.
- Guimarães, N. A., Andrada, A. C., Picanço, M., & Vieira, P. (2012). Trajetórias, atributos e relações. Representações sobre redes e obtenção de trabalho. *Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales, 22*, 106-146.
- Guimarães, N. A., & Hirata, H. (2014). Apresentação: controvérsias desafiadoras. *Tempo Social, 26*(1), 9-16.
- Henrique, M. C., & Morais, L. T. (2012). Estradas líquidas, comércio sólido: índios e regatões na Amazônia (século XIX). *Revista de História, 171*, 49-82.

- Hirata, H., & Kergoat, D. (2008). Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico. Brasil, França e Japão. In A. O. Costa, B. Sorj, C. Bruschini, & H. Hirata (Orgs.), *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais* (pp. 263-278). Rio de Janeiro: FGV.
- Houaiss, A., & Villar, M. (2009). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Hugon, P. (1997). O setor informal: balanço de 25 anos de trabalho. *Ensaio FEE*, 18(2), 32-63.
- Ibanhes, L. (1999). *O setor informal urbano: a organização e as condições de saúde de um grupo de vendedores ambulantes* (Tese de Doutorado). Faculdade de Medicina e Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Iñiguez, L. (2002). Construcionismo social e psicologia social. In J. B. Martins (Org.), *Temas em análise institucional e em construcionismo social* (pp. 127-156). São Carlos, SP: RIMA - Fundação Araucária.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2013). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Itikawa, L. (2004). Geometrias da clandestinidade: trabalho informal no Centro de São Paulo. In A. Comin (Org.), *Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo* (pp. 339-362). São Paulo: EMURB/CEBRAP/CEM.
- Kaufmann, J.-C. (2013). *A entrevista compreensiva: um guia para a pesquisa de campo*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Kergoat, D. (2009). Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In H. Hirata, F. Laborie, H. Le Doaré, & D. Senotier (Eds.), *Dicionário crítico do feminismo* (pp. 67-75). São Paulo: UNESP.
- Kergoat, D. (2010). Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos Estudos – CEBRAP*, 86, 93-103.
- Kopper, M. (2015). Dos mercados informais às políticas não hegemônicas de valor: olhares cruzados entre Porto Alegre e Buenos Aires na produção de objetos e sujeitos camelôs. *Revista de Antropologia*, 58(2), 235-262.
- Jesus, C. R. (2014). A beleza da margem, à margem da beleza: a construção do espaço público em Belo Horizonte. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, 18(2), 341-356.
- Lopes, D. (2006). Mercados encobertos: os ciganos de Lisboa e a venda ambulante. *Etnográfica, Lisboa*, 10(2), 319-335.
- Louro, G. L. (2011). A emergência do gênero. In *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista* (pp.18-40). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Machado da Silva, L. A. (2002). Da informalidade à empregabilidade: reorganizando a denominação do mundo do trabalho. *Caderno CRH*, 37, 81-109.

- Magnani, J. G. C. (1998). Transformações da cultura urbana nas grandes metrópoles. In A. S. Moreira (Org.), *Sociedade global, cultura e religião* (pp. 56-78). Petrópolis: Vozes.
- Magnani, J. G. C. (2000). Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: J. G. Magnani, & L. L. Torres (Orgs.), *Na metrópole: textos de antropologia urbana* (pp. 12-53). EDUSP: São Paulo.
- Magnani, J. G. C. (2003). A antropologia urbana e os desafios da metrópole. *Tempo Social*, 15(1), 81-95.
- Maia, A. C. (2015). Redes do comércio de rua de Salvador, Bahia. *Mercator*, 14(2), 44-56.
- Matté, G. R., Germano, P. M., & Matté, M. H. (2005). Aspectos sanitários da comercialização do queijo Minas meia cura no Município de São Paulo. *Revista Brasileira de Vigilância Sanitária*, 1(4), 246-253.
- Mello, K. (2010). Sofrimento e ressentimento: dimensões da descentralização de políticas públicas de segurança no município de Niterói. *Revista de Antropologia*, 53(2), 645-687.
- Melo, H., & Teles, J. (2000). *Serviços e informalidade: o comércio ambulante no Rio de Janeiro* (Texto para discussão nº 773). Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA].
- Mendes, L., & Cavedon, N. R. (2012). A atividade de camelô como prática urbana no contexto das cidades. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 4(1), 123-140.
- Moreira da Silva, L., Thé, P., Farias, G., Telmos, B., Fiúza, M., & Castelo Branco, C. (2011). Condições higiênico-sanitárias do comércio de alimentos em via pública em um campus universitário. *Alimentos e Nutrição*, 22(1), 89-95.
- Minayo, M., & Sanches, O. (1993). Quantitativo – qualitativo: oposição ou complementaridade? *Caderno de Saúde Pública*, 9(3), 239-262.
- Nascimento, A. J., Germano, P. M., & Germano, M. I. (2004). Comércio ambulante de alimentos: avaliação das condições higiênico-sanitárias na região central de São Paulo, SP. *Revista Higiene Alimentar*, 18(123) 42-48.
- Noronha, E. (2003). “Informal”, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18(53), 111-129.
- Nouroudine, A. (2011). Como conhecer o trabalho quando o trabalho não é mais trabalho? *Trabalho, Educação e Saúde*, 9(1), 69-83.
- Nunes, M. F. (2009). Imagens das migrações. Chineses na área metropolitana do Porto. Do ciclo da seda à era digital. *Doc On-line*, 7, 124-129.
- Oliveira, A. C. G., Nogueira, F. A., Zañão, C. F., Souza, C. W., & Spoto, M. H. (2006). Análise das condições do comércio de caldo de cana em vias públicas de municípios paulistas. *Segurança Alimentar e Nutricional*, 13(2), 6-18.

- Oliveira, F. (2003). *Crítica à razão dualista: o Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo.
- Oliveira, F. (2005). *Relações de trabalho e sentidos do cooperativismo* (Tese de Doutorado). Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Oliveira, F., & Leirner, A. (2009). Relações de trabalho, processos cotidianos e empreendimentos de economia solidária: duas experiências do Programa Oportunidade Solidária. *Cadernos de Psicologia Social e do Trabalho*, 12(2), 243-256.
- Oliveira, L. P. (2005). *A condição "provisória-permanente" dos trabalhadores informais: o caso dos trabalhadores de rua na cidade de Salvador* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- Oliveira, T. H. N. (2015). Comércio de alimentos na universidade de São Paulo: avaliação das condições higiênico-sanitárias e infraestrutura. *Vigilância Sanitária em Debate*, 3(4), 91-98.
- Pais, J. M. (2003). *Vida cotidiana: enigmas e revelações*. São Paulo: Cortez.
- Pamplona, J. (2004). A atividade informal do comércio de rua e a região central de São Paulo. In A. Comin (Org.), *Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo* (pp. 307-337). São Paulo: EMURB/CEBRAP/CEM.
- Pamplona, J. (2013). Mercado de trabalho, informalidade e comércio ambulante em São Paulo. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 30(1), 225-249.
- Péchon, D. (1999). *Le petit Larousse illustré*. Paris: Larousse.
- Pertile, K. (2003) Comida de rua: relações históricas e conceituais. *Rosa dos ventos*, 5(2), 301-310.
- Pesavento, S. J. (1996). *O espetáculo da rua*. Porto Alegre: Editora da Universidade.
- Piccinini, V., Oliveira, S. R., & Rübenich, N. V. (2006). Formal, flexível ou informal? - Reflexões sobre o trabalho no Brasil. In V. Piccinini et al. (Orgs.), *O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea* (pp. 93-117). Porto Alegre: UFRGS.
- Pinheiro-Machado, R. (2003). A rua como estilo de vida: práticas cotidianas na ocupação do centro de Porto Alegre por camelôs. *Iluminuras*, 4(7), 1-39.
- Pinheiro-Machado, R. (2008). China-Paraguai-Brasil: uma rota para pensar a economia informal. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 23(67), 117-133.
- Poe, E. A. (2001). O homem das multidões. In *Ficção completa* (pp. 392-340). Rio de Janeiro: Aguilar.
- Posthuma, A. (Org.). (1999). *Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade*. Brasília/São Paulo: Organização Internacional do Trabalho/Ministério do Trabalho e Emprego [OIT/TEM]/Editora 34.

- Proni, M. W. (2013). O paradoxo do pleno emprego no Brasil. *Revista da ABET*, 12(1), 98-118.
- Ramires, F. (2002). *Severinos na metrópole: a negação do trabalho na cidade de São Paulo* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Rasera, E. F., & Japur, M. (2005). Os sentidos da construção social: o convite construcionista para a Psicologia. *Paidéia*, 15(30), 21-29.
- Ribeiro, M. A. (2010). A influência psicossocial da família e da escola no projeto de vida no trabalho dos jovens. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 5(1), 120-130.
- Ribeiro, M. A. (2014). *Carreiras: novo olhar socioconstrucionista para um mundo flexibilizado*. Curitiba, PR: Juruá.
- Ribeiro, M. A., Silva, F. F., & Figueiredo, P. M. (2016). Discussing the notion of decent work: Senses of working for a group of Brazilian workers without college education. *Frontiers in Psychology*, 7(207).
- Richardson, M. S. (1993). Work in people's lives: A location for counseling psychologists. *Journal of Counseling Psychology*, 40, 425-433.
- Rigatti, D. (2003). Camelôs, flanelinhas e os outros: privatização de espaços públicos. *Paisagem e Ambiente*, 17, 41-67.
- Rio, J. (2008). *A alma encantadora das ruas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Rodrigues, K., Gomes, J., Conceição, R., Brod, C., Carvalhal, J., & Aleixo, J. (2003). Condições higiênico-sanitárias no comércio ambulante de alimentos em Pelotas-RS. *Ciência e Tecnologia de Alimentos*, 23(3), 447-452.
- Rodrigues, L. D. (2008). *A dinâmica geográfica da camelotagem: a territorialidade do trabalho precarizado* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, São Paulo.
- Rodrigues, R. M., Correia, M., Franzolin, M. R., & Baggio, D. (1998). Matérias estranhas em doces de amendoim e leite vendidos por ambulantes na cidade de São Paulo. *Revista do Instituto Adolfo Lutz*, 57(1), 81-86.
- Salvitti, A., Viégas, L. S., Mortada, S. P., & Tavares, D. S. (1999). O trabalho do camelô: trajetória profissional e cotidiano. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 2, 1-23.
- São Paulo (Município). *Decreto 42.600/2002*, de 11 de novembro de 2002. Regulamenta a Lei n.º 11.039, que disciplina o exercício do comércio e a prestação de serviços ambulantes nas vias e logradouros públicos do Município de São Paulo. Diário Oficial do Município de São Paulo, São Paulo.

- São Paulo (Município). *Decreto nº 53.154*, 18 de maio de 2012. Revoga o Decreto nº 37.143, de 4 de novembro de 1997, que dispõe sobre a implantação de bolsões de comércio ambulante na região central da Cidade. Disponível em: http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=19052012D%20531540000. Acesso em 20/02/2016.
- São Paulo (Município). *Lei 11.039*, de 23 de agosto de 1991. Disciplina o exercício do comércio ou prestação de serviços ambulantes nas vias e logradouros públicos do Município de São Paulo.
- São Paulo (Município). Disponível em: <http://www.dicionarioderuas.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/ListaLogradouro.aspx>. Acesso em 15 de novembro de 2015.
- Sato, L. (1999). “Djunta-mon”: o processo de construção de organizações cooperativas. *Psicologia USP*, 10(2), 221-227.
- Sato, L. (2011). Psicologia e trabalho: focalizando as “profissões ignoradas”. In B. Medrado, & W. Galindo (Orgs.), *Psicologia social e seus movimentos: 30 anos de ABRAPSO* (pp. 233-249). Recife, PE: ABRAPSO.
- Sato, L. (2012). *Feira livre: organização, trabalho e sociabilidade*. São Paulo: EDUSP.
- Sato, L. (2013). Recuperando o tempo perdido: a psicologia e o trabalho não-regulado. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 16(spe1), 99-110.
- Sato, L., Bernardo, M. H., & Oliveira, F. (2008). Psicologia social do trabalho e cotidiano: a vivência de trabalhadores em diferentes contextos micropolíticos. *Psicologia para América Latina*, 15.
- Sato, L., & Oliveira, F. (2008). Compreender a gestão a partir do cotidiano de trabalho. *Aletheia*, 27(1), 188-197.
- Schmidt, M. L. S. (2008). Pesquisa participante e formação ética do pesquisador na área de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 13(2), 391-398.
- Schultheiss, D. E. P. (2003). A relational approach to career counseling: Theoretical integration and practical application. *Journal of Counseling and Development*, 81, 301-310.
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação e Realidade*, 20(2), 71-99.
- Silva, C. F. (2011). Viração: o comércio informal dos vendedores ambulantes. In R. Cabanes, I. Georges, C. Rizek, & V. Telles (Orgs.), *Saídas de emergência: ganhar e perder na periferia de São Paulo* (pp. 57-73). São Paulo: Boitempo.

- Soares, S. A., & Pereira, L. C. (2010). Dos camelôs aos shoppings populares: a mudança de comportamento do consumidor final – caso Shopping Oiapoque. *Mediação*, 12(11), 103-116.
- Soto, F., Risseto, M., Lúcio, D., Shimozako, H., Camargo, C. C., Iwata, M., Camargo, C. A., Oliveira, E., & Camargo, S. (2008). Metodologia de avaliação das condições sanitárias de vendedores ambulantes de alimentos no Município de Ibiúna-SP. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 11(2), 297-303.
- Souza, G. H., Coelho, J. A., Lima, N.C., & Queiroz, J. V. (2014). Marketing Informal: um modelo de comercialização pautado em jeitinho brasileiro, informalidade e empreendedorismo. *Revista Brasileira de Marketing*, 13(3), 63-77.
- Souza, G. C., Santos, C. T., Andrade, A. A., & Alves, L. (2015). Comida de rua: avaliação das condições higiênico-sanitárias de manipuladores de alimentos. *Ciência e Saúde Coletiva*, 20(8), 2329-2338.
- Souza, G. H. S., Costa, A. C. S., Lima, N. C., Coelho, J. A. P. de M., Penedo, A. S. T., & Silva, T. E. E. (2013). Structures of commercialization: Actions of informal marketing from Brazilian micro-entrepreneurs in a street market. *International Journal of Business and Commerce*, 2(9), 20-36.
- Spink, M. J. P., & Frezza, R. M. (2000). Práticas discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da psicologia social. In M. J. P. Spink (Org.), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas* (pp. 17-39). São Paulo: Cortez.
- Spink, M. J. P., & Medrado, B. (2000). Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In M. J. P. Spink (Org.), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas* (pp. 41-61). São Paulo: Cortez.
- Spink, P. K. (1979). Teoria e prática no planejamento do trabalho: reflexões acerca de uma área de confusão. *Trabalho apresentado no II Seminário Internacional de Produtividade e Humanização do Trabalho*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas.
- Spink, P. K. (1982). Quando trabalhar é neurotizante. *Psicologia Atual*, 27, 16-20.
- Spink, P. K. (1991). O resgate da parte. *Revista de Administração*, 26(2), 22-31.
- Spink, P. K. (1996). A organização como fenômeno psicossocial: notas para uma redefinição da psicologia do trabalho. *Psicologia & Sociedade*, 8(1), 174-192.
- Spink, P. K. (2003a). A perda, redescoberta e transformação de uma tradição de trabalho: a teoria sociotécnica nos dias de hoje. *Organizações & Sociedade*, 10(28), 117-129.
- Spink, P. K. (2003b). Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia & Sociedade*, 15(2), 18-42.

- Spink, P. K. (2008). O pesquisador conversador no cotidiano. *Psicologia & Sociedade*, 20, 70-77.
- Spink, P. K. (2009). Micro cadeias produtivas e nanoeconomia: repensando o trabalho decente. *Cadernos de Psicologia Social e do Trabalho*, 12(2), 227-241.
- Spink, P. K. (2012a). Prefácio. In L. Sato (Org.), *Feira livre: organização, trabalho e sociabilidade* (pp. 13-19). São Paulo: EDUSP.
- Spink, P. K. (2012b). Processos organizativos e ação pública: as possibilidades emancipatórias do lugar. In A. M. Jacó-Vilela, & L. Sato (Orgs.), *Diálogos em psicologia social* (pp. 352-369). Rio de Janeiro: Centro Eldstein de Pesquisas Sociais.
- Takayanagui, O., Oliveira, C., Bergamini, A., Capuano, D., Okino, M., Febrônio, A., Castro e Silva, A., Oliveira, M., Ribeiro, E., & Takayanagui, A. (2001). Fiscalização de verduras comercializadas no município de Ribeirão Preto, SP. *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*, 34, 37-41.
- Tedesco, J. C. (1999). *Paradigmas do cotidiano: introdução à constituição de um campo de análise social*. Santa Cruz do Sul, RS: Edunisc.
- Tissi, M. C. (2000). Deficiência e trabalho no setor informal: considerações sobre processos de inclusão e exclusão social. *Saúde e Sociedade*, 9(1-2), 77-86.
- Uvinha, R., & Santos, R. (2013). O trabalho informal e seus reflexos no âmbito do lazer. *Revista Humanidades*, 28(2), 335-354.
- Weiszflog, W. (1998). *Michaelis: moderno dicionário da língua portuguesa*. São Paulo, Companhia Melhoramentos.

ANEXO A – Roteiro da entrevista

1. Cotidiano de trabalho; vantagens e desvantagens do trabalho nas ruas.
2. Trajetória de trabalho até o presente momento.
3. Trajetória escolar.
4. Influência do gênero no comércio ambulante.
5. Tempo livre.
6. Divisão das tarefas domésticas.
7. Períodos difíceis da vida profissional.
8. Planos futuros em relação à vida profissional.
9. Ideia de trabalho ideal.

ANEXO B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (para mulheres)

Você está sendo convidada para participar, como voluntária, de uma pesquisa. Após ser esclarecida sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias – uma é sua e a outra é do pesquisador responsável.

Será realizada uma entrevista como parte da pesquisa de Mestrado intitulada “Trajetórias de trabalho de vendedores e vendedoras ambulantes da cidade de São Paulo” sob orientação do Prof. Dr. Marcelo Afonso Ribeiro. Esta entrevista tem objetivos acadêmicos e didáticos, não havendo nenhuma outra finalidade. Pretende-se, através desta pesquisa, compreender as particularidades na forma como mulheres e homens que trabalham como ambulantes na cidade de São Paulo constroem, organizam e significam suas trajetórias de trabalho.

A entrevista deve durar cerca 1h, tempo que pode ser maior ou menor a depender de sua disponibilidade e do que tem para relatar. Ela será gravada em áudio e as gravações ficarão arquivadas no computador pessoal da pesquisadora, protegido com senha e sem identificação dos entrevistados. As entrevistas serão realizadas no seu próprio ambiente de trabalho ou em local indicado por você.

A pesquisa não trará nenhum risco a você e também não lhe trará nenhuma vantagem financeira. Caso seja necessária a realização de atendimento psicológico, você será encaminhada para o Serviço de Orientação Profissional ou para a Clínica Psicológica Durval Marcondes, ambos do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP/USP), onde será atendida gratuitamente.

Uma vez que a participação neste estudo é voluntária, você pode interromper a entrevista a qualquer momento, sendo que a não autorização de uso de parte ou de todo material não lhe trará prejuízo algum. Do mesmo modo, caso sinta a necessidade de maiores esclarecimentos acerca da pesquisa, você pode solicitá-los à pesquisadora a qualquer momento.

O material coletado na pesquisa poderá ser utilizado para publicação em livro e/ou revista científica. Nessas publicações será mantido o sigilo, pois em nenhum momento sua identidade será revelada.

Para qualquer dúvida, entre em contato com o Departamento de Psicologia Social e do Trabalho (Av. Prof. Mello Moraes, 1721 - Bloco A, sala 105, Cidade Universitária – São Paulo, SP) – Fone: (11) 3091-4184, e-mail: ccppsicologiasocial@usp.br ou diretamente no Comitê de Ética em Pesquisa com seres Humanos do IPUSP (Av. Prof. Mello Moraes, 1721, Bloco F, sala 22, Cidade Universitária – São Paulo, SP – fone: (11) 3097-0529, e-mail: ceph.ip@usp.br).

Pesquisador Responsável

Prof. Dr. Marcelo Afonso Ribeiro
PST – Departamento de Psicologia
Instituto de Psicologia da USP

Pesquisador Executor

Paula Morais Figueiredo
Aluna de Pós – Graduação (regular)
Instituto de Psicologia da USP

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

Eu, _____, abaixo assinada, concordo em participar do estudo _____, como sujeito. Fui devidamente informada e esclarecida pela pesquisadora _____ sobre a pesquisa, as etapas nela envolvidas, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação.

Local e data: _____

Assinatura da participante: _____

ANEXO C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (para homens)

Você está sendo convidado para participar, como voluntário, de uma pesquisa. Após ser esclarecido sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias – uma é sua e a outra é do pesquisador responsável.

Será realizada uma entrevista como parte da pesquisa de Mestrado intitulada “Trajetórias de trabalho de vendedores e vendedoras ambulantes da cidade de São Paulo” sob orientação do Prof. Dr. Marcelo Afonso Ribeiro. Esta entrevista tem objetivos acadêmicos e didáticos, não havendo nenhuma outra finalidade. Pretende-se, através desta pesquisa, compreender as particularidades na forma como mulheres e homens que trabalham como ambulantes na cidade de São Paulo constroem, organizam e significam suas trajetórias de trabalho.

A entrevista deve durar cerca 1h, tempo que pode ser maior ou menor a depender de sua disponibilidade e do que tem para relatar. Ela será gravada em áudio e as gravações ficarão arquivadas no computador pessoal da pesquisadora, protegido com senha e sem identificação dos entrevistados. As entrevistas serão realizadas no seu próprio ambiente de trabalho ou em local indicado por você.

A pesquisa não trará nenhum risco a você e também não lhe trará nenhuma vantagem financeira. Caso seja necessária a realização de atendimento psicológico, você será encaminhado para o Serviço de Orientação Profissional ou para a Clínica Psicológica Durval Marcondes, ambos do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP/USP), onde será atendido gratuitamente.

Uma vez que a participação neste estudo é voluntária, você pode interromper a entrevista a qualquer momento, sendo que a não autorização de uso de parte ou de todo material não lhe trará prejuízo algum. Do mesmo modo, caso sinta a necessidade de maiores esclarecimentos acerca da pesquisa, você pode solicitá-los à pesquisadora a qualquer momento.

O material coletado na pesquisa poderá ser utilizado para publicação em livro e/ou revista científica. Nessas publicações será mantido o sigilo, pois em nenhum momento sua identidade será revelada.

Para qualquer dúvida, entre em contato com o Departamento de Psicologia Social e do Trabalho (Av. Prof. Mello Moraes, 1721 - Bloco A, sala 105, Cidade Universitária – São Paulo, SP) – Fone: (11) 3091-4184, e-mail: ccppsicologiasocial@usp.br ou diretamente no Comitê de Ética em Pesquisa com seres Humanos do IPUSP (Av. Prof. Mello Moraes, 1721, Bloco F, sala 22, Cidade Universitária – São Paulo, SP – fone: (11) 3097-0529, e-mail: ceph.ip@usp.br.

Pesquisador Responsável

Prof. Dr. Marcelo Afonso Ribeiro
PST – Departamento de Psicologia
Instituto de Psicologia da USP

Pesquisador Executor

Paula Morais Figueiredo
Aluna de Pós – Graduação (regular)
Instituto de Psicologia da USP

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

Eu, _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo _____, como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pela pesquisadora _____ sobre a pesquisa, as etapas nela envolvidas, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação.

Local e data: _____

Assinatura do participante: _____